

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Felipe Andreolla

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO
PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS:
estudo de caso a partir da Unidade
Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá –
RS (2012 - 2016)**

Porto Alegre

2018

Felipe Andreolla

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC PARA
SEUS EGRESSOS:
estudo de caso a partir da Unidade
Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – RS (2012 - 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do grau de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Paludo
Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Porto Alegre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Andreolla, Felipe
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC
PARA SEUS EGRESSOS: estudo de caso a partir da
Unidade Escola de Educação Profissional SENAI
Visconde de Mauá - RS (2012 - 2016) / Felipe
Andreolla. -- 2018.
196 f.
Orientadora: Conceição Paludo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Educação Profissional. 2. PRONATEC. 3.
Trabalho. 4. Acesso e Inserção Social. I. Paludo,
Conceição, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FELIPE ANDREOLLA

**ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC
PARA SEUS EGRESSOS:
estudo de caso a partir da Unidade
Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – RS
(2012 - 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 06 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Conceição Paludo

Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Dr. Gabriel Grabowski

Dra. Simone Valdete dos Santos

DEDICO ESTE TRABALHO:

Primeiramente aos meus pais: Ivete Dall' Agnol Andreolla e Nadir Andreolla que sempre me incentivaram a estudar, a buscar ampliar meus horizontes por meio da educação. Guardarei para sempre os exemplos que recebi de vocês de doação, bondade, solidariedade e honestidade.

A minha companheira, amiga e amor Deloíze Lorenzet pelo seu apoio incondicional e por ser uma pessoa compreensiva nos momentos que precisei me concentrar neste projeto de mestrado.

Ao nosso filho Lucas Lorenzet Andreolla, muitas vezes não dando a atenção que merecia, mas sempre estando junto desde os seus primeiros dias de vida.

A minha querida orientadora Conceição Paludo que sempre esteve presente com toda a sua energia e inspiração na busca desta pesquisa. Você foi um auxílio seguro e competente neste período de investigação e de crescimento intelectual. Através do seu nome dedico a todos os trabalhadores da educação, pois acredito que sem a educação não será possível transformar esta sociedade em um espaço mais democrático e com mais justiça social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, saúde, luz, sabedoria, serenidade, perseverança em superar todos os contratempos e concluir essa pesquisa.

Estes agradecimentos são endereçados para inúmeras pessoas, mas algumas foram tão especiais e por isso, necessito mencioná-las.

Agradeço a minha família, formada principalmente pela minha companheira Deloíze Lorenzet que sempre me incentivou e respeitou as ausências, a dedicação e compreendeu o momento vivenciado. Agradeço ao nosso filho Lucas Lorenzet Andreolla que desde seus primeiros dias preencheu com muito amor as nossas vidas, servindo de inspiração para seguirmos em frente. Agradeço a minha mãe Ivete Maria Dall' Agnol Andreolla por seu exemplo de perseverança e alegria e ao meu pai Nadir Andreolla pelo exemplo de sua bondade e honestidade. Agradeço especialmente as minhas irmãs Fernanda e Roberta por compreenderem a necessidade do foco na pesquisa, reduzindo o convívio com minha afilhada Vittoria, sobrinhos Vicente e Isabella e meus cunhados Bernardo e Cristiano.

Agradeço principalmente as orientações, apoio e esclarecimentos da Professora Dra. Conceição Paludo, uma referência teórica na linha de pesquisa Trabalho e Educação e um exemplo de profissionalismo, comprometimento e de luta incansável contra situações injustas. Reconheço ainda seu esforço por organizar o grupo de pesquisa que também não mediu esforços para auxiliar na construção deste trabalho. Estendo este agradecimento para as colegas Vanessa Gonçalves Dias, Dynara Martinez, Ângela Saikoski, Patrícia Rutz Bierhals, Magda Santos e Andrea Wahlbrink que se empenharam em compartilhar seus conhecimentos e experiências enriquecendo este trabalho.

Bem como, agradeço aos professores da banca avaliativa Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro, Dr. Gabriel Grabowski, Dra. Naira Lisboa Franzoi e Dra. Simone Valdete dos Santos que auxiliaram atenciosamente lendo, avaliando e sugerindo qualificadamente ajustes, na elaboração desta pesquisa. É necessário lembrar, que suas experiências e conhecimentos partilhados, aguçaram ainda mais o senso crítico, a análise com base na realidade e substantivamente contribuíram para o delineamento de algumas respostas, a

elaboração de novas perguntas e alimentaram as esperanças, pois sem elas a caminhada seria muito mais desafiadora.

Agradeço ainda, a todos os docentes e técnicos administrativos do PPGEDU – UFRGS e também, a todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que contribuíram com o crescimento intelectual e este processo como um todo. Vocês foram mais do que profissionais, mais do que colegas, vocês são companheiros e amigos.

Agradeço carinhosamente aos egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC que confiaram neste trabalho e responderam ao questionário enriquecendo com a reflexão da realidade. A educação necessita desta energia revigorante e de profissionais que cumpram com seu propósito de elevar o bem-estar humano, de transformar a humanidade. A educação é uma das ferramentas que tem o poder de criar uma ordem social na qual todos possam ter oportunidades iguais e viver com dignidade.

Como também, agradeço aos colegas do SENAI-RS, que compreenderam, apoiaram e subsidiaram este projeto, em busca de maior formação profissional, para qualificar ainda mais nossa educação, agradecimento especial a colega Arlete Verli Alves que auxiliou na localização e contato dos egressos.

Por fim, agradeço a todos que leram fragmentos, capítulos e com suas opiniões e revisões sistemáticas me auxiliaram a avançar. De um modo ou de outro, todos vocês contribuíram com esta pesquisa em educação. Finalizo este agradecimento com algumas palavras emprestadas do filósofo colombiano José Bernardo Toro: “A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem educação”.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre os egressos da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá investigando e as contribuições oportunizadas para esses estudantes nos cursos técnicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), um programa desenvolvido para instrumentalizar os cidadãos para o acesso à Educação Profissional e ao emprego. O objetivo geral desta pesquisa é compreender e analisar o contexto social, histórico e político que viabilizou a construção do programa PRONATEC e investigar as contribuições dos Cursos Técnicos do PRONATEC realizados na Unidade SENAI supracitada, identificando o perfil identitário dos estudantes e as possibilidades que a realização dessa modalidade de ensino abriu para sua qualificação profissional e inserção social. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e nos resultados centrais destaca-se que: a) o acesso e a permanência dos estudantes estiveram ligados às condições de produção da vida; b) o PRONATEC ampliou as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional; c) esta política viabilizou o acesso à formação técnica para pessoas que não teriam condições de realizar um curso por conta própria; d) essa titulação tornou-se um diferencial em seus currículos contribuindo para sua inserção mais qualificada no mundo do trabalho. No entanto, corroborando com o Estado da Questão realizado, pode-se dizer que, embora o PRONATEC tenha contribuído com os estudantes, essa contribuição foi ao indivíduo e não está inserida em uma proposição que resgate o trabalho, no sentido da politecnia, como princípio educativo; e) identificamos avanços na formação crítica dos educandos e trabalhadores, mas não o suficiente para afirmarmos que houve a superação das condições de alienação e dominação; f) nossa preocupação recai sobre a descontinuidade do programa, tendo em vista que não há nenhuma proposta emergente para suprir o vácuo deixado.

Palavras-chave: Educação Profissional. PRONATEC. Trabalho. Acesso e Inserção Social.

ABSTRACT

This study investigates the former students from Professional Education School SENAI Visconde de Mauá and the contributions offered to them in technical courses of *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (PRONATEC), a program developed to prepare Brazilian citizens to access professional education and the job market. The general purpose of this study is to understand and analyze the political, historical and social context that made possible the development of PRONATEC program, and the contribution of PRONATEC courses at SENAI Visconde de Mauá, identifying the profile of the students and the possibilities created for social insertion and professional qualification. This research is a case study and the main results we found are: a) the access and permanence of the students in the courses are related to their social conditions; b) PRONATEC program increased the educational opportunities of the working class through the improvement of professional formation and qualification; c) that policy enabled people, that cannot afford to study, to access technical formation; d) technical formation is an advantage in the professional background of those students, helping them to access the job market. Although, supporting the State of the Question, it is possible to declare that PRONATEC program contributed to the life of those students, but that contribution was personal and it is not part of a more comprehensive proposition that revive the labor as educational principle; e) there were advancements in the critical formation of students and workers, but not enough to overcome the condition of alienation and domination; f) we are concerned about the end of PRONATEC and the absence of any program to fill the gap left.

Keywords: Professional education. PRONATEC. Labor. Access and Social Insertion.

LISTA DE SIGLAS

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CNCB – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CRE – Coordenadoria Regional de Educação
DEQ/SPPE – Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC – Emenda Constitucional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPI – Equipamentos de Proteção Individual
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM – Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB – Fundação Banco do Brasil
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC – Formação Inicial e Continuada
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
IFETs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MPS – Ministério da Previdência Social
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTUR – Ministério do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas (ONU)
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEQs – Planos Estaduais de Qualificação
PIB – Produto Interno Bruto
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PlanSeQs – Planos Setoriais de Qualificação
PlanTeQs – Planos Territoriais de Qualificação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio
PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação
ProEsQs – Projetos Especiais de Qualificação
PROEP – Programa de Expansão Profissional
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
QAD – Qualificação à Distância
QUALIFICA BRASIL – Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Serviço Social do Transporte
SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SIS – Sistema Integrado do SENAI/RS
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
SPE – Secretaria de Política Econômica
SPETR – Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
TRAMSE – Trabalho, Movimentos Sociais e Educação
WIPO – Organização Mundial de Propriedade Intelectual

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ações integrantes do PRONATEC	51
Figura 2 – Distribuição geográfica dos trabalhos sobre o PRONATEC encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013 – 2016).....	67
Figura 3 – Nuvem de palavras dos títulos dos trabalhos sobre o PRONATEC encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013-2016).....	68
Figura 4 – Nuvem de palavras das respostas dos egressos sobre o que contribuiu para a sua permanência até o final do curso	110
Figura 5 – Nuvem de palavras dos relatos dos egressos sobre as contribuições pessoais promovidas pelo PRONATEC	133
Figura 6 – Nuvem de palavras dos relatos dos egressos sobre as contribuições sociais promovidas pelo PRONATEC	137
Figura 7 – Nuvem de palavras dos relatos dos egressos sobre as principais contribuições promovidas pelo PRONATEC.....	140
Gráfico 1 – Porcentagem da População Urbana x Rural no Brasil (1950-2010).....	29
Gráfico 2 – Evolução da População Urbana x Rural no Brasil (1950-2010).....	30
Gráfico 3 - Resoluções do Fundo de Amparo ao Trabalhador sobre Qualificação Social e Profissional	45
Gráfico 4 – Execução orçamentária do MEC: subfunção ensino profissional (2003-2012).....	49
Gráfico 5 – Distribuição dos Trabalhos sobre PRONATEC por Programa de Pesquisa encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013-2016).....	66
Gráfico 6 – Meta e Execução do PRONATEC (2011 – 2014).....	73
Gráfico 7 - Matrículas em Educação Profissional Técnica no Brasil (2007 – 2015).....	74
Gráfico 8 – Retorno da Pesquisa.....	89
Gráfico 9 – Parte I – Questões Gerais – Idade dos egressos	92
Gráfico 10 – Parte I – Questões Gerais – Gênero dos egressos	93
Gráfico 11 – Parte I – Questões Gerais – Autodeclaração por cor dos egressos	94
Gráfico 12 – Parte I – Questões Gerais – Quantidade de irmãos dos egressos	97
Gráfico 13 – Parte I – Questões Gerais – Com quem moram os egressos.....	98

Gráfico 14 – Parte I – Questões Gerais – Quantos membros da família moram com os egressos.....	98
Gráfico 15 – Parte I – Questões Gerais – Tipo de imóvel onde moram os egressos	99
Gráfico 16 – Parte I – Questões Gerais – Estado Civil dos egressos.....	100
Gráfico 17 – Parte I – Questões Gerais – Filhos dos egressos.....	100
Gráfico 18 – Parte I – Questões Gerais – Situação de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC	101
Gráfico 19 – Parte I – Questões Gerais – Descrição do trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC	102
Gráfico 20 – Parte I – Questões Gerais – Forma de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC	102
Gráfico 21 – Parte I – Questões Gerais – Situação de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC	103
Gráfico 22 – Parte II – Sobre o curso – Cursos realizados pelos egressos	105
Gráfico 23 – Parte II – Sobre o curso – Motivo de escolha do Curso Técnico pelos egressos	106
Gráfico 24 – Parte II – Sobre o curso – Distância da moradia do egresso até a Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.....	108
Gráfico 25 – Parte II – Sobre o curso – Meio de transporte utilizado pelos egressos para frequentar as aulas do PRONATEC	109
Gráfico 26 – Parte II – Sobre o curso – Condições dos equipamentos utilizados no curso	110
Gráfico 27 – Parte II – Sobre o curso – Conteúdos que os egressos julgam mais interessantes	111
Gráfico 28 – Parte II – Sobre o curso – Avaliação da infraestrutura escolar pelos egressos	112
Gráfico 29 – Parte II – Sobre o curso – Percepção dos egressos sobre os professores que ministraram os cursos do PRONATEC	113
Gráfico 30 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Situação de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC	116
Gráfico 31 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Descrição do trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC	117

Gráfico 32 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Forma de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC	118
Gráfico 33 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Forma de trabalho dos egressos atual	120
Gráfico 34 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Descrição do trabalho que está exercendo atualmente	121
Gráfico 35 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Descrição da forma de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC	122
Gráfico 36 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Situação de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC	124
Gráfico 37 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Contribuições do PRONATEC para o trabalho dos egressos.....	125
Gráfico 38 – Taxa de Desemprego em Porto Alegre de 1993 a 2017.....	126
Gráfico 39 – : Reajuste do Salário Mínimo – Aumento Real (2003 – 2018).....	128
Gráfico 40 – % de Salário Mínimo Nominal x Salário Mínimo Necessário (1994 – 2018).....	129
Gráfico 41 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Relatos dos egressos sobre as contribuições pessoais promovidas pelo PRONATEC	132
Gráfico 42 – Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Inserção Qualificada dos egressos após terminar o curso do PRONATEC	134
Gráfico 43 – Parte IV – Suas contribuições – Opinião dos egressos se realizaria curso técnico se não fosse por meio do PRONATEC	138
Quadro 1 – Indicadores Macro Ambientais (2011).....	57
Quadro 2 – Mapa do Trabalho com análise do Microambiente SENAI RS (2011-2014).....	58
Quadro 3 – Relação de Egressos dos Cursos Técnicos (2014 – 2016)	87
Tabela 1 – Trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013-2016).....	65
Tabela 2 – Resumo geral do retorno da pesquisa com os egressos	89
Tabela 3 – Comparativo da situação de trabalho Forma/Informal antes de realizar o curso do PRONATEC, logo após realizar e situação “atual” dos egressos, “no momento em que foi aplicado a pesquisa”	123

Tabela 4 – Comparativo da situação de trabalho Forma/Informal antes de realizar o curso do PRONATEC, logo após realizar e situação atual dos egressos 124

Tabela 5 – Reajuste do Salário Mínimo 2003-2018 127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CAMINHOS QUE LEVARAM AO PRONATEC	24
1.1 Educação Profissional no Brasil	26
1.2 Aspectos históricos, educacionais, econômicos, políticos e sociais que desencadearam a criação do PRONATEC – 2011 – 2014	43
1.3 O PRONATEC na Unidade Escola De Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá	53
2 O DEBATE TEÓRICO ACERCA DO PRONATEC E A METODOLOGIA DA PESQUISA	63
2.1 O debate teórico acerca do PRONATEC	63
2.1.1 Banco de dissertações e teses da CAPES – (2013 – 2016)	65
2.1.2 Publicações do Ministério da Educação – MEC (2011 – 2014)	73
2.2 Abordagem teórico metodológica	80
2.3 Técnicas utilizadas na pesquisa	84
3 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE UM CURSO TÉCNICO DO PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS: BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS X PROBLEMATICA SOCIAL	91
3.1 O público do PRONATEC, sua identidade e condições de estudo	92
3.1.1 Os sujeitos, a diversidade e a escola: mantem-se as discriminações ao acesso	92
3.1.2 Os sujeitos e a produção da vida: condições de acesso e permanência	96
3.2 A percepção dos egressos em relação ao curso do PRONATEC	105
3.2.1 Os sujeitos e o curso PRONATEC: a busca da melhoria da qualidade de vida..	105
3.3 A qualidade de trabalho e vida dos egressos após o curso.....	116
3.4 Contribuições dos egressos à respeito do PRONATEC	138
3.5 Inferências a partir do estabelecimento entre a empiria e atualidade brasileira	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICE	171
Apêndice A – Resoluções da Qualificação Social e Profissional do Fundo de Amparo ao Trabalhador	171
Apêndice B – Autorização da Instituição	180
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	181
Apêndice D – Formulário da Pesquisa de Campo realizada com os egressos	183

Apêndice E – E-mail enviado aos egressos em 24 de outubro de 2017, convidando para responderem a pesquisa	195
Apêndice F – E-mail e mensagem por WhatsApp enviado aos egressos em 06 de dezembro de 2017, convidando para participarem da entrevista	196

INTRODUÇÃO

Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente (FREIRE, 1996, p.28).

Esta pesquisa tem por objetivo aprofundar o diálogo sobre a temática da Educação Profissional. Reconhecemos que a Educação Profissional pode ser comparada a uma engrenagem com diversos fatores que a movimentam: a sociedade, a política, a economia, a cultura, a ciência, a tecnologia, entre outros vetores que compõem o mundo do trabalho e da cultura.

Na última década a Educação Profissional no Brasil passou a ocupar lugar central na agenda das políticas públicas e um dos objetivos vinculados a esse propósito é a pesquisa aplicada e o desenvolvimento local e regional, com a finalidade de deslocar o lugar ocupado como consumidor de tecnologias e iniciar a assumir o espaço de produtor de tecnologias e inovações.

Inicialmente realizamos uma reconstituição histórica da Educação Profissional no Brasil, com o objetivo de resgatar os aspectos históricos, educacionais, econômicos, políticos e sociais que desencadearam a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e identificamos as necessidades de aprofundamento que nortearam o desenvolvimento da pesquisa de campo junto aos egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC da Unidade Escola de Educação Profissional Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Visconde de Mauá com o objetivo de identificar as contribuições do PRONATEC para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho.

Na pesquisa, para Sánchez Gamboa, investigam-se problemas e não temas, o autor (2006, p.67) explica que “o esquema básico de uma pesquisa pode ser simplificado na relação simples de uma pergunta qualificada e pertinente sobre uma problemática e alguns indicadores sobre a possível resposta a essa pergunta”. Assim, o problema que buscamos esclarecer tem por base a seguinte questão geradora: Em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá no período entre 2012 e 2016, contribuiram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho?

Para dar conta dessa problemática, analisamos as contribuições dos cursos do PRONATEC para seus egressos em um estudo de caso a partir da Unidade Escola de Educação Profissional do SENAI Visconde de Mauá (2012-2016).

Esse tema investiga os egressos dos cursos Técnicos do PRONATEC. Num contexto mais amplo, esta pesquisa está inserida na Educação Profissional e, num contexto mais local, delimita como espaço de pesquisa o estudo de caso, tendo como lócus a Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, situada na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Essa escola participou do PRONATEC desde sua implantação oferecendo cursos nas modalidades de Qualificação Profissional, por meio da Formação Inicial e Continuada (FIC) e Educação Profissional Técnica de Nível Médio através dos Cursos Técnicos.

Conforme a célebre frase de Marx e Engels (1984), não podemos interpretar os fatos e os seres humanos sem a análise de suas circunstâncias. Pois, cada ser em suas escolhas, ações, projetos, dificuldades, justificativas, indagações e objetivos que possui são formulados em decorrência do seu processo de vida, suas relações, seu trabalho, seu modo de produção, seus estudos que produzem sua consciência.

Ao fazermos uma análise das justificativas desta pesquisa, é indispensável que consideremos a sua necessidade e seu sentido, uma vez que inexiste pesquisa neutra, cada pesquisa científica possui uma intencionalidade política. Para o autor e pesquisador Frigotto na obra organizada por Fazenda (2010), há a seguinte concepção:

[...] há duas dimensões que merecem ser pensadas em relação ao processo de conhecimento enquanto práxis no campo educacional. Trata-se, primeiro, de perguntarmos qual o sentido 'necessário' e prático das investigações que se fazem nas faculdades, centros, mestrados e doutorados de educação? Não se trata do sentido utilitarista e apenas imediato, ou de uma espécie de ativismo. Trata-se de indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico de nossas pesquisas. A serviço de quê e de quem despendemos nosso tempo, nossas forças e grande parte de nossa vida? (FRIGOTTO, In: FAZENDA, 2010, p.91).

Acompanhando a história da Educação Profissional no Brasil percebe-se longo período de estagnação e nos últimos anos vivenciou momentos em que ocupou lugar central nas políticas públicas. Dessa forma, realizar uma problematização sobre esse tema é resgatar seu sentido histórico, político, social, acadêmico a serviço da sociedade.

A escolha da temática que foi pesquisada teve como critérios alguns fatores:

- 1) vivências e experiências na Educação Profissional, na trajetória formativa pessoal;

- 2) vínculo empregatício com essa área contemplando esse programa;
- 3) pertencimento ao Mestrado em Educação e linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação; e
- 4) para contribuir com a academia realizando a pesquisa em um programa que pode ter sido uma política pública brasileira significativa para a Educação Profissional e classe trabalhadora e pela ameaça de sua descontinuidade.

Primeiramente ressalto¹ que, ao longo da minha trajetória de escolarização, sempre busquei integrar a vida acadêmica à vida profissional, tanto é que desde a adolescência estive vivenciando as relações de educação-trabalho e trabalho-educação. Aos 15 anos ingressei no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Programa Jovem Aprendiz para realizar o curso de Mecânico de Manutenção de Automóveis e Veículos Similares, na modalidade de Aprendizagem Industrial, com carga horária de 2.400 horas. Esse curso me habilitou profissionalmente para executar operações técnicas, como mecânico para a manutenção de veículos. Assim, desde cedo, realizo experiências que oportunizaram conhecer, vivenciar e analisar as possibilidades e limitações dessa formação.

Essa formação inicial permitiu a consolidação do primeiro vínculo empregatício nessa área, nos setores de indústria, comércio e prestação de serviços. Na continuidade, realizei processo seletivo e iniciei minha atuação na Educação Profissional, perpassando pelas funções de Docente, Coordenador de Cursos e atualmente como Supervisor de Educação e Tecnologia. Essas experiências aguçaram a necessidade de analisar mais profundamente a Educação Profissional.

Em face dessa necessidade busquei complementar minha trajetória acadêmica, ingressando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS), optando pela linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE) que possui os seguintes objetivos:

- a) qualificar a práxis de professores da rede pública e privada de educação básica, profissional e superior;
- b) subsidiar políticas de educação, de formação e qualificação profissional, nas áreas públicas e privadas, que incorporem as relações de trabalho, etnia, gênero, idade; e

¹ Neste item são levantadas algumas razões pessoais que justificam esta pesquisa. Por isso a descrição desta parte do texto é realizada na primeira pessoa do singular, enquanto que o restante do texto está na terceira pessoa do plural, levando em consideração que o conhecimento é uma construção coletiva e faz parte de uma comunidade acadêmica.

c) fundamentar experiências de trabalho, educação e lazer, nas organizações sociais e nos movimentos sociais (PPGEDU/UFRGS, 2016)².

Por fim, justifico essa escolha por haver uma preocupação com a análise do programa PRONATEC, enquanto política pública implementada a partir de 2011 e que necessita de maior espaço de reflexão na academia. Também, por essa iniciativa ir ao encontro da formação profissional da classe trabalhadora, muitas vezes relegada a um segundo plano sem ser contemplada como prioridade nas políticas públicas educacionais. E ainda, pelo interesse de registrar as contribuições desse programa, por sua relevância, pela inserção significativa, por suspeitar que há desafios e que necessitam de aprimoramento e, ademais, pela ameaça da sua descontinuidade.

Segundo a pesquisadora Minayo (2009, p. 18), “toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais”.

Nesse fragmento, por ser um trabalho pertencente ao Mestrado em Educação, destacamos uma indagação realizada por Antunes e Pinto (2017, p.7), “será que a educação, dados os seus tantos constrangimentos – que remetem em alguma medida à ‘anatomia da sociedade civil’ -, ainda pode exercer algum papel de relevo na longa e difícil história de emancipação da humanidade?” Frente a essa questão sobre o universo educativo, nos cabe acreditar na trajetória educacional, não como ferramenta exclusiva e redentora, mas como um instrumento que pode propiciar a emancipação, no sentido freireano e auxiliar cada cidadão e cidadã a se emancipar.

Estruturalmente esta pesquisa está dividida em três eixos.

O primeiro eixo desenvolve uma contextualização da Educação Profissional ao PRONATEC e tem como objetivo:

- Resgatar os principais fatores históricos, educacionais, econômicos, políticos e sociais que impulsionaram a origem do PRONATEC, bem como a trajetória da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá que possibilitaram a sua participação no programa;

- Investigar como ocorreu a oferta dos Cursos Técnicos do PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá; e

² Dados extraídos da página:< <http://www.ufrgs.br/ppgedu/linhas.html> >.

- Analisar as possibilidades e tensões que caracterizaram a execução do PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.

O segundo eixo aborda o debate teórico, decorrente de pesquisas sobre o PRONATEC e a metodologia utilizada na pesquisa, contemplando a abordagem teórico-metodológica e técnicas utilizadas na pesquisa.

Desse modo, o objetivo desse eixo é explicar o modo de agir, de olhar, de inferir e de analisar o tema investigado, descrevendo as escolhas metodológicas e os instrumentos de coleta de dados no sentido de realizar um aprofundamento sob as bases qualitativas e quantitativas.

A partir deste objetivo metodológico, opta-se pelo método de pesquisa do Materialismo Histórico Dialético. Esse método busca o desvelamento da realidade e indaga situações históricas e permite a compreensão da realidade de forma concreta, dinâmica, em inter-relação com outros fenômenos. Tal método possui uma abordagem crítica e seus principais referenciais são Marx e Engels.

O terceiro e último eixo trata da pesquisa de campo³ realizada com os egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC da Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá que tem como objetivo:

- Investigar em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho no período de 2012 até 2016.

A partir dessa finalidade também buscamos articular respostas para algumas questões mais periféricas, são elas:

- Identificar quem eram os sujeitos dos cursos PRONATEC, conhecendo seus modos de produção de vida e suporte familiar, reconhecendo a classe social e econômica a que pertenciam, revelando suas condições de trabalho e inserção social;

- Compreender como foi a implementação, escolha de cursos, oferta de vagas, seleção, divulgação dos cursos PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá;

- Assinalar as principais motivações que influenciaram os estudantes a realizarem essa formação por meio do programa PRONATEC na unidade escolar mencionada;

³ A pesquisa de campo foi enviada para cento e sessenta estudantes egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC e obteve a participação de trinta e oito respondentes.

- Verificar os impactos do programa PRONATEC na formação pessoal, profissional e social elencadas pelos egressos dos Cursos Técnicos da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá;

- Observar se esses egressos apostam na educação e formação para melhoria de suas condições de vida e as principais dificuldades que vivem hoje: de moradia, de saúde, de acesso a estudos, de trabalho; e

- Analisar e construir algumas inferências acerca do contexto político atual e o cenário da Educação Profissional.

Essas foram algumas questões que deram contorno a este trabalho, ao considerarmos Freire, somos incentivados a problematizar os educandos

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com o outro, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 1987, p.40).

Frente aos dizeres de Freire, acreditamos que ao questionar os educandos eles poderão pensar sobre o espaço que ocupam na sociedade e contribuir para sua efetiva inclusão num processo de conscientização.

Posteriormente são tecidas algumas considerações finais desta investigação, levantando outras questões a fim de suscitar novas reflexões e pesquisas.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CAMINHOS QUE LEVARAM AO PRONATEC

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-se a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, CF de 1937, Art. 129).

Introduzimos este capítulo com a Constituição Federal Brasileira de 1937, a primeira a tratar mais especificamente da Educação Profissional. Conforme observamos nessa base legal, esse ensino era destinado para classes menos favorecidas e era um dever do Estado, das indústrias, dos sindicatos e das associações o seu oferecimento.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases trata da Educação Profissional em seu capítulo III afirmando no Artigo 39 que “A Educação Profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996). Além disso, viabiliza essa formação em instituições regulares ou no ambiente de trabalho, sendo esse conhecimento avaliado permitindo o prosseguimento ou conclusão de estudos, de acordo com a capacidade de aproveitamento.

O fundamento e a razão de existir da Educação Profissional é o trabalho. Nesse sentido, é essencial resgatarmos seu conceito para aprofundarmos o entendimento desse pressuposto. Para isso, nos amparamos em Marx acerca da concepção de trabalho:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro. Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas *jugera* de terra cultivadas por *Cincinnatus* ou da ação selvagem que abate uma fera com uma pedra. (MARX, 2013, p. 261).

Conforme Marx esclarece o trabalho é a mediação entre o ser humano e a natureza, esse conceito de trabalho amplia suas dimensões ao produzir valores de uso, uma vez que

o intercâmbio também pode produzir valores de troca. O trabalho para Marx nos constitui, nos humaniza. Entretanto, embora na sociedade capitalista, o trabalho necessariamente produza valor de uso, é dimensionado apenas pelos valores de troca, assim surge o conceito de emprego, no qual o empregado vende sua força de trabalho como uma mercadoria. Gomez (2002) auxilia nessa compreensão.

Compreender o trabalho como sendo marcado pela sua condição de mercadoria e pelas consequências da alienação/dominação daí derivadas representa o ponto de partida para o entendimento da relação educação-trabalho. Esse ponto é também a referência básica para uma metodologia alicerçada nas determinações fundamentais impostas pelas relações sociais de produção (GOMEZ, 2002, p.56).

A partir dessa citação de Gomez observamos que essa dinâmica de compra e venda da força de trabalho permite a alienação e a dominação. Nosso entendimento é que a Educação Profissional precisa formar criticamente os educandos e trabalhadores para a superação dessas condições de alienação e dominação. Para tanto, a Educação Profissional deve preocupar-se com a cultura, a política, a ciência, a economia, a tecnologia e as condições de sobrevivência social para que todos usufruam dos direitos essenciais (saúde, educação, moradia, segurança, saneamento, cultura e lazer).

Para contextualizar o movimento ocorrido desde a origem da Educação Profissional no Brasil até a criação do PRONATEC, dividimos este capítulo em três subitens. No subitem 1.1 apresentamos um breve recorte histórico da Educação Profissional no Brasil que ao longo dessa trajetória foi marcada pela dualidade pública e privada, como também permaneceu o modelo dual de educação que demarca a trajetória educacional para as elites e para os trabalhadores. No subitem 1.2, destacamos os aspectos históricos, educacionais, econômicos, políticos e sociais que desencadearam a criação do PRONATEC, entre os anos de 2011 e 2014, período em que o Brasil estava economicamente em ascensão e contava com um programa de governo que priorizava políticas sociais que incentivavam as matrículas e a formação técnica profissional, estimulando a difusão desses conhecimentos e melhor qualificação para o trabalho. Na sequência, no subitem 1.3, finalizando essa primeira parte, apresentamos o PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá abordando questões operacionais para a realização dos cursos.

1.1 Educação Profissional no Brasil

Conforme os dados do Ministério da Educação (MEC), em publicação intitulada “Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (2009), a Educação Profissional no Brasil originou-se nos tempos da colonização, sendo os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofícios que recebiam uma instrução básica para exercerem suas atividades. Observamos que o público a quem era destinada essa formação vivia em condições de exploração desde aquele contexto histórico.

De acordo com Canali (2016), durante o Período Colonial brasileiro foi inserida a mão de obra escrava para sustentar o modelo econômico agroexportador limitando assim o acesso à educação somente aos homens livres por meio das Corporações de Ofício, que serviam para regulamentar o processo produtivo artesanal nas cidades. As Corporações de Ofício eram marcadas pela hierarquia (mestres, oficiais e aprendizes) e controle da técnica de produção das mercadorias pelo produtor que impediam o ingresso de escravos. Essa história nos conduz a percebermos que o início da Educação no Brasil foi excludente e discriminatória.

Nesse período transcorreram pequenos avanços de industrialização em vários ramos de atividades, tais como fundições e oficinas de ourives, mas, logo foram fechados pela Coroa Portuguesa pelo interesse da manutenção do modelo econômico extrativista.

De acordo com Fonseca (1961), a Coroa Portuguesa obrigou o fechamento de todas as fábricas através do Alvará de 5 de janeiro de 1785, que em seu recorte demonstra o espírito predominante das autoridades portuguesas conforme segue:

O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil. (FONSECA, 1961, p. 92).

Somente em 1808, com a chegada da família real portuguesa, foi retomado o processo de desenvolvimento industrial iniciando uma nova fase para a aprendizagem profissional. Nesse ano, segundo Fonseca (1961), aconteceu a abertura dos portos ao comércio estrangeiro e ao mesmo tempo a instalação de fábricas no Brasil. D. João VI autorizou a criação do colégio de fábricas, o qual foi a primeira instalação pública com a finalidade de atender a educação dos artistas e aprendizes.

A escassez de mão de obra desenvolveu a aprendizagem compulsória de ofícios, utilizando-se as crianças e os jovens excluídos socialmente. As atividades de ensino e trabalho ocorriam no interior dos arsenais militares e da marinha onde as crianças e jovens sem condições econômicas ficavam internados por alguns anos (aprendendo ofício e trabalhando para formar um pecúlio, espécie de saldo que pagasse os estudos e alguns excedentes para retornarem à sociedade), até se tornarem livres para escolher onde trabalhar.

A história da Educação Profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. (BRASIL/MEC, 2016).

Dando continuidade a esse percurso histórico temos, em 1827, a aprovação do projeto da Comissão de Instrução, que organizava o ensino público pela primeira vez no Brasil. Por essa legislação, o ensino de ofícios estava incluído na terceira série das escolas primárias e depois nos Liceus no estudo de desenho necessário para as artes e ofícios.

No ano de 1834, por meio do ato adicional, ocorreu a descentralização do ensino, migrando a competência do ensino primário e secundário para as províncias, enquanto o governo central passava a ser responsável pelo ensino superior.

Conforme os estudos de Garcia (2000, p.4), em meados “de 1852 foi exposta a ideia de fundar estabelecimentos de ensino de ofícios que levassem em conta o estado social de seus alunos”. Para essa pesquisadora houve ensino destinado primeiramente aos silvícolas, após para os escravos, em seguida aos órfãos e mendigos e, posteriormente, aos excluídos, como cegos, surdos e mudos.

Garcia (2000, p.5) retrata ainda que a Constituição da República de 1891 instituiu o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização do ensino e a dualidade de sistemas, confirmando que a União ficaria responsável para a criação e o controle do ensino superior e do ensino secundário, já para os estados foi atribuída a competência de criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional.

A Educação Profissional Federal Brasileira foi constituída por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, do então Presidente Nilo Peçanha, como saída para ocupar a população de miseráveis, prostitutas e desocupados que ficavam à margem da sociedade e assim podiam ser úteis com a instrução de um ofício. Essa origem da

Educação Profissional pública e federal ocorreu pela abertura de 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices. Sua função era instruir para a realização de ofícios um grupo da população brasileira de modo assistencialista.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Kunze (2009) confirma que aos olhos dos dirigentes do país era preciso educar, atender e profissionalizar os ex-escravos, mendigos, loucos, prostitutas, rebeldes, viciados, órfãos para que se transformassem em obreiros úteis ao invés de serem rebeldes com a Pátria. Observamos que historicamente essa modalidade de educação foi instaurada para um público que estava excluído e necessitando de uma oportunidade. Em linhas gerais, o trabalho manual, braçal, deveria ser destinado aos pobres por meio da Educação Profissional, pois, na sociedade dessa época, os trabalhos manufatureiros eram ligados ao regime escravista, enquanto o trabalho intelectual deveria ser reservado aos filhos das camadas mais elevadas da pirâmide social, econômica e cultural.

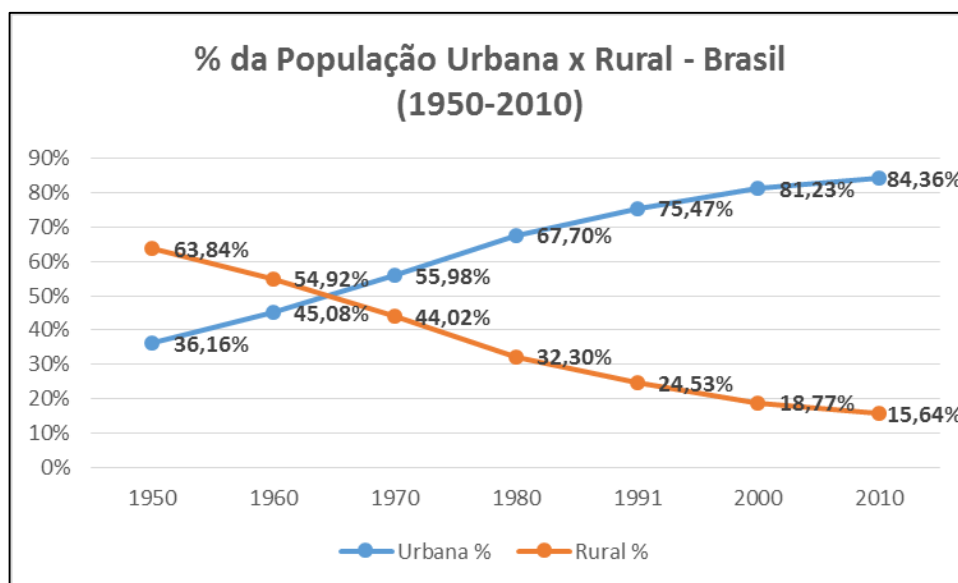
Para o desenvolvimento do país o que contava era o desenvolvimento econômico com base no latifúndio e uma economia agroexportadora produzindo principalmente café, borracha, cacau e cana de açúcar. Na década de 1920,

[...]a população rural, cerca de 70% da população economicamente ativa, carente de terra, saúde e educação, era qualificada de 'caipira'. Com as mãos calejadas, crianças, homens e mulheres viviam mergulhados num mundo de privações e sofrimentos [...] (PALUDO, 2001, p.26).

A autora também afirma que, em 1930, sob a ideologia nacional desenvolvimentista e sob um Estado marcadamente autoritário e centralizador, o Brasil inicia o caminho de sua industrialização, optando pela substituição das importações em alguns setores.

Conforme os dados das Séries Históricas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que traz informações do período de 1950 a 2010, observa-se que o processo de industrialização está atrelado ao processo de urbanização e é um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção à área urbana.

Para ilustrar esse deslocamento, também chamado de êxodo rural, que provocou a mudança de um modelo agroexportador para um modelo urbano-industrial apresenta-se o gráfico extraído das informações do Censo Demográfico do IBGE (1950/2010) com o percentual da população urbana x rural do Brasil no período:

Gráfico 1 – Porcentagem da População Urbana x Rural no Brasil (1950-2010)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com o gráfico apresentado, a partir de 1970, mais da metade da população brasileira já se encontrava nas áreas urbanas. É reconhecido por estudos geográficos⁴ que esse êxodo acarretou uma série de problemas até então inexistentes. Podemos exemplificar com os cinturões de favelas que foram se formando no entorno dos grandes centros urbanos em razão da falta de ocupação para toda essa população; a violência urbana fruto também desse crescimento populacional no perímetro urbano sem políticas que dessem conta de assegurar os principais direitos básicos; a poluição pela baixa infraestrutura de saneamento e destino correto do lixo, além da produção de poluentes pelas indústrias e automóveis. Ademais, o crescimento desenfreado dos centros urbanos teve como uma das consequências o surgimento do trabalho informal e o desemprego, provocando a marginalização dos excluídos que habitam áreas sem infraestrutura.

De acordo com Lefebvre, (2011) o processo de industrialização e urbanização são inseparáveis e, ao mesmo tempo, conflitantes. Para ilustrar seu argumento, o citamos:

Temos à nossa frente um *duplo processo* ou, preferencialmente, um processo com dois “aspectos”: industrialização e urbanização, crescimento e

⁴ Informações obtidas com base no site:

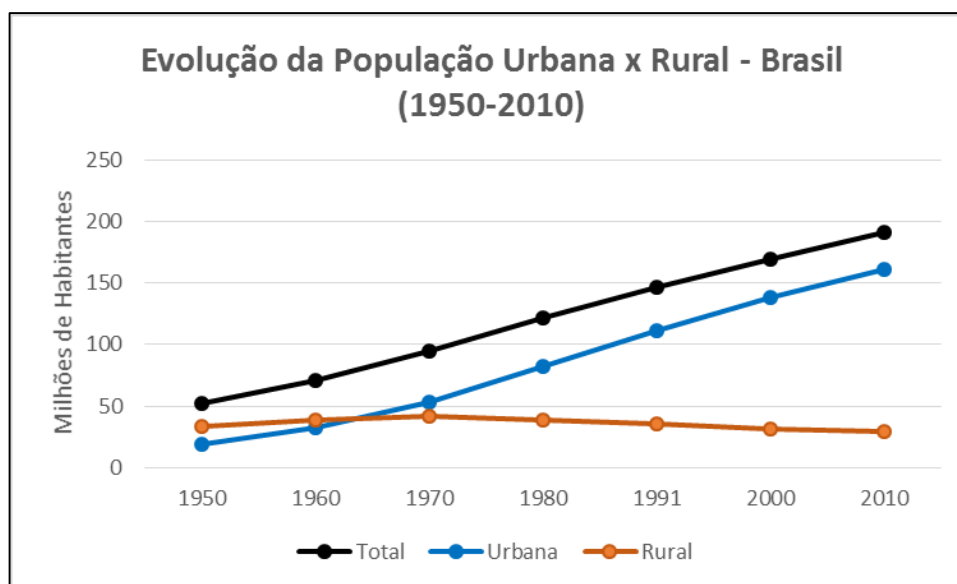
<<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, tem uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 2011, p.16, grifos do autor)

Mediante essa análise também é importante evidenciar que a taxa de crescimento populacional brasileira foi ascendente entre as décadas de 1950 a 2010, sendo que a fração da população urbana teve um constante e célere crescimento, enquanto que a população rural decresceu no mesmo período.

Para ilustrar a evolução da população urbana e rural apresentamos o gráfico com informações extraídas do censo do IBGE (1950/2010):

Gráfico 2 – Evolução da População Urbana x Rural no Brasil (1950-2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Elaborado pelo autor, 2017.

A partir desse gráfico é possível visualizar que a população total brasileira em 1950 era de 51 milhões de habitantes, sendo 31 milhões na área rural e 18 milhões na área urbana, representando, respectivamente, 63,84% e 36,16%. Em 2010, a população total era de 190 milhões de habitantes⁵, sendo 29 milhões na área rural e 161 milhões na área

⁵ De acordo com estimativas do IBGE (2018), a população residente no Brasil, tendo como data de referência, 1º de julho de 2018, é de 208.494.900 habitantes. Salientamos que o censo demográfico é decenal e o próximo está previsto para o ano de 2020.

urbana, representando 15,64% e 84,96%, respectivamente. De 1950 até 2010, a população urbana cresceu 756,74 %, enquanto que a população rural decresceu 10,03%.

É oportuno também resgatar que ao longo do Século XX um papel importantíssimo foi desempenhado pela iniciativa privada. Um dos aspectos dignos de nota foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ocorrido em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional.

De acordo com os dados do Portal da Indústria (2012), o SENAI contribuiu com o processo de industrialização no Brasil, nos moldes direcionados pelo governo, e serviu de modelo para países vizinhos:

No fim da década de 50, quando o presidente Juscelino Kubitschek acelerou o processo de industrialização, o SENAI já estava presente em praticamente todo o território nacional tornando-se referência de inovação e qualidade na área de formação profissional, servindo de modelo para a criação de instituições similares na Venezuela, Chile, Argentina e Peru. (SENAI, 2012).

Em notícia publicada no Portal da Indústria (2017), aponta que ao longo dos 75 anos de existência (1942/2017), o SENAI qualificou mais de 71 milhões de trabalhadores. Segundo os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) o SENAI atua diretamente com mais duas entidades organizacionais (CNI, 2017):

I) SESI – Serviço Social da Indústria, criado em 1º de julho de 1946, é uma instituição aliada das empresas que tem a missão de promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, além de estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial (SESI, 2012).

II) IEL - Instituto Euvaldo Lodi criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 29 de janeiro de 1969, e hoje prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade, oferecendo soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras (IEL, 2015).

O SENAI, o SESI e o IEL são instituições subordinadas à Confederação Nacional da Indústria. Com a criação desse sistema iniciado pela indústria, novas organizações foram criadas pelos setores produtivos na categoria administrativa privada (comércio, agricultura, transportes e cooperativas) que hoje formam o “Sistema S” que veremos resumidamente (BRASIL, Portal Brasil, 2010):

a) SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio foi criado em 10 de janeiro de 1946, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNCB), por meio do Decreto-Lei nº 8.621 com o objetivo de promover a Educação Profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços.

b) SESC – Serviço Social do Comércio foi criado em 13 de setembro de 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.853, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos trabalhadores do setor de comércio e serviços.

c) SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas foi criado em 1972, com a missão de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional.

d) SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi criado pela Lei nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos moldes do SENAI e SENAC e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992, com o objetivo de promover a Educação Profissional para trabalhadores rurais.

e) SEST – Serviço Social de Transporte criado em 1993, para promover a qualidade de vida dos trabalhadores do setor dos transportes.

f) SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte criado para promover a Educação Profissional para trabalhadores do setor de transportes. O SEST e SENAT foram criados em 14 de setembro de 1993 pela Lei nº 8.706.

g) SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999, com o objetivo de promover o aprimoramento e desenvolvimento das cooperativas e capacitação profissional dos cooperados para exercerem funções técnicas e administrativas.

Denominado “Sistema S”, esse conjunto de organizações representa entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica e possuem raízes comuns e características organizacionais similares (BRASIL, Portal Brasil, 2010).

De acordo com Cunha (2009), o “Sistema S” foi adaptando e aperfeiçoando seu projeto de acordo com as transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade brasileira, percorrendo três fases: iniciando nos anos 1950 e 1960, com a expansão da industrialização de base, onde a aprendizagem foi substituída pelo treinamento a partir de cursos de curta duração. Na sequência, nos anos 1970, devido a alterações às políticas educacionais, foram criados cursos técnicos de nível médio, voltados a especialidades

específicas. E por fim na última fase, a partir de 1990, em decorrência da reestruturação dos processos produtivos em consequência da globalização econômica e transformação da legislação educacional, abriram-se as portas para a oferta de cursos de nível superior e atividades de consultoria e assessoria, ultrapassando os limites territoriais da área da educação.

Paralelo ao sistema privado de Educação Profissional, enfatizamos a existência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A missão dessa rede é qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira e, de acordo com as informações do Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2016) em publicação que trata da Expansão da Rede Federal, em 2002 contava com 140 campi das escolas técnicas, em 2014 alcançou a marca de 562 campi e com a autorização emitida em 09 de maio de 2016, da instalação de mais 41 campi de Institutos Federais, somando também dois CEFETs, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Colégio Pedro II e 22 escolas técnicas, totalizando 644 unidades em 2016, revelando um crescimento exponencial, não só na infraestrutura física, mas no aumento de servidores e na oferta de matrículas, oportunizando a democratização para a população carente de tais iniciativas.

É essencial destacar que os Institutos Federais surgem com significativa função social, incentivados a promover o desenvolvimento econômico regional do local onde se inserem, pois têm por missão alavancar os arranjos produtivos locais e de buscar a pesquisa aplicada, ou seja, dedicar-se às soluções dos problemas que são constatados em seu entorno, otimizando processos e projetando medidas que levem ao progresso e à superação de tais situações desafiadoras. Para a pesquisadora Kuenzer (1999, p.4) “as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e das relações sociais neste final de século puseram em curso novas demandas de educação, estabelecendo contornos de uma nova pedagogia”.

Em linhas gerais, analisamos que a Educação Profissional deve incentivar a conquista da autonomia, tanto ao elevar a consciência crítica, intelectual e política quanto ao oportunizar condições de produzir seus meios de vida e de propiciar o desenvolvimento socioeconômico. No livreto sobre as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais são tecidas as seguintes considerações:

No governo federal, essa modalidade da educação vem sendo considerada fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade do desenvolvimento

nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros. Nesse contexto, o Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. Representa, portanto, um salto qualitativo em uma caminhada singular, prestes a completar cem anos. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social. (BRASIL, 2010, p. 18).

De acordo com essa intencionalidade materializada nesse documento, os Institutos Federais são instituições novas, correspondendo a um projeto de sociedade estratégico, diferenciado, progressista, transformador, superando as visões conservadoras.

Além dessa missão institucional, os respectivos Institutos Federais são uma presença de educação pública, gratuita e de qualidade em territórios desassistidos pela contribuição de escolarização federal. Ao mesmo tempo em que são desafiados a atuarem no ensino, pesquisa aplicada e extensão, devem subsidiar um projeto social mais inclusivo, desenvolvido, minimizando as desigualdades.

Dando continuidade é reforçado no Art. 7^a, acerca da preocupação com a contribuição para o desenvolvimento do entorno, da comunidade:

Art. 7^o Observadas as finalidades e características definidas no Art. 6^o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: [...]
 III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o **desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas**, estendendo seus benefícios à comunidade; [...]
 IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com **ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos**; [...]
 VI - ministrar em nível de educação superior: [...]
 e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, **com vistas no processo de geração e inovação tecnológica** [grifo nosso]. (BRASIL, 2008).

Está evidenciado nesse Artigo 7^o que a Educação Profissional pública federal possui sustentação em dois pilares, o conhecimento e o mundo do trabalho, estendendo sua colaboração em prol da sociedade. Nesse campo desenvolverá suas ações com vistas a elevar culturalmente, tecnologicamente e descobrir soluções inovadoras. Este projeto está em curso no Brasil, porém, após a posse do Presidente Interino Michel Temer certa instabilidade está sendo propagada acerca da continuidade dessa política, no que diz respeito à manutenção dos investimentos e à consolidação de alguns campi de Institutos Federais que ainda estão em fase de implantação.

De acordo com essas observações iniciais, a história da Educação Profissional brasileira, tendo como referência o entendimento de trabalho e a perspectiva anunciada acima para a Educação Profissional, viveu momentos de abertura, implantação, rupturas, esquecimento, reformulações, expansão, limites e conquistas.

Acrescenta-se que foram vivenciados momentos de fragmentação entre cultura geral e técnica e outros de integração, destacamos que o sentido de desenvolver a Educação Profissional no regime capitalista está diretamente relacionado à necessidade de aumentar a produção e conseqüentemente a mais-valia e os lucros. Há uma impossibilidade no capitalismo, em oferecer uma educação humana, solidária, omnilateral e crítica. Acompanhando o desenvolvimento do ensino profissional, no regime capitalista, percebe-se que o conhecimento de um processo produtivo foi sendo dividido e limitado a pequenas atividades de baixa complexidade, que em muitos casos os trabalhadores sequer necessitavam de formação.

O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantrópicos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais possíveis, de tal forma que, se é afastado de um ramo pelo emprego de uma nova máquina ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa instalar-se noutro lado mais facilmente possível. (MARX; ENGELS, 1978, p.74).

Marx, em seus estudos, não pretendia ser considerado um cientista da educação, mas em razão da profundidade da sua pesquisa conseguiu refletir sobre o ensino burguês da sua época, dando sugestões de seu entendimento sobre uma educação mais qualificada que proporcionasse maior autonomia e conscientização aos trabalhadores.

Uma das obras de extrema relevância é a “Crítica da educação e do ensino” (1978), que contempla um recorte específico sobre o Ensino Profissional no regime capitalista. Nessa obra, Marx e Engels apresentam o surgimento da Educação Profissional como outra reforma muito apreciada pelos burgueses, pois ela alavanca o desenvolvimento industrial e sustenta o monopólio burguês.

A Educação Profissional no regime capitalista é considerada uma mercadoria a ser consumida quando necessário pelo trabalhador que permanece limitado à oferta de emprego, à necessidade de sobrevivência, ou seja, dominado pelo capital.

Outra crítica produzida por esses autores envolve as escolas profissionais, na medida em que observam a charlatanice da Educação Profissional, um sistema montado para conduzir o trabalhador pela trilha da imbecilidade infinita ou como aparece em nota de rodapé: “Este prolongamento da escolaridade a um ensino cada vez mais especializado,

multiplica o idiotismo de ofício até o infinito” (MARX; ENGELS, 1978, p.74). Refletimos sobre os exemplos de hoje, nos quais a carreira na área técnica exige uma formação continuada que logo se torna obsoleta e o profissional que tenta vencer esse sistema acaba por desistir ou desconectar-se, outros tantos, permanecem sendo consumidos pelo capital.

Marx defende a combinação entre trabalho produtivo e educação, recomenda o trabalho produtivo como auxiliar na compreensão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Sugere o trabalho como aprendiz, aos 9 anos, custeando a educação com a venda do que produzem, como processo legítimo e saudável.

Na obra: “*Instruções aos delegados do Conselho Geral Provisório do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores*”, Marx (1866) condena o trabalho juvenil, aceitando apenas quando é combinado à educação e ainda afirma que a parte mais esclarecida da classe operária compreende que seu futuro depende da formação da geração nascente e sugere que uma educação que dê condições ao trabalhador (classe operária) de elevar-se bastante acima do nível da classe média e superior, precisa estar estruturada em três princípios:

- a) Educação mental ou intelectual;
- b) Educação do corpo ou física; e
- c) Instrução tecnológica ou politecnia.

De acordo com esse entendimento, podemos dizer que o primeiro elemento diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, o segundo ao físico, pois sugere exercícios como ginástica e treinamentos militares e o último elemento é a compreensão sobre os princípios gerais e de caráter científico dos modos de produção.

A compreensão de politecnia vai ao encontro com a formação omnilateral, porém a última somente é possível na sociedade socialista, porque se associa a esse projeto de sociedade. Marx vislumbra uma educação mais ampla, integral e flexível. Ele denuncia que a burguesia era uma classe revolucionária, mas que ao conquistar sua hegemonia transforma-se numa classe conservadora e para manter essa situação se apropria da educação, da ciência e da tecnologia para a manutenção do seu poder.

Marx em sua obra “*O capital – Crítica da Economia Política*” (2013, Livro I: O processo de produção do capital) estabelece um comparativo entre o trabalhador e os meios de produção, explicando que a partir da invenção na manufatura há a divisão do

trabalho e tal forma de produção é destrutiva, assim como quem separa o caracol de sua concha, sabendo que o molusco não conseguirá sobreviver.

A divisão do trabalho fez com que houvesse operações parciais e fragmentadas de produção, assim, o trabalhador não conhece o modo de produção de forma integral. Essa lógica produz o trabalhador mutilado, já que é um trabalhador parcial, “especializado”, que somente opera em um instrumento específico. Para ilustrar o pensamento de Marx sobre a divisão do trabalho citamos:

A divisão do trabalho é historicamente, exigida pelo processo do trabalho manufatureiro ou industrial. O desenvolvimento da máquina incorpora a esta a habilidade do ofício e os conhecimentos que antes residiam no – e eram – posse do – trabalhador. Dessa forma, a ciência e os conhecimentos passam a ser propriedade do capital, e o trabalhador se encontra enfrentando-os. Tal como indica Engels, ‘vigiar as máquinas, renovar os fios quebrados, não são atividades que exijam do operário algum esforço do pensamento, ainda que, por outro lado, impeçam que ocupe seu espírito em outra coisa’. Este é um ponto do qual se deduzem, pelo menos, duas consequências: por um lado, está na base do enfrentamento de classe; por outro, é o fundamento de uma limitação substancial do desenvolvimento do indivíduo. Se a primeira alude diretamente à exploração – a apropriação dos meios produtivos e da ciência e da cultura com eles, permite a exploração – a segunda afeta substancialmente a educação e formação dos indivíduos – a limitação de seu conhecimento mutila e reprime o desenvolvimento de suas faculdades criadoras. (MARX; ENGELS, 2006, p.11-12).

De acordo com Florestan Fernandes, o modelo capitalista une o arcaico e o moderno e se nutre pelas desigualdades, sejam científicas, educacionais, econômicas, políticas, sociais e culturais. “O Capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos ele une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno seja a modernização do arcaico” (FERNANDES, 1975, p.61).

Na medida em que se desenvolve o mecanismo que propicia a sobrevivência dos capitais, seja ele arcaico ou moderno, cria-se contraditoriamente as condições de produção da morte do capital. O capital produz sua vida com a condição de produzir sua morte, tal contradição não se teria convertido na expressão de luta de vida e morte da humanidade não fosse a necessidade de acumulação do valor, ou seja, da produção e da reprodução do capital.

O pesquisador Antunes (2011), em sua obra “*O Continente do Labor*”, desenvolve uma caracterização sobre o estágio atual do capitalismo brasileiro:

[...] combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescidos das mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força

de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo parece ainda vigente em vários ramos produtivos e de serviços. (ANTUNES, 2011, p.122).

Outro ponto que o autor destaca é o processo de descentralização produtiva através da subcontratação e terceirização da força de trabalho fazendo com que ocorra a superexploração do trabalho de forma acentuada e crescente com foco no aumento da produtividade.

Conforme Tumolo (2005), o aumento da produtividade significa, entretanto, a produção de uma quantidade cada vez maior de valores de uso com uma grandeza relativamente menor de valor, o que é um problema gravíssimo para o capital, redundando na tendência de diminuição da taxa de lucro e de acumulação, já que o capital é resultado de um processo de valorização do valor e não de acúmulo de valor de uso, ou seja, de riqueza.

Segundo Antunes e Pinto (2017, p.42), em relação à evolução do trabalho no modelo Fordista, perfazendo uma das formas de produção no sistema capitalista, “o homem passou a ser quase um componente da máquina. Os seus movimentos deveriam ser feitos mecanicamente sem, segundo Ford, interferência de sua mente, guardando, assim, perfeita harmonia com o conjunto da linha de montagem”.

Mediante o exposto, inferimos que o capital se apropria da educação, da ciência e da tecnologia. O desenvolvimento tecnológico tem por objetivo aumentar a produtividade com o menor custo possível e maior lucro. A formação do exército de reserva pelo sistema capitalista serve para barganhar salários mais baixos, aumentando a exploração do trabalhador e instaurando um clima de instabilidade. A força de trabalho por vezes é substituída por novas tecnologias, isso ocorre quando o trabalhador não se sujeita a algumas condições de trabalho, resistindo através de greves, por exemplo, unindo-se a sindicatos e com isso, o dono do capital o substitui.

Para Antunes (2005), as questões sociais são constituídas de contradições oriundas da relação capital e trabalho. Para o autor, é importante analisar a morfologia do trabalho na sociedade capitalista como uma maneira de decifrar as manifestações e o redimensionamento do entendimento de trabalho como categoria central e fundante na compreensão das relações sociais. Desse modo, o autor assinala que são observadas mudanças nas formas de gerir e organizar os processos de produção na atual divisão internacional do trabalho, resultando na redução de empregos estáveis e protegidos acarretando a precarização do trabalho. Um exemplo esclarecedor dessa degradação

refere-se às condições insalubres, desumanas em alguns ambientes fabris, com exploração de menores e a desvalorização do gênero feminino. Ainda são observadas extensas jornadas de trabalho, baixos salários, ausência de garantias legais e de proteção social. Por fim, ainda há um exército de reserva⁶ à espera de uma oportunidade e também denominados de sobrantes.

Conforme pesquisas realizadas por Antunes e Braga (2009, p. 235-237), publicadas na obra “Infoproletários: degradação real do trabalho virtual”, a classe trabalhadora vivencia uma nova morfologia do trabalho que pode ser observada por: a) redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado; b) aumento dos trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time* e informais; c) processo de feminização do labor com níveis de remuneração em média inferiores aos dos homens; d) aumento significativo de assalariados no “setor de serviços”; e) crescente exclusão dos jovens; f) exclusão dos sujeitos com idade próxima de 40 anos, considerados “idosos”; g) inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado, nas mais diversas atividades produtivas; h) crescente expansão de ofícios no terceiro setor com caráter assistencial; i) expansão do trabalho a domicílio através da telemática e das tecnologias da informação.

De acordo com Paludo, Machado e Gritti (2012), os trabalhadores desempregados e/ou sobrantes para manterem-se em condições de sobrevivência, “[...] realizam os mais diversos tipos de trabalho, entre eles: trabalho informal, ou seja, ‘bicos’, como faxineiras, ‘cuidadoras de crianças’, lavadoras de roupa, pedreiros, serventes e outros que vão aparecendo” (PALUDO; MACHADO; GRITTI, 2012, p 49).

Esse trabalhador, muitas vezes substituído pela nova tecnologia, permanece à margem da sociedade tendo como alternativas submeter-se a trabalhos informais de subsistência ou buscar outros meios de sobrevivência.

Frente a esse contexto, uma das alternativas que foi pontuada por Marx é de que há uma importância de proporcionar a educação integral, que desenvolve todas as potencialidades, no caso socialista também pode ser denominada educação *omnilateral*. Conforme o autor, essa é a possibilidade mais adequada para a formação do trabalhador.

⁶ De acordo com o entendimento de Guiraldelli (2014), como analisado por Marx (2006), “o exército industrial de reserva, composto por sobrantes e desempregados, é funcional ao processo de reprodução e acumulação capitalista, que se perpetua pela existência do excedente, ou seja, é necessária a manutenção de uma reserva de trabalhadores fora do mundo do trabalho para que o capitalismo permaneça vivo e continue ditando suas regras” (GUIRALDELLI, 2014, p.107-108).

De acordo com Arruda (2002), para Marx a *omnilateralidade* estabelece uma possibilidade com o reino da liberdade. Vejamos:

Marx fala na formação intelectual e espiritual associada à formação técnica e científica. Daí sua proposta de formação ‘do homem omnilateral’. Seu aceno com o ‘reino da liberdade’ abre um horizonte ainda mais amplo para o desenvolvimento das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. (ARRUDA, 2002, p. 68).

Outro elemento enfatizado pelo autor é a necessidade de conciliar educação intelectual com produção material, atividades físicas e trabalho produtivo. Por fim, Marx levanta sua bandeira em defesa de uma educação concebida como estatal, gratuita, laica, obrigatória e universal.

Conforme Paludo (2001, p.69), referenciando Manacorda, na sociedade capitalista, a escola se apresenta com duas linhas de fratura: uma horizontal e outra vertical. Na primeira está a classe trabalhadora que precisa deixar a escola precocemente para trabalhar, enquanto as classes mais elevadas permanecem no processo de escolarização para adquirir a ciência. Na fratura vertical temos os que estudam na escola desinteressada da cultura e os que estudam na escola profissional da técnica, para as classes trabalhadoras cabe o ensino primário e profissional e para as outras classes o ensino secundário e superior.

Finalizando esse breve recorte histórico, destacamos que a Educação Profissional no Brasil permaneceu estagnada na sociedade brasileira por longo período. Na última década passou por momentos em que ocupou lugar central na agenda das políticas públicas e um dos objetivos vinculados a esse propósito foi a pesquisa aplicada e o desenvolvimento local e regional, com a finalidade de deslocar o lugar ocupado pelo Brasil como consumidor de tecnologias e iniciar a assumir o espaço de produtor de tecnologias e inovações. É preciso ter ciência que esse processo faz parte de um encaminhamento global, em que as relações sociais postas em disputa operam para que existam países com hegemonia nessa área, incluindo a produção de patentes e maiores ganhos econômicos, e outros como polos que ofertam matéria-prima, com pouca tecnologia agregada.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2014), “o número de patentes é um dos fatores que refletem o grau de inovação de um país”. A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2014) apresenta o relatório anual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual

(WIPO) que é vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) em que mostra o Brasil ocupando as últimas posições do ranking, muito atrás de países que são considerados referência em Inovação. Segundo o relatório, que traz dados de 2012, os Estados Unidos aparecem em primeiro lugar com 2,2 milhões de patentes, seguido do Japão com 1,6 milhão, da China com 875 mil, da Coreia com 738 mil, da Alemanha com 549 mil, da França 490 mil, do Reino Unido 459 mil e até o principado de Mônaco com 42 mil. No ranking, o Brasil está na 19ª posição, com 41.453 patentes válidas.

Conforme os dados da Agência de Notícias da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2014), que apresenta dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), são concedidas em média 3 mil patentes por ano no Brasil. Além de o volume ser baixo em relação a outros países, o tempo médio de espera por uma resposta do INPI, em alguns casos, chega a 14,2 anos desestimulando a busca por patentes.

Uma das causas dessa longa espera aparece quando analisada a relação entre o número de examinadores do INPI e a quantidade de pedidos que estão na fila. Nos últimos anos houve um aumento de pedidos de patente e uma redução de examinadores, gerando um gargalo na análise e conseqüentemente estendendo o prazo do processo. Em 2012, havia 738 pedidos por examinador e em 2016 existiam 980 pedidos de patente por examinador, enquanto nos países que pontuam o ranking o número de pedidos não passa de 100 para cada examinador e o tempo médio de avaliação é de três anos, ou seja, essa morosidade também é um dos fatores de desmotivação da inovação no Brasil.

Esses indicadores demonstram o quanto estamos defasados tecnologicamente e quanto precisamos evoluir para assumir o espaço de produtor de tecnologias e inovações. Para preencher essa lacuna de defasagem tecnológica, a Educação Profissional passou a contar com Institutos Federais não somente dedicados para a educação, mas como concebem na própria nomenclatura, são lócus também de ciência e tecnologia.

Para Paludo, (2001 p.22) “a ciência/escolarização, industrialização e a urbanização foram os três grandes pilares que acompanharam o desenvolvimento e que caracterizam o mundo moderno e sua busca incessante de mais ordem, progresso e modernização”.

O Brasil demonstrou preocupação em desenvolver conhecimento, tecnologia e inovação por meio do projeto de expansão e interiorização da Rede Federal Científica e Tecnológica materializada com a criação dos Institutos Federais, em 2008. É importante analisar que além da ascensão profissional dos cidadãos que estudam nessas instituições

também se busca elevar a condição socioeconômica do Brasil como um todo, seu potencial competitivo através da pesquisa aplicada e do aprimoramento dos modos de produção.

Nessa perspectiva, Bauman (2013, p.25), ao descrever suas preocupações na obra intitulada “*Sobre educação e juventude*”, alerta que a educação precisa ampliar os horizontes para capacitar os educandos “segundo as realidades que tenderão a enfrentar”, cabe assim propiciar ensino de qualidade, sendo que, “o ensino de qualidade precisa provocar e propagar a abertura, não a oclusão mental”. Desse modo, devemos ficar atentos para evitar a obstrução, o fechamento e a miopia intelectual. A formação necessita ultrapassar a simples instrução e avançar para ser integral, omnilateral.

O Brasil recebeu diversas influências para reformular suas políticas públicas de Educação Profissional. Segundo a pesquisadora Kuenzer (2003, p.50), temos a necessidade de formação de um trabalhador de novo tipo, ao mesmo tempo capaz de ser político e produtivo, atuando intelectualmente e pensando praticamente, um trabalhador crítico, criativo e autônomo intelectual e eticamente capaz de acompanhar mudanças e educar-se permanentemente.

De modo similar Grabowski e Ribeiro (2010) também emitem seu parecer considerando a Educação Profissional impulsionadora da inclusão social, do desenvolvimento econômico, da geração de trabalho e renda, assim afirmam:

Urge conceber ainda a Educação Profissional, na perspectiva estratégica de política, como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda, dentre outras dimensões de natureza pedagógica, social e epistemológica. Neste último campo, o epistemológico, trata-se de construção do conhecimento como trabalho não meramente técnico, mas científico e cultural. Na sociedade a estratégia política realça as relações conflituosas que são responsáveis pela produção e apropriação dos conhecimentos. Na dimensão pedagógica, objetiva formar e educar cidadãos e profissionais com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica (GRABOWSKI; RIBEIRO, In: MOLL, 2010, p.279).

Segundo esses pesquisadores, a Educação Profissional pode se tornar um diferencial nessa sociedade desigual que auxilia no empoderamento do cidadão ao construir um corpo de conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos e poderá incluir-se socialmente e contribuir com o desenvolvimento do país.

No ano de 2012, a articulação política com a Educação Profissional ocorreu pela implantação do Programa PRONATEC. Na parte posterior nos dedicaremos ao PRONATEC, programa integrador de diversas iniciativas, reunindo demandas diferenciadas de Educação Profissional de diversos ministérios.

1.2 Aspectos Históricos, Educacionais, Econômicos, Políticos e Sociais que desencadearam a criação do PRONATEC – 2011 – 2014

Neste item abordamos a política pública do PRONATEC. Inicialmente faremos uma reconstituição da história mais recente. De acordo com Oliveira e Carneiro (2012), em seu artigo que analisa as políticas neoliberais para a Educação Profissional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, é exposta a relação entre o neoliberalismo e as políticas para a Educação Profissional. Em síntese, os autores afirmam que a partir dos anos 1990 existe uma centralidade na globalização da economia que traz por consequência o desmonte do Estado com o fim das fronteiras econômicas e com isso: [...] “a destruição dos direitos sociais, como saúde, educação, habitação, transporte, comunicação, estabilidade de emprego, aposentadoria digna, destruição das economias microrregionais, etc”. (OLIVEIRA e CARNEIRO, 2012 p. 3).

Conforme Frigotto (2011), o modelo econômico neoliberal privilegia o capital financeiro tanto interno quanto externo e diminui a participação do Estado na economia, “reduzindo a sociedade a um conjunto de consumidores”:

As reformas neoliberais, ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financeiro rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio (Petras, Velmeyer, 2001), desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. Seu fundamento é o liberalismo conservador redutor da sociedade a um conjunto de consumidores. Por isso, o indivíduo não mais está referido à sociedade, mas ao mercado. A educação não é mais direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (FRIGOTTO, 2011, p. 240).

Em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criado o Programa de Expansão Profissional (PROEP) que captava recursos externos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e recursos internos do MEC e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para financiar a expansão física da rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

Para Frigotto (2011), a primeira década do século XXI foi marcada por práticas educacionais mercantis da década de 1990 e esse autor aponta três mecanismos articulados: a ideia de que a esfera pública é ineficiente e como alternativa faz-se necessário a parceria entre o público e o privado; o ataque à formação docente nas universidades públicas pela ênfase na teoria e análises econômicas sociais, vistas como inúteis; por fim, o desmonte da carreira e organização docente através de políticas de

prêmio às escolas que alcançam melhor desempenho em termos quantitativos de alunos aprovados. O autor destaca: “O que se busca, para uma concepção mercantil de educação, é, pois, utilizar na escola os métodos de mercado” (FRIGOTTO, 2011, p. 248).

Kuenzer analisa que, na obra: “*Capitalismo, Trabalho e Educação*”, no estudo intitulado “*Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente*”, a partir da década de 1990 há transformações na formação e nas exigências sobre a mesma pelo capitalismo:

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos de 1990, com a globalização da economia, com a reestruturação produtiva e com as novas formas de relação entre Estado e sociedade civil a partir do neoliberalismo, mudam radicalmente as demandas de disciplinamento, e, em decorrência, as demandas que o capitalismo faz à escola. (KUENZER, 2005, p.85).

Conforme essa pesquisadora expõe, há aí uma contradição, pois quanto mais se simplificam as tarefas mais se exige conhecimento do trabalhador. A autora explica que algumas habilidades cognitivas e comportamentais estão em alta, quais sejam, análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente e assim por diante.

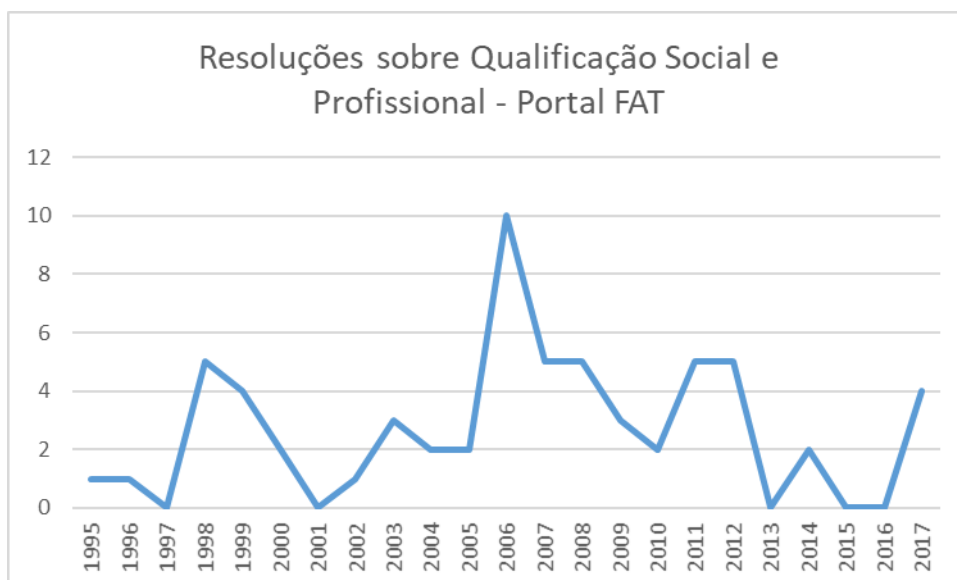
Dando sequência aos aspectos históricos, destacamos a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, destinado a jovens de quinze a vinte e nove anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, desenvolvido por meio das seguintes modalidades: I - ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; II - ProJovem Urbano; III - ProJovem Campo - Saberes da Terra; e IV - ProJovem Trabalhador.

Destacamos também a política de educação do campo que, de acordo com dados do MEC (2012), foi construída tendo como referência a grande diversidade das populações rurais brasileiras e iniciou com o Parecer CNE nº 36/2001 importante estudo do tratamento recebido pela educação do campo nas Constituições Brasileiras. A consolidação da educação do Campo ocorreu através do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Esse decreto destaca os

princípios da educação do campo, tais como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. Na sequência, através da portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, foi instituído o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, que consiste em um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política de educação do campo, conforme disposto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. O PRONACAMPO possui 4 eixos de ações: I - Gestão e Práticas Pedagógicas; II - Formação de Professores; III - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica; e IV - Infraestrutura Física e Tecnológica.

Ao pesquisarmos no Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador as resoluções sobre Qualificação Social e Profissional percebe-se que no intervalo de 1995 a 2017 houve diversas resoluções para elaboração de diretrizes para programas e para alocação de recursos com o objetivo de acompanhar e avaliar a Qualificação Social e Profissional quanto ao seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas.

Gráfico 3: Resoluções do Fundo de Amparo ao Trabalhador sobre Qualificação Social e Profissional



Fonte: Fundo de Amparo ao Trabalhador (2018). Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme o gráfico apresentado, nota-se um grande movimento de resoluções com pico entre 2006 e 2007. No Apêndice A, após as referências, apresentamos um quadro completo com as resoluções do Fundo de Amparo ao Trabalhador sobre Qualificação

Social e Profissional, oriundas do Conselho Deliberativo do FAT que é composto por representantes dos trabalhadores, dos empregados e do governo e na sequência, apresentamos de forma sintética algumas dessas resoluções:- Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003 – Institui o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao PNQ, implementado sob gestão do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – DEQ/SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho ou de Arranjos Institucionais Municipais, e de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) de caráter nacional ou regional com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 575/2008);

- Resolução nº 696, de 28 de junho de 2012 – Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.

Essa resolução visa à execução do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) integrado ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), voltada para a integração das políticas públicas de qualificação social e profissional e articulação das políticas públicas e privadas no território e/ou setor produtivo no Brasil, em sintonia com o Plano Plurianual (PPA) e prevê oito objetivos, conforme segue:

- Articulação entre trabalho, educação e desenvolvimento;
- Qualificação como direito e política pública;
- Diálogo e controle social, tripartismo e negociação coletiva;
- Respeito ao pacto federativo, com a não superposição de ações entre estados, distrito federal, municípios e com outros ministérios e o estabelecimento de responsabilidades e recursos;
- Adequação entre as demandas do mundo do trabalho e da sociedade e a oferta de ações de qualificação, considerando as especificidades do território do setor produtivo;
- Trabalho como princípio educativo;

- Reconhecimento dos saberes acumulados na vida e no trabalho, por meio da certificação profissional e da orientação profissional; e
- Efetividade social e na qualidade pedagógica das ações.

Para dar conta desses objetivos, o Plano Nacional de Qualificação se subdivide em três grupos conforme segue:

- a) Grupo I – no qual contempla ações de Educação Profissional, compreendendo a formação inicial e continuada através dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs), Plano Brasil Sem Miséria – Qualificação e Emprego, Qualificação à Distância (QAD) e Passaporte Qualificação.
- b) Grupo II – trata das ações do PNQ que dizem respeito ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação, estudos e pesquisas, Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) e ferramentas de gestão e participação social através de Convênios de Gestão.
- c) Grupo III – orienta acerca das ações de Certificação Profissional.

Dando continuidade a essa trajetória histórica, pontuamos que houve também alterações de cunho político, para exemplificar: por meio do Decreto Nº 2.208/1997 foi separado o Ensino Técnico do Ensino Médio Regular, tal ação provocou inúmeras críticas. Alguns teóricos como Frigotto (2011) e Kuenzer (2005) criticavam tal fragmentação, já que previam que com isso os estudantes que realizassem o ensino técnico ficariam com sua formação prejudicada pelas dificuldades de tratar dos conhecimentos da formação geral, esse prejuízo limitaria seu pensamento crítico uma vez que o ensino técnico é predominantemente instrumental.

Frigotto destaca que o Decreto Nº 2.208/97 “reintroduz e acentua a dualidade no ensino médio e o orienta de acordo com os cânones das políticas neoliberais baseadas nos critérios mercantis” (FRIGOTTO, 2011, p. 249). Sendo assim, essa divisão demonstra uma ação que torna o estado mínimo, reduzindo sua intervenção com uma formação integrada para todos os estudantes.

Em 2003, com o início da gestão do Presidente Lulasurgem movimentos que pressionaram a revogação do Decreto Nº 2.208/1997. Tal fato ocorre em julho de 2004, quando da publicação do Decreto Nº 5.154/2004, que em sua essência retoma a articulação entre o nível médio e a Educação Profissional e prevê para a modalidade da Educação Profissional três formas de atuação:

- a) Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, podendo ser integrada com a Educação de Jovens e Adultos;
- b) Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- c) Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação.

Frigotto aponta que a revogação do Decreto Nº 2.208/97 através do Decreto Nº 5.154/2004 tem o objetivo de retomar a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio. “Sua regulamentação pelo Conselho Federal de Educação, tendo como relator o conselheiro filiado aos interesses das federações patronais que mantém o Sistema S, acaba mantendo a orientação mercantil do decreto revogado” (FRIGOTTO, 2011, p.249). O pesquisador destaca que:

[...] o mesmo membro do Conselho Federal de Educação que havia sido relator do contestado Decreto n.2208/97 foi o relator do atual decreto n. 5.154/04 e, atualmente, é o relator das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essas diretrizes, por encontrar o campo aberto, regrediram de tal forma ao decreto n. 2.208/97 que motivaram uma reação por parte de várias instituições, com grande participação da ANPEd. Mas isso não é tudo. Exatamente no último ano desta década, quem preside a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação é o mesmo histórico representante do Sistema S, sistema gerido pelos órgãos de classe dos empresários. O ideário de ensinar “o que serve ao mercado ou fazer pelas mãos a cabeça do trabalhador” (FRIGOTTO, 1993), antes restrito ao adestramento profissional que caracteriza o Sistema S, tende, então, a impor-se para a educação em seu conjunto. (FRIGOTTO, 2011, p. 249).

Dentro do Governo Lula, um dos principais programas fomentados foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, que previa um crescimento econômico e contemplava um conjunto de projetos infraestruturais como energia, rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, transporte coletivo urbano, entre outros. A sequência dessas ações governamentais estimulou a criação de novos postos de trabalho e conseqüentemente a necessidade de maior formação profissional, fazendo com que surgisse a ideia da expansão da Rede Federal através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) através da Lei Nº 11892/2008.

Dando continuidade à política de expansão da Educação Profissional, no Governo de Dilma Rousseff, em 2011, foi criado o PRONATEC. A justificativa para a criação desse programa é explicitada conforme citação a seguir:

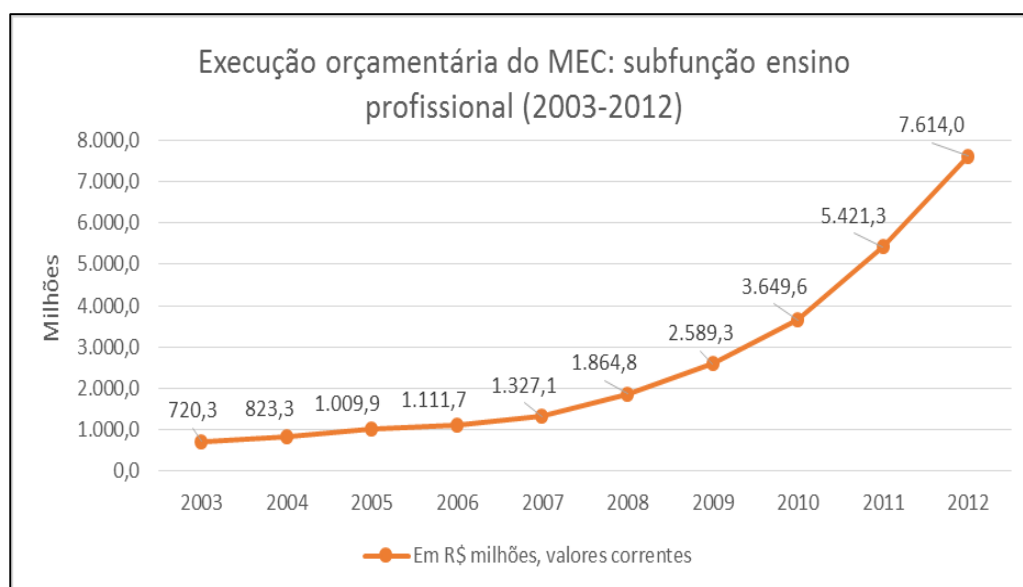
No governo Dilma, houve a constatação de que não se poderia depender apenas da expansão da rede federal e de que os programas de qualificação profissionais até então existentes não alcançaram êxito (Planfor, PNQ) por serem pulverizados e de qualidade duvidosa, daí o PRONATEC surge como uma solução para atender a demanda por toda a qualificação profissional e de expansão da rede (BRASIL/IPEA, 2014, p.35).

Esse programa denominado Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado a nível federal e instituído pela Lei nº 12.513, sancionada em 26 de outubro de 2011, perseguindo o objetivo de “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e tecnológica no país” (BRASIL, MEC: 2011). Nesse sentido, de acordo com o MEC, foi um programa estratégico e emergencial que buscava “ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda” (BRASIL, MEC, 2011), mais especificamente ao entendimento a algumas constatações e reflexões sobre a política.

Em relação aos aspectos educacionais, o Brasil até então não havia vivenciado um programa de Educação Profissional com maior consistência e abrangência havia apenas iniciativas locais e de menor envergadura.

Para ilustrar a importância que ganhou essa modalidade de ensino a partir do início do governo Lula apresenta-se o recorte da execução orçamentária do MEC compreendendo o período de 2003 a 2012:

Gráfico 4 – Execução orçamentária do MEC: subfunção ensino profissional (2003-2012)



Fonte: (BRASIL/IPEA, 2014, p.36). Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com o gráfico apresentado, percebe-se a importância dada à Educação Profissional a partir do Governo Lula, como também permite avaliar o esforço financeiro aplicado na sua expansão.

O auge do PRONATEC foi atingido entre os anos de 2012 a 2014, período em que o Brasil estava economicamente em ascensão e contava com um programa de governo que priorizava políticas sociais que incentivavam as matrículas e a formação técnica profissional, estimulando a difusão de conhecimentos e melhor qualificação para o trabalho.

Analisando a dimensão política desse programa, observamos que foi projetado buscando auxiliar algumas minorias que possuíam insuficiência na sua formação profissional e, desse modo, encontrava-se com menores credenciais para atuar no mundo do trabalho. Nesse sentido, o PRONATEC possuía uma perspectiva inclusiva, buscando instrumentalizar e empoderar a população para o acesso ao ensino técnico e ao emprego.

Inicialmente o PRONATEC foi lançado contemplando duas modalidades: a primeira com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com carga horária entre 160 e 400 horas e duração de 3 a 6 meses, com exigência de escolaridade mínima variada, destinado a uma formação mais imediata e pontual para inserção no mercado de trabalho; e a segunda modalidade com cursos Técnicos com carga horária entre 800 a 1200 horas, com duração de 1 a 3 anos, destinada a estudantes matriculados ou que já haviam concluído o Ensino Médio. Nesta pesquisa o escopo investigativo são os egressos dos cursos Técnicos, uma formação mais extensa, mais aprofundada que instrumentaliza o trabalhador integrando saberes teóricos e práticos.

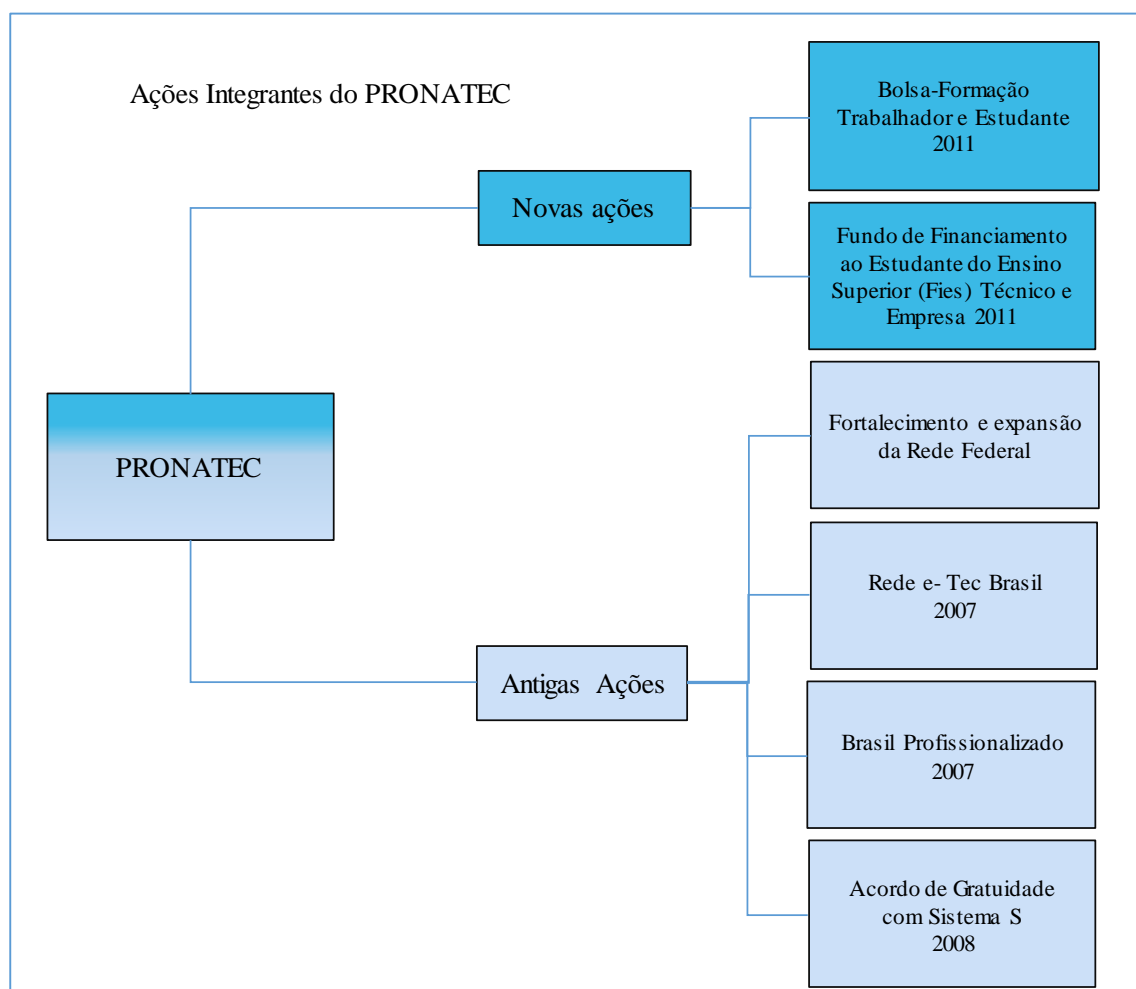
Outra característica específica desse programa é que seus cursos eram ofertados gratuitamente em âmbito nacional, tecendo vínculos com as redes federais, estaduais, distrital e municipais de Educação Profissional, Científica Tecnológica (EPCT) e ainda abrindo espaço para cooperação com as instituições privadas, entre elas com os Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S).

Para as pesquisadoras Franzoi, Costa e Silva (2013), “o PRONATEC também é um programa que reúne em um grande guarda-chuva várias ações muitas das quais já vinham acontecendo”. (FRANZOI; COSTA; SILVA, 2013, p. 93). Entre as ações, as autoras destacam a preparação para o mercado de trabalho, a estreita articulação entre o público e o privado e os cursos de formação aligeirada. As autoras defendem a ideia de que o programa, por possuir caráter emergencial, pode ser substituído a qualquer tempo

por outro programa de formação aligeirada dos trabalhadores. Há uma contraposição a essa ideia, pois o PRONATEC era um programa federal, no caso dos Cursos Técnicos sua carga horária era adequada, seguindo as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e havia uma seleção dos ministrantes de cursos, havendo financiamento para infraestrutura de biblioteca e aquisição de equipamentos de laboratórios. Como também a adesão era nacional, essa substituição que as autoras falam, não está sendo articulada no momento, percebe-se, ao contrário um espaço vazio que precisa ser preenchido favorecendo as populações mais empobrecidas.

De acordo com os dados do IPEA (2014), o PRONATEC prevê uma série de projetos e ações de assistência técnica e financeira, ações preexistentes e duas novas como mostra a figura a seguir:

Figura 1 – Ações integrantes do PRONATEC



Fonte: (BRASIL/IPEA, 2014, p.34). Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme imagem apresentada, as ações preexistentes que integram o PRONATEC evoluíram significativamente, dentre elas, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Técnica (EPT), a Rede e-Tec Brasil, que atua na oferta de ensino profissional a distância, o Brasil Profissionalizado que é uma importante iniciativa para promover a ampliação da oferta de cursos profissionais pelas redes estaduais de educação, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S, estabelecendo que as entidades cumpram um Programa de Comprometimento e Gratuidade (PCG), com previsão de chegar à aplicação de dois terços de suas receitas líquidas na oferta de vagas gratuitas nos cursos de formação para estudantes de baixa renda e trabalhadores – empregados ou desempregados. Entre as novas ações do programa, a Bolsa-Formação e por fim, a outra inovação do PRONATEC é fruto da Lei Nº 12.51, de 26 de outubro de 2011 que amplia o alcance do Fies, e que passa a ser chamado de Fundo de Financiamento Estudantil, abrindo mais duas linhas de financiamento: o Fies Técnico e o Fies Empresa.

Outro ponto importante que cabe destacar foi que o PRONATEC se tornou um programa integrador de diversas iniciativas, reunindo demandas diferenciadas de Educação Profissional de diversos ministérios que antes estavam desarticuladas. Segundo apresentação da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC, 2011), o PRONATEC congregou 15 Ministérios⁷.

Além dos ministérios, o PRONATEC articulou ações de 27 Secretarias Estaduais como demandantes, surgindo então o conceito de modalidade de demanda para pactuação de vagas entre os parceiros, elaborando também o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) que contribuiu para a padronização da certificação, carga horária mínima, eixo tecnológico, infraestrutura mínima requerida, campo de atuação, ocupação associada à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), normas associadas ao exercício profissional e perfil do egresso.

⁷ Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT), Ministério da Defesa (MD), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Justiça e Cidadania (MJ), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Turismo (MTUR), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Minas e Energia (MME). Esclarecemos que em 2012 haviam 22 ministérios e estes 15 acima citados eram os Ministérios que o PRONATEC congregou.

Segundo sinaliza a publicação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT) intitulada “Mapa da Educação Profissional e Tecnológica” :

Face ao enorme gargalo de profissionais de nível técnico que existia no Brasil, o desafio do Pronatec era ampliar fortemente a oferta de cursos em todo o País em um prazo relativamente curto. Para dar conta desse objetivo, o novo modelo que passou a vigorar, a partir de 2011, caracterizou-se pela integração de diversas iniciativas e instituições de ensino profissional, de maneira a otimizar e potencializar estruturas físicas, recursos humanos e diferentes expertises dos setores públicos e privados que até então funcionavam de forma fragmentada e sem uma articulação nacional (BRASIL, 2015, p.15).

O desafio do PRONATEC em ampliar fortemente a oferta de cursos em todo o País estava alinhado à necessidade do SENAI em ampliar a oferta em Educação Profissional. Desse modo, percebemos que o PRONATEC estabeleceu uma diretriz central e foi articulando os demais entes públicos e privados ofertando Educação Profissional nos mais distintos territórios desse país.

No próximo item abordaremos questões operacionais do PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá para apresentarmos os desdobramentos desse programa.

1.3 O Pronatec na Unidade Escola de Educação Profissional Senai Visconde de Mauá

De acordo com dados do SENAI (2017), a Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá foi inaugurada em 1944. É a primeira Unidade do SENAI do Estado do Rio Grande do Sul e uma das primeiras Unidades do SENAI do Brasil, situada na Avenida Sertório, n. 473, bairro Navegantes, no município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

É importante apresentarmos o resgate histórico da criação da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, que está atrelado ao desenvolvimento industrial de Porto Alegre, especificamente no bairro Navegantes.

De acordo com o Projeto Pedagógico do SENAI-RS (2013), o Bairro Navegantes é um dos mais antigos da cidade. Sua localização já era nítida nas plantas da cidade no final do século XIX. As origens e a ocupação da região estão ligadas ao trajeto para as colônias alemãs a partir de 1824 e, em meados do século XIX, a ocupação do bairro já era digna de nota. Desde seu início, o bairro Navegantes já demonstrava sua importância devido à ligação que fazia entre o Centro da cidade e a região de imigração (vale do Rio

dos Sinos), além da antiga Estrada de Baixo em direção a Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Osório.

No Projeto Pedagógico do SENAI-RS (2013) apresentando seu histórico, consta que:

- Em 1874, houve a implantação da Estrada de Ferro Porto Alegre – Novo Hamburgo, o que dinamizou bastante o bairro, sobretudo após a inauguração da primeira Estação Navegantes, por volta de 1886 e ainda no século XIX, a região revelou-se com forte vocação industrial, especialmente a partir de 1890, quando várias indústrias da Capital se instalam no bairro. O crescimento industrial contribuiu para o aumento da população, pois seus moradores, em sua maioria operários, passaram a habitá-lo em função da proximidade com seus locais de trabalho.
- Em 1875, é criada a capela consagrada a Nossa Senhora dos Navegantes, devoção introduzida pelos imigrantes portugueses poucos anos antes. No entanto, a construção da capela só ficou pronta em 1897, erguida em terreno doado pela senhora Margarida Teixeira de Paiva, dona de vastos terrenos na região. A capela foi elevada à condição de Paróquia em 1919, já na sua atual sede. Em frente à Igreja, está localizada a Praça Navegantes, onde é realizada uma das maiores expressões religiosas da cidade: de acordo com a fé católica, é comemorada, no dia 2 de Fevereiro, a devoção a Santa Padroeira da Capital – Nossa Senhora dos Navegantes.
- Um dos grandes impactos urbanísticos para a região do bairro Navegantes foi a construção da ponte sobre o Rio Guaíba, inaugurada em 1958. Com a nova edificação, a tradicional Praça Navegantes ficou em baixo de uma das elevadas, mas se manteve centro dos festejos realizados anualmente em honra da Santa Padroeira.
- Oficialmente, o bairro Navegantes foi criado pela lei nº 2022, de 07/12/1959, sendo seus limites oficiais assim estabelecidos: rua Voluntários da Pátria, da esquina da Av. Brasil até o seu prolongamento por uma linha na direção oeste/leste, seguindo a margem atual do rio até encontrar a rua Dona Teodora, e dela até a Praça do Bombeador, deste segue pela avenida Ceará até a avenida Brasil; até encontrar novamente a

rua Voluntários da Pátria. Porém, em 1988, o decreto de lei nº 6218 altera os limites norte do bairro que passa a ser definido a partir do Cais Marcílio Dias no sentido até o ponto de encontro das ruas Voluntários da Pátria e Dona Teodora.

- Atualmente, a região mantém seu caráter industrial, entretanto ampliou o setor de serviços. No bairro, está localizado um dos maiores centros comerciais da cidade, o Shopping DC Navegantes, que atende tanto aos moradores do bairro quanto à redondeza, com seu comércio, restaurantes, teatro, campus de faculdade gaúcha. Mais recentemente, um dos maiores complexos esportivos do País, a Arena do Grêmio, passou a ser uma das maiores atrações e referência do Bairro.
- Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, fundada em 26 de março de 1772, possui localização privilegiada por estar no centro do Mercosul. Tem um forte contingente de migrantes dos municípios do interior do Estado, muitos deles são descendentes de portugueses, italianos e alemães, que no passado povoaram o Rio Grande do Sul. Mas há também descendentes de sírios, libaneses, judeus, japoneses, poloneses, suecos e outros. São mais de 20 etnias.
- Em seus primórdios, Porto Alegre recebeu uma leva de casais açorianos, que se fixaram na vila então existente. Por isso, Porto Alegre veio a ser conhecida como Porto dos Casais.

Dando sequência a essa história, conforme consta no Projeto Pedagógico do SENAI-RS (2013), o senhor Antônio Jacob Renner, empresário de larga visão, empreendedor e inovador, somou-se à iniciativa já empreendida pelo SENAI-RS, doando o terreno onde seria construída a atual Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá conforme segue:

- No dia 3 de novembro de 1944, a escola iniciou suas atividades em sede própria. Entre 1944 e 1945, foram iniciados os cursos de Formação Rápida, ministrados à noite para adultos, encaminhados pelas empresas.
- A Escola deparou-se então com um problema: a estrutura para os cursos diurnos destinados às crianças carentes estava formada, mas não havia alunos, pois a divulgação não atingia a comunidade. Entre tantas

estratégias, a que melhor resultado propiciou foi a intermediação da Igreja Católica da Vila Teodora, onde o pároco, Padre Ignácio do Valle, fazia o chamamento de seus fiéis para que encaminhassem seus filhos à instituição que surgia.

- Dessa forma, a Escola recebeu seus primeiros alunos, que antes de serem incluídos no curso de aprendizagem passavam por uma fase preparatória chamada “Curso Preliminar”, com vistas a ajustá-los à natureza das ocupações oferecidas nas áreas de mecânica, eletricidade e marcenaria. A partir de então, a Escola assumiu seu papel, dando impulso ao ensino profissionalizante e prestando assistência à indústria gaúcha.
- O primeiro projeto desenvolvido pela escola foi o de uma serradora, inicialmente construída em madeira, depois fundida na própria escola e distribuída entre as Unidades SENAI que eram implantadas no Estado. Outras realizações da escola foram a construção do primeiro motor elétrico trifásico de 1,5 HP, em 1964, a plaina limadora em 1974, o torno mecânico ABB200, em 1979 e a fresadora e a furadeira múltipla em 1996.

Segundo as informações do Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do SENAI (2016), a escola possui uma área total construída de 6.513,15m², dividida em vinte e dois laboratórios, cinco oficinas e quinze salas de aula com capacidade diária para atendimento de 1600 educandos somando os turnos matutino, vespertino e noturno.

No Projeto Pedagógico do SENAI-RS (2013), consta que essa Unidade do SENAI desenvolve cursos nas áreas de Alimentos, Eletroeletrônica, Informática, Manutenção Industrial, Metalmecânica, Refrigeração e Climatização, Segurança do Trabalho, entre outros e dispõe de excelentes laboratórios. Conforme os dados do Sistema Integrado do SENAI-RS (2017), a escola possui patrimônio contendo 4.448 itens, entre máquinas, equipamentos, instrumentos e ferramentas que são utilizados para práticas educativas em refrigeração e climatização, cozinha industrial, panificação, confeitaria, mecânica de manutenção, mecânica de usinagem industrial, eletricidade industrial e eletricidade predial. Possui também laboratórios de metrologia, usinagem com Comando Numérico Computadorizado, informática, pneumática, hidráulica, eletrônica com Controladores Lógicos Programáveis, etc. que são utilizados pela comunidade em geral e empresas. Atua

na Formação Inicial e Continuada, bem como Cursos Técnicos de Refrigeração e Climatização, Mecânica Industrial e Eletroeletrônica.

Junto à Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá encontra-se o Instituto SENAI de Tecnologia em Alimentos e Bebidas que oferece soluções integradas para garantia da segurança de alimentos e bebidas com serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos, processos e consultoria em processo produtivo.

Como diferenciais de mercado, o SENAI possui vantagem em relação às outras instituições de ensino por estar inserido na cadeia produtiva através da prestação de serviços técnicos e tecnológicos, consultorias e parcerias. Com isso é possível diagnosticar rapidamente as carências em Educação Profissional e prestar atendimento focado e customizado a cada empresa. Outro ponto importante de destaque é que. De acordo com dos dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), desde 2009 o SENAI realiza avaliações periódicas, considerando dimensões como desempenho dos alunos, atuação docente, gestão escolar e infraestrutura das escolas. Nessas avaliações são analisadas desde a concepção e implementação de cursos até a performance dos alunos na escola e dos egressos nas empresas. O SENAI é a primeira instituição a realizar exames de avaliação do ensino técnico no Brasil. (CNI, 2017).

Com essas características peculiares, o SENAI aderiu ao PRONATEC destacando-se como maior ofertante de vagas em rede nacional. Para estimar o dimensionamento básico da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá analisou-se os cursos que seriam ofertados ao PRONATEC, levando em consideração os indicadores Macro Ambientais, a análise do Microambiente como também a capacidade instalada e a demanda por profissionais no mundo do trabalho.

A seguir apresentam-se os dados Macro Ambientais referentes ao município de Porto Alegre nos anos de 2007/2008 que foram utilizados para um levantamento de indicadores estratégicos e considerados na implantação dos cursos do PRONATEC.

Quadro 1: Indicadores Macro Ambientais (2011)

Indicadores macro ambientais		Resultado da pesquisa
Demográfico	Número de escolas particulares da região	729
Econômico	Proporção entre as escolas particulares da região (comparativo de escolas	Total de escolas públicas e privadas 1251 Escolas públicas 522= 41,73% Escolas privadas 729= 58,27%

	públicas X escolas privadas)	Proporção entre escolas públicas e escolas privadas 0,72 escolas públicas a cada 1 escola privada
Sociocultural	Taxa de natalidade	População estimada de Porto Alegre conforme IBGE dados de 2009 1.436.123 Nascidos vivos 21.601 Taxa de natalidade de Porto Alegre 1,5%
Político/legal	Número de escolas particulares do mesmo segmento educacional	(Segmento educacional profissionalizante: Alimentos e Bebidas, Metalmeccânica, Eletroeletrônica e Refrigeração e Climatização) São 8 escolas que atuam nesses segmentos
Tecnológico	Participação percentual do segmento no qual você atua	A participação varia em cada segmento, mas podemos afirmar que entre as 8 escolas citadas temos participação de 20%

Fonte: BRASIL, IBGE, 2011. Elaboração do autor⁸.

Esses indicadores macro ambientais (demográfico, econômico, sociocultural, político legal e tecnológico) apontam o cenário da região metropolitana de Porto Alegre que possui um volume considerável de estudantes e escolas possibilitando dimensionar a oferta de Educação Profissional como também a capacidade instalada na região.

Para análise do microambiente, um indicador fundamental é a demanda por profissionais por setor de atividade que possibilita direcionar a oferta da Educação Profissional de acordo com as necessidades do mundo do trabalho.

O SENAI tem mapeado⁹ a demanda por profissionais, os dados do quadro a seguir foram extraídos de informações gerenciais do Sistema FIERGS e apresentam por ordem decrescente essa demanda estratificada por setor:

Quadro 2: Mapa do Trabalho com análise do Microambiente - SENAI RS (2011-2014)

Mapa do Trabalho	
------------------	--

⁸ Quadro elaborado em 2011 para Trabalho de Conclusão de Curso sobre Plano de Negócio para Implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

⁹ O mapeamento da demanda por profissionais são “o resultado de uma série de estudos e consultas a especialistas internos e externos, bem como a participação de universidades e instituições de referência no uso de cenários em seus planejamentos estratégicos. Seu objetivo principal é fornecer subsídios técnicos aos tomadores de decisão do SENAI, SESI e IEL nos diversos níveis organizacionais (Departamentos Regionais, Escolas e Unidades Operacionais) e servir de base analítica para o Planejamento Estratégico das Instituições” (SENAI, 2017 p.22).

Demanda SENAI RS 2011/2014	Total da demanda por profissionais
Setor	
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	19.335
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	16.988
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	16.758
Construção	15.510
Fabricação de máquinas e equipamentos	9.554
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	8.339
Transporte terrestre	6.696
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6.473
Comércio por atacado e representantes comerciais e agentes do comércio	6.198
Fabricação de artigos de borracha e plástico	5.745
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	5.593
Administração pública, defesa e seguridade social	5.582
Alojamento e alimentação	5.446
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	5.045
Serviços prestados principalmente às empresas	4.822
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2.833
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2.434
Fabricação de produtos de madeira	2.261
Metalurgia básica	2.227
Atividades associativas	2.206
Fabricação de produtos químicos	1.999
Edição, impressão e reprodução de gravações	1.807
Fabricação de produtos têxteis	1.780
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.724
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.635
Saúde e serviços sociais	1.566
Atividades de informática e serviços relacionados	1.431
Eletricidade, gás e água quente	1.241
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	1.228
Educação	971
Atividades imobiliárias	874
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	865
Atividades anexas e auxiliares dos transportes e agências de viagem	854
Captação, tratamento e distribuição de água	851
Extração de minerais não-metálicos	850
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	717
Atividades recreativas, culturais e desportivas	650
Correio e telecomunicações	546

Fabricação de produtos do fumo	500
Serviços pessoais	491
Fabricação de outros equipamentos de transporte	433
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	381
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos	304
Intermediação financeira	273
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	258
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	216
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	212
Reciclagem	202
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	159
Extração de carvão mineral	110
Seguros e previdência complementar	110
Pesquisa e desenvolvimento	109
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	51
Extração de minerais metálicos	5
Extração de petróleo e serviços relacionados	3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	3
Serviços domésticos	3

Fonte: FIERGS (2011).

Com as informações do Mapa do Trabalho RS 2011/2014 é possível identificar a demanda por profissionais no mercado do trabalho. Também, permite observar as maiores carências por profissionais em áreas específicas e com isso direcionar a oferta dos cursos com o objetivo de suprir tanto a necessidade das empresas por profissionais quanto o desejo de uma oportunidade no mundo do trabalho pelos trabalhadores.

Para a operacionalização dos Cursos Técnicos do PRONATEC, além de contar com a equipe existente, foram necessárias contratações de novos docentes com jornada de trabalho de 40 horas semanais. Todos os demais colaboradores receberam treinamento quanto aos detalhes do programa, frisando o papel de cada um, esclarecendo dúvidas e estabelecendo critérios e metas para atendimento. Os docentes desenvolveram a documentação necessária para operacionalização dos cursos (situação de aprendizagem, plano de aula, plano de desenvolvimento de competência) alinhados aos planos de cursos já existentes.

A oferta de vagas foi negociada semestralmente a partir do segundo semestre de 2011 com a Entidade Mantenedora do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

(SENAI) – Departamento Regional do Rio Grande do Sul, sediada junto à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), no Município de Porto Alegre.

Essa negociação foi inserida no Plano de Ação da Unidade do SENAI para que fosse provisionado todos os recursos necessários para execução do PRONATEC. Os pagamentos de pessoal, encargos, materiais de consumo, auxílio lanche e auxílio transporte foram efetuados à vista pelo SENAI e os recebimentos foram realizados a prazo através de repasses efetuados pelo MEC, levando entre 3 e 6 meses, o que fez necessário um montante significativo de recursos em caixa para manter a operacionalização do PRONATEC. Cabe salientar que ocorreram alguns atrasos no repasse de recursos do MEC para o SENAI e assim mesmo o SENAI manteve a continuidade do PRONATEC rigorosamente em dia com seus compromissos. O ingresso aos Cursos Técnicos do PRONATEC ocorria de duas formas distintas:

a) estudantes que cursaram o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, ingressavam através do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC). Conforme o MEC,

[...] é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de Educação Profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (BRASIL, SISUTEC, 2017).

b) estudantes que estavam cursando ensino médio da rede pública, inclusive educação de jovens e adultos e ocorriam de forma concomitante ao seu curso de ensino médio. Nesse caso, a negociação ocorria diretamente através das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE).

As ofertas de cursos eram específicas para cada demandante, SISUTEC ou Concomitante, sendo realizado em turmas separadas e todas as informações referentes aos cursos eram apropriadas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), como também no Sistema Integrado do SENAI/RS (SIS).

Os estudantes vinculados ao programa possuíam um suporte extra no material escolar e apoio para o deslocamento e lanche ao longo do curso. Os educandos recebiam um Kit do SENAI contendo caderno, lápis, canetas, pastas, livros e apostilas pertinentes ao curso realizado. No caso de cursos que necessitassem de materiais específicos como

Desenho Técnico, além do material básico citado, recebiam utensílios pertinentes como compasso, esquadro, régua e lápis de desenho. Também eram fornecidos todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tais como luvas, óculos, protetor auricular e jaleco, indispensáveis para a realização das atividades práticas dos cursos.

Além de receber todos os recursos materiais necessários para as aulas, o público recebia Assistência Estudantil através de um cartão pré-pago do Banco do Brasil que era abastecido a cada quinze dias pelo SENAI no valor de R\$2,00 por hora de curso o que representava R\$8,00 por dia letivo que servia de auxílio de custeio em relação ao transporte e lanche.

Para a aprovação, os discentes deveriam obter aproveitamento/nota igual ou maior a 80% e frequência igual ou maior que 75%. Toda a documentação de cada estudante (matrícula e identificação pessoal) além de ser informada ao MEC via sistema informatizado, permanece arquivada em meio físico na escola por 25 anos.

Durante o desenvolvimento do curso, o Ministério da Educação, que foi responsável pelo PRONATEC, realizava visitas de monitoramento e auditoria na escola para avaliação do Programa. Essas visitas não eram agendadas, os representantes do MEC compareciam à escola e dirigiam-se diretamente aos alunos para averiguar as condições e o desenvolvimento das atividades. Cabe salientar que o PRONATEC utilizava os mesmos recursos dos demais cursos, sem distinção para utilização de oficinas e laboratórios.

Por meio das experiências vivenciadas na execução dos cursos do PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, percebeu-se contribuições para o desenvolvimento e aprimoramento de diversas questões operacionais, desde a pactuação dos cursos, proporcionando maior contato com a comunidade até a abertura de um espaço de diálogo com representantes do governo nos segmentos municipal, estadual e federal.

No próximo item abordaremos o debate teórico acerca do PRONATEC, resgatando algumas produções científicas que contemplavam esse tema e refletindo sobre alguns aspectos a partir das experiências vivenciadas e na sequência apresentamos a metodologia da pesquisa.

2 O DEBATE TEÓRICO ACERCA DO PRONATEC E A METODOLOGIA DA PESQUISA

O Brasil tem um duplo desafio: coordenar as ações no campo da educação e do trabalho, e construir, de fato, um sistema de formação profissional ao longo da vida, particularmente para os jovens. (CASTIONI, 2013, p. 39).

O PRONATEC busca conciliar ações entre os campos da educação e do trabalho. Nesse sentido, integra uma alteração significativa no curso histórico da Educação Profissional. Para abordarmos este item, inicialmente apresentaremos a sistematização sobre a lei que orienta o PRONATEC e posteriormente, subdividimos em duas partes: na primeira parte abordaremos especificamente os trabalhos sobre o PRONATEC, encontrados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, publicados no período entre 2013 e 2016, e na segunda parte as publicações do Ministério da Educação (MEC).

2.1 O debate teórico acerca do PRONATEC

Iniciamos este breve ‘estado da questão’ com a apresentação da proposta do PRONATEC contemplando os objetivos que perpassam essa política, cuja finalidade é ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica. No contexto político, delimitado pela Lei Nº 12.513/2011, assim está expresso no artigo 1º que trata em parágrafo único dos objetivos desse programa:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de Educação Profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Considerando o que expressa essa legislação, o respectivo programa revela preocupações com a Educação Profissional: técnica de nível médio e formação inicial e continuada; presencial e a distância, com a expansão da oferta dessa modalidade; com sua articulação com o ensino médio público; com a ampliação das oportunidades aos trabalhadores; com os recursos pedagógicos e com as demais políticas de trabalho, primeiramente, e posteriormente, emprego e renda.

O artigo 2º da referida normativa especifica o público-alvo a que se destina esse programa: 1) estudantes do Ensino Médio e da EJA; 2) trabalhadores; 3) beneficiários de programas de transferência de renda; 4) estudantes egressos do Ensino Médio público ou de instituições privadas que tenham sido bolsistas integralmente. Além desses destinatários nos parágrafos subsequentes há uma conotação inclusiva e é dado destaque aos trabalhadores da agricultura familiar, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, pessoas com deficiências, povos indígenas, quilombolas e menores que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas e para mulheres. Ressalta-se essa dimensão, pois o PRONATEC possuía um caráter de democratização ao acesso à formação profissional e ao enfatizar essas minorias em destaque acima, observa-se essa preocupação de oportunizar o acesso a tais populações no intuito de propiciar sua inclusão.

No artigo 3º esse programa estabelece sua atuação em regime de colaboração entre entes públicos como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e entes privados como os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as instituições privadas de Ensino Superior e de Educação Profissional, entre outras.

No artigo 4º, o componente inovador explicitado é o oferecimento das bolsas formação em duas modalidades:

- a) Bolsa-Formação Estudante – destinada àqueles que realizam a Educação Profissional técnica de nível médio e estudantes do curso normal.
- b) Bolsa-Formação Trabalhador – destinada aos trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda em cursos FIC.

O artigo 5º define as modalidades de Educação Profissional e Tecnológica dos cursos sendo:

- a) Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.
- b) Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- c) Formação de professores em nível médio na modalidade normal.

Em resumo, essa lei que orienta o Programa PRONATEC foi sancionada pela Presidenta Dilma, em 2011. Trata-se de uma lei concisa com apenas 21 artigos e que, no entanto, foi reformulada logo em seguida, em 2013.¹⁰

¹⁰ Educadores reunidos no II Colóquio Nacional “A Produção do Conhecimento em Educação Profissional” elaboram documento intitulado de “Carta de Natal 2013” endereçado ao Excelentíssimo Ministro da Educação, Senhor Aluizio Mercadante, também apoiados pelos educadores reunidos na 36ª Reunião

Dando sequência a este breve ‘estado da questão’ apresentaremos os trabalhos e publicações sobre o PRONATEC e logo após apresentaremos a metodologia da pesquisa.

2.1.1 Banco de Dissertações e Teses da CAPES – 2013 - 2016

Dando sequência, após essa sistematização sobre a lei que orienta o PRONATEC, e para dar conta deste item foi realizado um levantamento das publicações de teses e dissertações, bem como artigos e outros documentos com o objetivo de visualizar o que já foi pesquisado e, com isso, identificar lacunas e possibilidades de aprofundamento acerca do PRONATEC. Ao pesquisar no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), encontramos 92 registros, dos quais foram separados os trabalhos que possuem maior afinidade, restando 54 trabalhos que serão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Trabalhos encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013 – 2016)

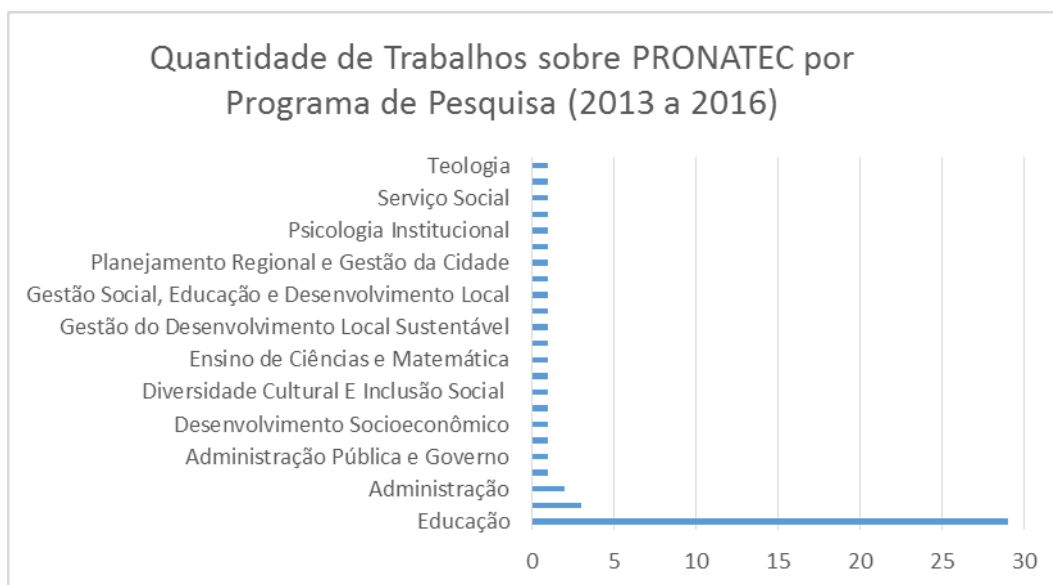
Local de Pesquisa	Palavra Chave	Ano de defesa	Mestrado	Doutorado	% / ano
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	PRONATEC	2013	3		5,56%
		2014	13	2	27,78%
		2015	33		61,11%
		2016	2	1	5,56%
		Total		54	

Fonte: Banco de dados da CAPES (2017). Elaborado pelo autor, 2017.

Considerando que o PRONATEC é um programa recente, percebe-se um volume significativo de publicações iniciando a partir de 2013 e tendo o maior volume no ano de 2015. A modalidade de pesquisa que mais investigou o tema central PRONATEC foi de Mestrado por meio de dissertações. Foram encontrados 29 trabalhos na Área da Educação, o restante está distribuído em diversas áreas conforme apresentado no gráfico a seguir:

Anual da Anped 2013. Neste documento, solicitam a revisão do conteúdo da Lei que institui o PRONATEC, com o objetivo de “orientar a execução de uma política pública educacional voltada para a formação integral da classe trabalhadora e que, portanto, tenha qualidade socialmente referenciada; que o financiamento público seja destinado às instituições públicas; e que essa formação seja executada pelas redes públicas de educação no nosso país. Informações obtidas com base no site: <<http://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/mocao-de-apoio-a-carta-de-natal>>. Acesso em 13 set. 2018.

Gráfico 5 – Distribuição dos Trabalhos sobre PRONATEC por Programa de Pesquisa encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013 – 2016)



Fonte: Banco de dados da CAPES. Elaborado pelo autor, 2017.

Conforme expressa o gráfico, a maior concentração de trabalhos é na área da Educação, seguido da Administração. Há, também, uma diversidade de outros setores interessados no assunto, o que demonstra que houve interesse por parte dos pesquisadores de variados programas de pesquisa. Também é importante observar que os trabalhos foram produzidos nas mais diversas cidades do Brasil, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 2 – Distribuição Geográfica dos trabalhos sobre o PRONATEC encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013-2016)



Fonte: Banco de dados da CAPES. Elaborado pelo autor, 2017.

Em relação à apresentação dessa figura, notamos que a maior concentração de trabalhos ocorre nas regiões Sul e Sudeste com algumas pesquisas também no Nordeste e nenhuma na região Norte.

Dos títulos pesquisados, quando organizados por temas, encontramos com maior frequência a palavra “análise” que abrange diversas pesquisas acerca do PRONATEC, tais como: avaliação de resultados obtidos pelo programa em relação à inclusão social, formação humana, capacidade estatal na implementação, análise de desafios e problemas, como a evasão escolar e avaliação do acesso à Educação Profissional.

Para observarmos as palavras que aparecem com maior frequência nos títulos dos trabalhos, organizamos uma “nuvem de palavras” uma ferramenta que forma uma imagem com diversas palavras de diferentes tamanhos que se auto ajustam num emaranhado de acordo com sua relevância, possibilitando observar o contexto de pesquisa. Quanto maior a incidência da palavra mencionada, maior ela será na imagem.

Figura 3 – Nuvem de palavras dos títulos dos trabalhos sobre o PRONATEC encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2013- 2016)



Fonte: Banco de dados da CAPES. Elaborado pelo autor, 2017. (Ferramenta Word Cloud).

Após analisarmos essas publicações observamos que existe uma diversidade de temas no campo do PRONATEC. Dos 54 trabalhos localizados no Banco de dados da CAPES, 46 investigam a Formação Inicial e Continuada (FIC), 5 avaliam questões gerais acerca do PRONATEC e apenas 3 abordam diretamente os Cursos Técnicos do PRONATEC, sinalizando que é necessário seguir nesse caminho e aprofundar a pesquisa. Nesse sentido, esta proposta de pesquisa tem uma característica inovadora, uma vez que observamos que não existem trabalhos que tenham proposta semelhante.

Destacamos neste fragmento do texto os principais pontos levantados nos trabalhos pesquisados:

- “Limites e Possibilidades do PRONATEC como Ação Governamental de Ampliação do Acesso à Educação Profissional: uma análise a partir da experiência do IFRJ” (RAMOS, 2014).

Nessa dissertação de 2014, o PRONATEC é considerado como elemento de uma “inclusão excludente”, na medida em que para esses alunos o governo cria uma estrutura paralela, com base em contratos de trabalho temporário e em uma organização pedagógica e administrativa improvisada.

Esse trabalho conclui que não existe na sociedade capitalista possibilidade concreta de democratização do acesso ao conhecimento técnico profissional sob a perspectiva da emancipação da classe trabalhadora.

Entretanto, enfatiza que programas governamentais, como o PRONATEC, constituem espaços de disputa de hegemonia importantes para a organização e luta dos trabalhadores por educação pública de qualidade, uma vez que explicitam limites e contradições da sociedade de classes.

- b) “Políticas Públicas para a Educação Profissional: um estudo em um curso técnico de nível médio, ofertado pelo PRONATEC, em Belo Horizonte” (CONTARINE, 2014).

No trabalho dissertativo de 2014 são apresentados indicativos da privatização do fundo público e da Educação Profissional direcionada à classe trabalhadora, bem como o enfraquecimento da educação pública como modo de implantação do PRONATEC. Assim, conclui-se que o programa se adequa às necessidades do mercado para a formação do trabalhador, além de contribuir para a organização dos interesses burgueses quanto à educação da classe trabalhadora.

- c) “PRONATEC, um produto educacional a serviço do capital” (ROCHA, 2015).

Nessa dissertação, de 2015, é feito um levantamento e uma análise que objetivaram contestar a alegação de que a proposta de qualificação dos trabalhadores, na forma apresentada pelo Programa, permitirá à classe trabalhadora inclusão e permanência no mercado de trabalho e maior expansão econômica do País, possibilitando, como consequência, a superação da condição de dependência do Brasil em relação com outros países. Além de extinguir também a pobreza e os baixos níveis da escolaridade nacional. O desenvolvimento dessa pesquisa tem como base o referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético. Assim sendo, no que se refere ao entendimento da correlação entre o PRONATEC e a Educação Profissional dos trabalhadores, ela se dá a partir da compreensão da Educação como um processo histórico estabelecido numa relação dialética com os processos de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, sendo esses espaços de interesses antagônicos, tendo por consequência a luta de classes.

O objetivo dessa dissertação foi identificar o PRONATEC como modelo de Educação Profissional para os trabalhadores cuja proposta foi a capacitação pouco aprofundada do trabalhador e formação do Exército Industrial de Reserva. Somando-se a

isso, o Programa fabrica em larga escala trabalhadores ajustados às necessidades momentâneas do mercado, além de contribuir para o surgimento e fortalecimento das empresas privadas de Educação.

- d) “A formação profissional no Brasil: análise dos discursos sobre o PRONATEC” (QUEIROZ, 2015).

Nessa dissertação de 2015 as análises realizadas caminham no sentido de enfatizar que os discursos revelam as orientações do Banco Mundial e da Confederação Nacional da Indústria tem encontrado um terreno de consenso junto aos governos que por sua vez têm assumido agendas profissionais para a formação flexível.

- e) “O PRONATEC como Política Governamental para Educação Profissional: historicidade e contradições na construção de uma política para a Educação Profissional” (RAMOS, 2014).

Nessa dissertação, de 2015, é estabelecida a compreensão que o PRONATEC é uma política de governo que é expressão da política de Estado capitalista baseado no entendimento de Poulantzas. Ao mesmo tempo, demonstra os modos de desenvolvimento do Estado brasileiro e as políticas de Educação Profissional no período da análise. Além disso, relaciona o PRONATEC ao modelo de desenvolvimento conhecido como pós-fordismo periférico com formação precarizada. Também, concorda com que o PRONATEC é uma fonte de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e ainda, destaca que o Programa não prioriza uma Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

- f) “O PRONATEC - FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu participante?” (SILVA, 2016).

Esse trabalho ressalta a importância do PRONATEC como política pública, na qual o direito de acesso à educação e à qualificação são de fundamental importância. Em suas considerações finais, a autora destaca que “A situação vivida nos dias de hoje é a de crescimento das taxas de desemprego e a inexistência de uma política que pense nos trabalhadores” (SILVA, 2016, p.98).

Para essa pesquisadora, o PRONATEC busca ampliar o acesso a um dos direitos sociais que é a educação e no período do auge desse programa estava na contramão do intuito neoliberal de diminuir os gastos públicos.

- g) “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora” (COSTA, 2015).

Nesse trabalho dissertativo, datado de 2015, partindo da análise documental foram sistematizadas informações sobre o PRONATEC a fim de identificar dados sobre vagas, matrículas, instituições ofertantes de vagas e execução orçamentária.

Dessa forma, a pesquisa objetivou contra argumentar a afirmação de que o aumento da qualificação dos trabalhadores, o maior acesso a empregos e à superação da condição de país subdesenvolvido do Brasil, que culminariam na eliminação da pobreza, do desemprego e da baixa escolaridade da população brasileira, e conseqüentemente, na superação da condição de dependência da nação. Com base no referencial teórico metodológico do materialismo histórico dialético, compreende a educação como uma prática social que mantém uma relação dialética com o desenvolvimento das forças produtivas e que é alvo de disputa por classes sociais com interesses antagônicos.

Os elementos conclusivos dessa pesquisa indicam a privatização do fundo público e da Educação Profissional direcionada à classe trabalhadora, bem como o enfraquecimento da educação pública. Assim, conclui-se que o programa se adequa às necessidades do mercado para a formação do trabalhador, além de contribuir para a organização dos interesses burgueses quanto à educação da classe trabalhadora.

h) “O PRONATEC e a Proclamada Política de Democratização da Educação Profissional técnica de Nível Médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso” (SALDANHA, 2016).

Nessa tese, de 2016, a hipótese desenvolvida foi a de que o fenômeno de expansão no PRONATEC mediante a oferta inicial de cursos técnicos na forma concomitante com Bolsa Formação, constituinte da especificidade do Programa, não contribuiu para a democratização da EPTNM, pois apresenta limites na própria natureza da forma de oferta concomitante, que impede o acesso de grande parte dos alunos da escola pública, que estudam e trabalham. Além disso, não garantiu, também, à grande parte dos que tiveram acesso, a permanência no Programa, conforme demonstrou o levantamento inicial dos dados empíricos.

A conclusão da referida tese expôs que a proclamada política de democratização da EPTNM pelo PRONATEC não foi realizada, pois desde a sua constituição não houve uma ampla discussão sobre a natureza da oferta proporcionada, promovendo-se uma oferta massiva de cursos de qualificação, enquanto a de cursos técnicos na forma concomitante não permitiu o amplo acesso de alunos trabalhadores e distanciou-se da concepção de integração entre o Ensino Médio e a EPTNM.

- i) “Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC” (BASSO, 2014).

Nessa tese, de 2014, foi tratada a questão da evasão/permanência dos estudantes do nível técnico de ensino. Essa pesquisa, de natureza qualitativa, contou com uma amostra de 41 participantes, sendo 27 homens (65,8%) e 14 mulheres (34,2%), com idades entre 15 e 34 anos (M=16,0), estudantes do 2º semestre nos cursos Técnico em Informática (34,2%), Técnico em Automação (34,2%) e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (31,6%). Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário aberto e analisados com base na *Grounded Theory*.

Os resultados da respectiva pesquisa apontam que a permanência dos estudantes no curso técnico do PRONATEC está relacionada à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo e ao comprometimento com a profissão e o curso, que envolvem aspectos de pré-ingresso, referentes aos determinantes da escolha profissional e do ensino técnico, às expectativas educacionais e às perspectivas dos estudantes sobre seu futuro e carreira e às vivências pessoais e contextuais durante o curso. Em relação às vivências pessoais, os estudantes referiram a identificação com a profissão e com o curso, as condições físicas e psicológicas e o desenvolvimento de competências cognitivas. Quanto às vivências contextuais mais importantes, foram apontados no ambiente familiar a convivência e o relacionamento entre pais e filhos e a percepção de apoio recebido; no ambiente social, o apoio de amigos, professores e colegas e os relacionamentos interpessoais; no ambiente educacional a qualidade do curso e o uso de estratégias autorreguladas de aprendizagem e; no aspecto vocacional/profissional, além da identificação com a profissão, as oportunidades do mercado de trabalho e as necessidades de emprego. Também foram apontadas outras variáveis intervenientes, como as dificuldades financeiras, a mudança de cidade e a gratuidade do curso. Esses resultados sugerem a importância de ampliar os estudos na área vocacional e de carreira no contexto do ensino técnico, bem como para o desenvolvimento de práticas de intervenção visando à permanência e êxito do estudante no curso.

Em síntese, a partir desses trabalhos disponíveis na plataforma CAPES, consideramos que são tecidas mais críticas ao programa PRONATEC que possibilidades que incentivaríamos sua continuidade. As principais críticas formuladas dizem respeito ao repasse de verbas públicas para instituições privadas; o enfraquecimento dos espaços públicos de oferta de Educação Profissional; a formação com curta duração, adjetivada

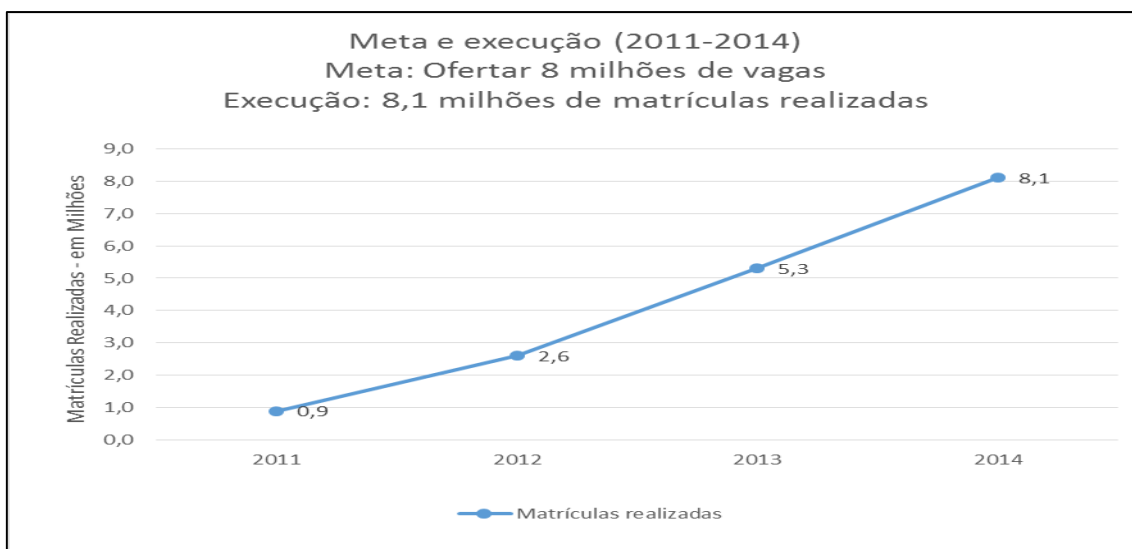
como flexível e por vezes, precarizada; a fidedignidade a cartilha de formação orientada pelos interesses do mercado em detrimento do empoderamento da classe trabalhadora, entre outros.

A grande parte dos trabalhos investigados foram dissertações e sua natureza metodológica foi originária do Materialismo Histórico Dialético.

2.1.2 Publicações do Ministério da Educação – MEC (2011 – 2014)

De acordo com as publicações do MEC, de 2011 a 2014, por meio do PRONATEC foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre Cursos Técnicos e de Qualificação Profissional, em mais de 4.300 municípios. O Gráfico a seguir demonstra a evolução do PRONATEC numa perspectiva ascendente na oferta de matrículas.

Gráfico 6 - Meta e Execução do PRONATEC 2011 – 2014



Fonte: BRASIL/MEC, 2017, p.8

Conforme o gráfico ilustra, no ano de 2011 foram realizadas 900 mil matrículas, em 2012 esse coeficiente alcançou 2,6 milhões, quase triplicando de 2011 para 2012. Há uma expansão massiva em 2013, atingindo 5,3 milhões e superando a meta em 2014 ao contemplar 8,1 milhões de matrículas nesse programa.

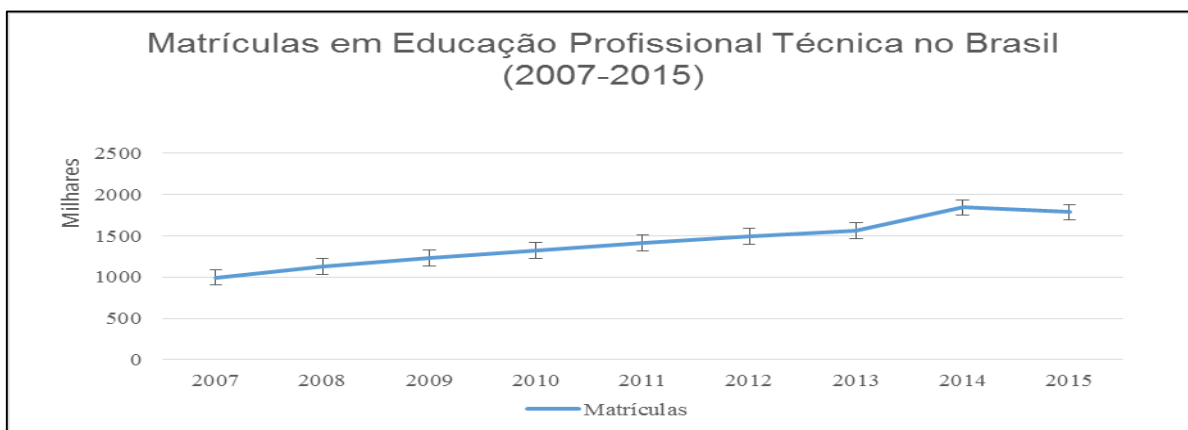
Segundo o que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), vigente para a década de 2014 a 2024, em sua Meta 11, as matrículas de Educação Profissional Técnica devem ser triplicadas até 2024. Dessa forma, analisamos que o estipulado pelo ordenamento legal é um tanto audacioso, pois pretende triplicar o atendimento em uma década em uma área que já possui um século com tímidos avanços. De certo modo, é oportuno que esteja registrada a necessidade de avanços significativos até porque o

próprio PNE não deixa de ser uma proposta política construída com participação democrática, revelando assim uma carência social nessa área.

Quando essa meta foi definida, observou-se que de 2010 a 2014 houve um aumento de pouco mais de 500 mil matrículas, ritmo favorável ao cumprimento da meta em 2024. Esse crescimento teve influência direta do PRONATEC que atingiu seu auge em 2014, porém de 2014 para 2015 o indicador teve uma queda de aproximadamente 55 mil matrículas demonstrando uma desaceleração do crescimento. O atual contexto de recessão e de cortes nos investimentos públicos para a educação como um todo e mais especificamente para a Educação Profissional já sinalizam como empecilhos para alcançar tal meta.

O gráfico a seguir, elaborado a partir de dados obtidos no Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE) representa o desempenho das matrículas em Educação Profissional Técnica no Brasil no período de 2007 a 2015, o que permite observar um significativo incremento oriundo do PRONATEC, cujo ápice ocorreu em 2014.

Gráfico 7 – Matrículas em Educação Profissional Técnica no Brasil (2007 – 2015)



Fonte: Observatório Nacional do Plano Nacional de Educação. Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com o gráfico apresentado observamos queda nas matrículas em 2015, o que, segundo o Observatório do PNE, foi consequência da retração na rede privada em quase 120 mil matrículas em decorrência da desaceleração do PRONATEC. Essa redução foi levemente compensada pela oferta de matrículas na rede pública propiciando uma expansão de mais de 60 mil matrículas.

A seguir apresentaremos os trabalhos publicados pelo MEC referentes às análises do Programa.

Em estudo realizado entre outubro de 2011 e junho de 2013, pela Secretaria de Política Econômica (SPE), num período em que o mercado de trabalho estava bastante aquecido, em circunstâncias de “pleno emprego”, é realizada uma avaliação inicial sobre a reinserção no mercado de trabalho. Por meio dessa pesquisa, são extraídas constatações que nessa etapa inicial o PRONATEC foi bem-sucedido pela rápida expansão de sua cobertura. Essa pesquisa conclui também que o grupo de trabalhadores que participava do programa apresentou maior probabilidade de encontrar um novo emprego formal e aponta que “é possível que ganhos salariais obtidos com base no programa sejam detectados após maior período no emprego e não apareçam nos salários de admissão” (BRASIL, SPE, 2015, p.11).

Em outra investigação realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) que analisa o PRONATEC sobre os aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade do programa entre 2011 e 2014 e que sintetiza três trabalhos:

a) Estudo Qualitativo com Egressos e Desistentes, Representantes das Unidades Ofertantes e Interlocutores Municipais do PRONATEC – Brasil Sem Miséria;

b) Caderno de Estudos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que aborda a Inclusão Produtiva Urbana sobre o que fez o PRONATEC entre 2011 e 2014; e

c) Estudo Técnico realizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação que avalia o impacto dos beneficiários do Programa Bolsa Família matriculados no PRONATEC.

Esse Estudo Técnico compreende a análise de 2,5 milhões de matrículas do PRONATEC e conclui que o programa se desenvolveu no sentido de atender aos requisitos de eficiência, eficácia e efetividade. Nos aspectos relativos à eficiência concluiu-se que o PRONATEC possui cobertura territorial muito mais ampla do que outras experiências de programas de qualificação. O estudo aponta que em julho de 2012 o PRONATEC estava presente em 606 municípios e em junho de 2014 já alcançava 4.025 municípios em todo o Brasil, o que representa 72% dos municípios.

Outro destaque importante é que o programa ofereceu cursos com aderência às tendências do mercado formal, demonstrando a eficiência das pactuações e o alinhamento com o mundo do trabalho.

Sobre o aspecto da eficácia, o estudo apresenta uma tabela que demonstra que o programa conseguiu ofertar cursos para os mais necessitados, que é evidenciado pelo indicador que aponta 63% das matrículas de inscritos no CadÚnico, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Por fim, nos aspectos relativos à efetividade, o estudo aponta que “o PRONATEC faz diferença para quem faz. Para participantes do PRONATEC há um aumento da formalização no mercado de trabalho em 11,8 pontos percentuais” (BRASIL, SAGI, 2015, p.7), representando o dobro de sucesso comparado aos que não participam e possuem o mesmo perfil. Essa constatação deve ser destacada nesse trabalho, pois passa a ser uma hipótese que poderá ser comprovada ou desmistificada por estudo de caso mais local.

Nas conclusões do trabalho, encontra-se em destaque que “o estudo fornece evidências do impacto do PRONATEC no aumento da empregabilidade formal de seus alunos, destacando-se a intensidade com que ocorre entre os beneficiários do Programa Bolsa Família” (BRASIL/MEC/MDS, 2015, p.16).

Percebe-se que nessas pesquisas foram evidenciadas situações de sucesso do PRONATEC, mas nas conclusões é relatado que embora os estudos tenham apontado resultados favoráveis, atribuem o sucesso também à situação econômica favorável entre 2011 e 2014, que foram os períodos analisados, os autores também referenciam a importância de novas avaliações compreendendo um período maior. Em relação a essa afirmação percebemos que será necessário utilizar de certa cautela, em virtude de o contexto socioeconômico atual estar marcado por recessão econômica, podendo influenciar nos resultados dessa pesquisa.

Outro ponto que cabe salientar é que embora o programa tenha atingido seus objetivos e demonstrado sucesso, não significa que não haja problemas, aliás, conforme já mencionado, na lei que o institui em 2011 já recebe ajustes em 2013. Nesse sentido, apresentamos algumas oportunidades de melhoria do programa apontados no trabalho sobre Políticas Públicas para Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) no Brasil do Ministério da Educação (MEC).

Esse trabalho apresenta um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica, no qual, de acordo com os dados de 2013, a distribuição das matrículas na Educação Profissional por Dependência Administrativa representa 48% na Rede Privada, 34% na Rede Estadual, 16% na Rede Federal e 2% na Rede Municipal. Tal demarcador

está levemente inclinado para a maioria de matrículas em espaços públicos. Em relação à rede privada, os maiores ofertantes são os Serviços Nacional de Aprendizagem que fazem parte do Sistema S.

O trabalho destaca as iniciativas do PRONATEC em expandir a Rede Federal através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao oferecer cursos na modalidade a distância por meio da Rede e-Tec Brasil, realizar acordo com o Sistema S para oferta de vagas gratuitas utilizando recursos recebidos da contribuição compulsória, fortalecer o Ensino Médio integrado à Educação Profissional nas redes estaduais de Educação Profissional com a criação e consolidação de unidades de escolas técnicas estaduais pelo Brasil Profissionalizado e, por fim, o financiamento de matrículas em Cursos Técnicos e FIC, em unidades de ensino existentes nas redes públicas e privadas através de Bolsa-Formação.

Em outra análise da Secretaria de Políticas Econômicas (SPE) sobre o Programa PRONATEC e a relevância da Bolsa-Formação chegam às seguintes conclusões:

- O programa foi bem sucedido na rápida expansão de sua cobertura.
- O programa se mostrou focalizado em atender indivíduos menos favorecidos (elevado número de matrículas de indivíduos com os menores salários de desligamento).
- As estatísticas descritivas mostram que o grupo de trabalhadores que se inscreve no programa apresentou maior probabilidade de encontrar um novo emprego formal
- Resultado similar ocorre com relação ao ganho salarial entre os inscritos e os não inscritos no programa.
- No entanto, estes resultados devem ser vistos com a devida reserva, porque a decisão de participação no programa não é aleatória. Isto pode causar um viés de seleção que torna a comparação direta entre inscritos e não inscritos inadequada. (BRASIL, SPE, 2014, p.9).

O Ministério da Educação reconhece que existem desafios para as Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica. Em apresentação da SETEC, com organização do Secretário da Educação Profissional e Tecnológica, na época Marcelo Machado Feres, em 2015, sistematiza alguns eixos articuladores e pequenas ações para aprimorar seu trabalho.

O primeiro eixo é concebido da seguinte forma: “Implantar o sistema nacional de avaliação da EPT” (BRASIL, SETEC, 2015, p.17). Como ações a SETEC prevê definir padrões de qualidade que integrem conhecimentos gerais e específicos, também propõe referenciais curriculares nacionais para EPT e por fim, ainda nesse eixo, planeja implantar gradativamente um processo de avaliação dos Cursos Técnicos. Cabe salientar, conforme já apontado no item 1.3 deste trabalho, que o SENAI é a primeira instituição a realizar

exames de avaliação do ensino técnico no Brasil, criado em 2009 e denominado de Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (SAEP).

O segundo eixo é descrito com os seguintes termos: “Promover a oferta nacional de Itinerários Formativos” (BRASIL, SETEC, 2015, p.17). Como estratégia de trabalho para contemplar esse eixo, a SETEC projeta estimular a aprendizagem ao longo da vida por meio da oferta de cursos profissionalizantes estruturados em itinerários (FIC, Técnicos e Tecnólogo).

O terceiro eixo diz respeito a: “Estimular a articulação entre instituições de EPT e setor produtivo” (BRASIL, SETEC, 2015, p.17). Para alcançar esse propósito, a SETEC explicita estratégias como: promover parcerias que envolvam a pesquisa aplicada e inovação para solução de problemas reais, incentivar a participação docente em projetos que visem desenvolver o setor produtivo e por fim, acredita e se propõe a estimular a aprendizagem profissional, subentende-se com estágios por parte dos estudantes dos cursos técnicos.

O quarto eixo recomenda: “Implantar a Certificação Profissional e o Reconhecimento de Saberes” (BRASIL, SETEC, 2015, p.18). Os caminhos indicados para percorrer a recomendação envolvem a expansão da educação, inicialmente com a utilização de estratégias pedagógicas inovadoras que requeiram diferentes níveis de presencialidade nos cursos de EPT a distância e, posteriormente, sugere estimular a formação continuada de trabalhadores por meio de cursos a distância.

O quinto eixo visa “Promover maior integração entre a EPT e o Ensino Médio” (BRASIL, SETEC, 2015, p.18). Para desenvolver esse propósito, o estudo indica a ampliação da oferta de cursos técnicos aos estudantes matriculados nas escolas públicas de ensino médio (Técnico Concomitante) e também sinaliza a importância do estímulo da realização de parcerias múltiplas (entre Redes Públicas de EPT e do Sistema S e escolas públicas de Ensino Médio).

O sexto eixo trata da formação inicial e continuada de docentes da EPT e o sétimo e último eixo recomenda o fortalecimento das ações de inclusão nos processos de acesso, permanência e êxito. Esses últimos eixos não apresentam estratégias para o seu cumprimento.

Os eixos acima apresentados revelam a preocupação do MEC e, mais especificamente da SETEC, em aprimorar o trabalho do PRONATEC e qualificar a sua oferta. Entretanto, esse programa foi alvo de severas críticas por muitos pesquisadores.

Retratamos aqui um excerto de Marise Ramos, uma das autoridades brasileiras na temática da Educação Profissional:

O problema não está, obviamente, na ampliação do financiamento das redes públicas, mas sim no financiamento público das redes privadas. Ademais, há tempos se discute a necessidade de unificação de todas as fontes, fundos, programas, ações e políticas de educação e qualificação profissional sob uma única estratégia e política nacional coordenada pelo poder público, voltada para todos os segmentos. O Pronatec pode estar se manifestando como esta política, o que seria virtuoso não fossem as opções de se priorizarem os cursos FIC e de se sustentar a oferta privada com recursos públicos. Vimos que esta opção converge com um projeto de desenvolvimento periférico que se dá pelo incentivo ao consumo e este é viabilizado pela ampliação do “trabalho barato” e de um tipo de produção de baixo valor agregado (RAMOS, apud: BRASIL, 2015, p.114).

Ramos (2015) critica o financiamento público das redes privadas, destaca também que ao contemplar majoritariamente os cursos FIC, que impulsionou uma educação empobrecida. A autora reforça que promoveu “uma formação barata” para o exercício do “trabalho barato”. Outras críticas foram produzidas também no sentido de que a formação FIC possuía carga horária restrita e, com isso, não era nem foi possível provocar a consciência política dos trabalhadores.

A autora salienta algumas conquistas, como a democratização e o acesso ao conhecimento para uma população cujo direito era negado, reconhece que por mais que a formação propiciasse a inserção em empregos precários, por outro lado permitia que uma parcela da população conquistasse um espaço que garantisse renda fugindo do desemprego e nos auxilia a termos consciência de que o PRONATEC foi marcado por contradições e essas revelam a correlação de forças entre as classes, o estado e a sociedade civil.

Ao concluirmos esse levantamento teórico acerca do PRONATEC evidenciamos que ao analisarmos o banco de teses e dissertações da CAPES encontramos trabalhos de pesquisa de conotação mais qualitativa, com avaliação criteriosa e posicionamento crítico. Enquanto que os dados explicitados pelo MEC são de natureza mais administrativa, referentes a indicadores de matrículas, acesso, permanência e porcentagens de acesso à bolsa-formação, e ainda, orientações sobre o funcionamento e diretrizes para a implantação do programa.

Por meio da leitura de teses e dissertações percebemos algumas particularidades que não ficam evidentes apenas com o entendimento da sua implantação. A ideia inicial do programa é consolidada ao ampliar o acesso ao ensino técnico, democratizando essa modalidade educativa. Mas, a garantia de acesso não amplia paralelamente o acesso ao

emprego. Entre os estudos analisados e disponíveis na CAPES, há severas críticas sobre a formação profissional flexível, adequada às exigências do mercado de trabalho, o forte financiamento da Educação Profissional privada e a deficiência da formação política da classe trabalhadora.

Além disso, majoritariamente nos trabalhos da CAPES há maior centralidade sobre cursos FIC. Uma necessidade que emerge desse aprofundamento é a carência de estudos sobre o PRONATEC em cursos técnicos. Também ficou evidente que existem estudos de implantação e acompanhamento do programa em diversas regiões do Brasil. Outra lacuna que necessita ser preenchida diz respeito à abordagem referente aos egressos do programa PRONATEC.

No próximo tópico direcionaremos o olhar para as justificativas, o problema que desencadeou este estudo e os objetivos que desenhamos para esta investigação.

2.2 Abordagem teórico metodológica da pesquisa

[...] entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. (MINAYO, 2009, p.16).

A metodologia de uma pesquisa diz respeito ao terreno das escolhas do suporte desde as dimensões teóricas e práticas, que orientarão o caminho a ser seguido em um estudo; para a autora Minayo (2009) é o caminho do pensamento e da intervenção sobre a realidade. Em termos mais simples, a metodologia orienta o modo de agir, o modo de olhar, inferir e analisar o tema a ser investigado e envolve a definição de pressupostos com base em concepções metodológicas. Como também investigar possui o significado de seguir pistas. Sánchez Gamboa, na obra *“Pesquisa em educação: métodos e epistemologias”* (2006) entende que,

[...] no caso específico do método, desde o ponto de vista da epistemologia tem a ver com os caminhos e os instrumentos de fazer ciência. Um estudo epistemológico significa um estudo crítico dos princípios, da hipótese e dos resultados das diversas ciências, destinadas a determinar sua origem lógica, seu valor e seus objetivos. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2006, p.12).

A partir desse esclarecimento sobre metodologia e método, avançamos especificando que a estruturação desta pesquisa está baseada no livro organizado por Maria Cecília de Souza Minayo sobre *“Pesquisa Social”*. A obra contempla os conceitos fundamentais de ciência e cientificidade; metodologia de pesquisa; as dimensões de um projeto de pesquisa abarcando os conceitos acerca: a) dos objetivos: “para que pesquisar”; b) da justificativa “por que pesquisar”; c) da metodologia desdobrada em algumas

perspectivas de “como pesquisar”, “com que recursos”, “com quais instrumentos” e “em que intervalo de tempo”; d) do cronograma: “por quanto tempo”; e e) das referências: “em que fontes”. Essa obra ainda possui outros conceitos, como a análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa que também foi utilizada no desenvolvimento deste trabalho.

O objetivo geral desta pesquisa é aprofundar o diálogo sobre a temática da Educação Profissional e verificar em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho.

Como justificativa esta pesquisa tem a pretensão de contribuir com a academia ao realizar um trabalho investigativo em um programa que foi uma política pública brasileira significativa para a Educação Profissional e para a classe trabalhadora e que hoje está ameaçada pela sua descontinuidade. Outro aspecto de grande relevância que levou ao desenvolvimento das questões problemas é a vivência e experiência na Educação Profissional, a trajetória formativa pessoal, o vínculo empregatício com essa área, contemplando esse programa. E por fim, realizamos o estudo nesta área pela afinidade à temática, inserida no Mestrado em Educação na linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, por ser uma contribuição pertinente aos estudos teóricos desenvolvidos nesta linha.

Para dar conta do problema estabelecido e dos objetivos vinculados a este trabalho, definimos que o principal método de pesquisa que busca o desvelamento da realidade, que indaga essas situações históricas e concretas é o Materialismo Histórico Dialético. Tal método possui uma abordagem crítica e seus principais referenciais são Marx e Engels.

Trata-se de um método científico que permite a compreensão da realidade concreta, dinâmica, em inter-relação com outros fenômenos. Para esse instrumento metodológico a realidade está em movimento, os fenômenos não estão estagnados, mas são frutos da história e estão interligados. Não podemos tentar entendê-los de modo isolado, mas buscando suas contradições. Desse modo, o próprio pesquisador deve realizar aproximações e distanciamentos para compreender a realidade, de modo radical, epistemologicamente, indo à raiz.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis

fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em sociedade através da história. Este instrumento de reflexão teórico-prática pode estar colocado para que a realidade educacional aparente seja, pelos educadores, superada, buscando-se então a realidade educacional concreta, pensada, compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos (PIRES, 1996, p.2).

O termo ‘dialética’ é de origem grega, usado inicialmente por Platão e debatido por Hegel, tem por base os termos ‘diálogo’ e ‘polêmica’. Os filósofos gregos entendiam a dialética como uma forma de descobrir a verdade, evidenciando as contradições existentes na lógica argumentativa de um adversário.

Para as compreensões iniciais do objeto de estudo, recorremos ao texto “*Contribuição para a crítica da economia política*” (MARX, 1973, p. 228-240). Marx dá o nome de síncrese à ‘visão caótica do todo’, ou seja, são as impressões, as primeiras hipóteses, a compreensão desordenada, as aparências identificadas sobre o objeto.

Dando sequência ao processo de pesquisa e de desvendamento desse fenômeno, Marx (1973) denomina de análise, ‘as abstrações e determinações mais simples’, como forma de abstração, de entendimento, buscando a essência, a compreensão das relações que condicionam tal objeto de estudo.

A última etapa desse processo é a construção da síntese, ‘uma rica totalidade de determinações e relações numerosas’, em que o pesquisador formula seu entendimento acerca da compreensão da realidade investigada, chegando à essência e apresentando ordenadamente seu entendimento.

Segundo discussões em aula no seminário: “Fundamentos da relação trabalho educação”, ocorrido no primeiro semestre letivo de 2016, de acordo com a Professora Dra. Conceição Paludo, com base em Karl Marx, o método de pesquisa do Materialismo Histórico Dialético cruza três elementos:

O primeiro elemento: a lógica de investigação do fenômeno é diferente da lógica de exposição do fenômeno, quando se expõe está tudo arranjado, organizado e compreensível para quem ler, quando se investiga não é simples, está caótico e desorganizado, tal é a diferença entre o método de investigação e o método de exposição. Quando vivenciamos o caos, possuímos apenas indagações, hipóteses e concepções, podemos ter noção dos rumos da investigação, mas não a essência dos resultados, pois lidamos com a aparência dos fenômenos.

O segundo elemento desse método de pesquisa é o aprofundamento dos níveis de compreensão, envolvendo a totalidade, a historicidade e a análise mais detalhada da

realidade. É preciso ter noção de que a realidade, materializada e concreta é dinâmica, envolve movimento e está em processo. Frente a isso é necessário estabelecer os pontos de contradição como característica da dialética.

No terceiro elemento a docente retomou as etapas descritas anteriormente e sintetizou que todo o processo de pesquisa do Materialismo Histórico Dialético passa pelo seguinte processo: da síntese para análise e dela para a síntese. A síntese é como se apresenta a totalidade num primeiro momento, completamente caótico, sem sentido ou com sentidos aparentes. A síntese e análise constituem o momento da investigação. Por fim, a síntese é o momento da apresentação. Então, não se apresenta nem a síntese, nem a análise necessariamente, apresenta-se a síntese, dela fazem parte a fundamentação, a justificativa, as razões e os resultados obtidos no processo investigativo. Por último, cabe salientar que para esse método, quantidade e qualidade se complementam. Assim, na medida do possível, constitui importantes os dados quantitativos para as análises qualitativas.

Além dos elementos acima citados, também fazem parte algumas categorias. A categoria historicidade, no sentido de Marx, é entendida pela formação complexa dos fenômenos, considerando sua história e o processo de formação da realidade presente e influências que poderão ter no futuro. A categoria totalidade diz respeito à compreensão do todo (ou de um conjunto amplo, de relações, particularidades e detalhes) que estão estruturados e em movimento. De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista:

a concepção que Marx possuía do Materialismo Histórico teoriza o desenvolvimento social a partir do ponto de vista totalizante de uma ‘história mundial’ que surge das determinações objetivas dos processos materiais e interpessoais (BOTTOMORE, 1988, p. 381).

A categoria contradição também é importante, pois não há uma linearidade, mas os fenômenos podem ir e vir, ou apresentar dissensos e consensos, muitas vezes com forças em disputas, com ideias contrárias no mesmo objeto de investigação. Com auxílio do *Dicionário do Pensamento Marxista* pesquisamos que para Marx esse conceito é empregado para designar quatro termos: “(a) inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intradiscursivas; (b) oposições extra discursivas; [...] (c) contradições dialéticas históricas (ou temporais); e (d) contradições dialéticas estruturais (ou sistêmicas)” (BOTTOMORE, 1988, p.80).

A categoria mediação estabelece as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. Novamente com apoio do *Dicionário do Pensamento Marxista*,

registramos que Marx “indicou o trabalho como mediador entre o homem e a natureza, [...] identificou também mediações de segunda ordem, historicamente específicas e transcendêis, do dinheiro, da troca e da propriedade privada” (BOTTMORE, 1988, p. 264).

Por fim, a categoria práxis diz respeito à atividade livre, criativa, por meio da qual é possível transformar o mundo humano e a si mesmo. Consultamos o *Dicionário do Pensamento Marxista* e localizamos que a expressão práxis refere-se à: “ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria, e transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo” (BOTTMORE, 1988 p. 292).

Para desdobrarmos esse método, utilizamos as seguintes etapas de pesquisa:

A - Estudo bibliográfico e documental, em documentos do MEC e do SENAI; bem como através do levantamento do estado da questão em pesquisas que envolvam essa temática (Artigos, Dissertações e Teses). Realizamos a leitura dos materiais encontrados e selecionamos os que possuíam relevância para o tema. Os materiais selecionados passaram por nova avaliação com o objetivo de identificar referências bibliográficas comuns entre os Documentos, Artigos, Dissertações e Teses e com isso aprofundamos o estudo nessas referências.

O desenvolvimento deste estudo ajudou na construção do item 1 deste trabalho.

B - Estudo de caso, por delimitar uma realidade mais específica: Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, mais detalhadamente com egressos dos cursos Técnicos do PRONATEC. Para compreender a contribuição do PRONATEC para esses estudantes, foi realizada pesquisa de campo, através do envio de questionários, com questões abertas e fechadas para investigar as repercussões que os cursos do PRONATEC oportunizaram em suas vidas.

No próximo item, apresentamos as técnicas utilizadas na pesquisa.

2.3 Técnicas utilizadas na pesquisa

Ao planejarmos a pesquisa, elaboramos um projeto e estimamos um cronograma contemplando os seguintes itens: a participação em disciplinas do PPGEDU, a orientação, o levantamento do estado da questão, a pesquisa bibliográfica, o delineamento da pesquisa e sua qualificação, a aplicação da pesquisa de campo, a compilação e análise de dados, a conclusão da dissertação e a defesa. Para dar conta desses itens, fizemos a

previsão destas atividades em etapas, compreendendo o período entre o segundo semestre letivo de 2016 e segundo semestre letivo de 2018 e provisionamos recursos para cada etapa.

Desde que se tenha em vista uma pesquisa qualquer, deve-se pensar antes de tudo em elaborar um projeto que possa garantir sua viabilidade. Trata-se do planejamento da pesquisa. O projeto faz a previsão e a provisão dos recursos necessários para atingir o objetivo proposto de solucionar um problema e estabelece a ordem e a natureza das diversas tarefas a serem executadas dentro de um cronograma a ser observado (CERVO; BERVIAN, 2002, p.75).

Primeiramente foi necessário formalizar uma autorização junto à instituição, para acessar os dados a serem pesquisados, informando os objetivos da pesquisa e confidencialidade dos sujeitos. Essa autorização está no apêndice “B”, após as referências. Estruturamos esta pesquisa em duas etapas, a seguir descritas.

Na primeira etapa, já abordada no capítulo 1, pesquisamos a contextualização da Educação Profissional no Brasil e os caminhos que levaram ao PRONATEC, resgatamos os principais fatores históricos, educacionais, econômicos, políticos e sociais que impulsionaram a origem do PRONATEC. Na sequência, abordamos a trajetória da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá que possibilitaram a sua participação no programa. Na segunda etapa, no capítulo 2, investigamos o debate teórico acerca do PRONATEC, decorrente de pesquisas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e publicações do Ministério de Educação sobre o PRONATEC e identificamos a necessidade de aprofundamento na pesquisa com egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC.

Através das necessidades de aprofundamento, elaboramos uma pesquisa de campo e aplicamos junto aos egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.

As perguntas foram organizadas e estruturadas do tipo fechadas, apresentando ao respondente um conjunto de alternativas para que pudesse ser escolhida a que melhor representasse sua situação ou ponto de vista, elaboramos também questões abertas para que o candidato pudesse expressar livremente seu pensamento. Nessa pesquisa tivemos o objetivo de: identificar quem era o público dos cursos PRONATEC, reconhecer a classe social e econômica na qual pertenciam, revelar aspectos do perfil identitário e condições de trabalho. Também nos empenhamos em compreender como foi a implementação, escolha de cursos, oferta de vagas, seleção e divulgação dos cursos do PRONATEC na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá. E ainda, buscamos

resgatar as principais motivações que influenciaram os estudantes a realizarem essa formação por meio do programa PRONATEC na instituição supracitada e verificar os impactos deste programa na formação pessoal, profissional e social elencadas pelos egressos desses cursos. Outro aspecto que investigamos foi se esses egressos apostaram na educação e formação para melhoria de suas condições de vida, reconhecendo as principais dificuldades que vivem hoje em relação a moradia, saúde, acesso a estudos e, de forma geral, as contribuições do PRONATEC para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho.

O questionário da pesquisa de campo foi dividido em quatro partes: sendo a primeira com questões gerais para identificar a idade, estado civil, gênero, etc.; na segunda parte questões relacionadas ao curso; na terceira parte questões sobre qualidade de trabalho e vida; e por fim, na quarta parte, as contribuições para que os egressos pudessem expressar sua opinião a respeito do PRONATEC e fazer suas considerações. O questionário foi organizado com questões de múltipla escolha que compreenderam os seguintes itens: identificação do curso na qual o respondente participou, motivo principal da escolha do curso técnico PRONATEC, de que modo o curso contribuiu para seu trabalho? Também foram investigadas algumas condições como: econômica e social visando identificar a situação antes e depois de realizar o curso do PRONATEC.

No que diz respeito às questões descritivas inventariamos sobre as principais contribuições recebidas na formação pessoal, social e profissional ao realizar o curso pelo programa PRONATEC, os aspectos do programa PRONATEC que poderiam ser melhorados e mantidos, as condições de infraestrutura escolar da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, a opinião sobre os professores que ministraram o curso.

A pesquisa completa está disponível no Apêndice “D”, após as referências.

Na segunda etapa, que será apresentada no capítulo 3, analisamos as respostas e os resultados obtidos na pesquisa de campo aplicada com os egressos dos cursos técnicos do PRONATEC. Para realização desta pesquisa, inicialmente consultamos a base de dados da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá e encontramos um cadastro contendo 281 (duzentos e oitenta e um) estudantes que compõem o quantitativo de egressos de Cursos Técnicos do PRONATEC nas áreas de Refrigeração e Climatização, Metalmeccânica e Eletroeletrônica, ministrados entre os anos de 2012 a 2016.

O quadro a seguir apresenta a distribuição mais minuciosa, de acordo com o curso técnico realizado pelo PRONATEC, ano e semestre letivo dos 281 sujeitos da pesquisa:

Quadro 3 – Relação de Egressos dos Cursos Técnicos (2014 – 2016)

Área	Sigla Turma	Conclusão Ano/Semestre	Alunos Ingressos	Alunos Egressos	% de Egressos por área	Respondentes	% de Egressos Respondentes
Refrigeração	4rct14/1	2014/1	38	15	10,68%	3	7,89%
Refrigeração	4rct15/1	2015/1	30	9			
Refrigeração	4rct15/2	2015/2	21	6			
Eletroeletrônica	4eem14/1	2014/1	30	16	42,35%	12	31,58%
Eletroeletrônica	4eet14/1	2014/1	42	19			
Eletroeletrônica	4een14/1	2014/1	39	14			
Eletroeletrônica	4eem15/2	2015/2	38	20			
Eletroeletrônica	4eet15/1	2015/1	42	26			
Eletroeletrônica	4eet15/2	2015/2	31	12			
Eletroeletrônica	4eem16/1	2016/1	25	12			
Mecânica	4mem14/1	2014/1	35	15	46,98%	23	60,53%
Mecânica	4met14/1	2014/1	41	23			
Mecânica	4memb15/1	2015/1	1	1			
Mecânica	4mem15/1	2015/1	40	12			
Mecânica	4metb15/1	2015/1	34	7			
Mecânica	4met15/1	2015/1	38	18			
Mecânica	4mem15/2	2015/2	38	21			
Mecânica	4metb15/2	2015/2	1	1			
Mecânica	4met15/2	2015/2	34	12			
Mecânica	4mem16/1	2016/1	31	22			
Total de Egressos:			629	281	100,00%	38	100,00%

11

Fonte: Sistema Integrado do SENAI/RS (2017).

Desse grupo com 281 nomes disponíveis, conseguimos um cadastro válido de 160 nomes para aplicação da pesquisa. Essa base de dados continha informações básicas como: nome completo, RG, CPF, telefone fixo, telefone celular, nome da mãe, endereço residencial e e-mail. Com esses dados foi possível realizar contato de diferentes formas, tais como: e-mail, redes sociais, mensagens através de aplicativos de telefonia móvel e ligações telefônicas. Foram realizados contatos com os egressos para apresentar os objetivos da pesquisa e convidar para que respondessem ao questionário.

Iniciamos os envios do questionário em 19 de outubro de 2017, para os 160 nomes válidos diretamente através do formulário *Google Forms*. Recebemos 3 respostas até o dia 22 de outubro de 2017, e reenviamos a pesquisa através do formulário *Google Forms*,

¹¹ Em análise comparativa entre alunos ingressos x alunos egressos, temos em média 50% de concluintes.

mas não obtivemos mais nenhuma resposta. Essa tentativa não foi muito profícua, frente a isso, adotamos nova estratégia.

No dia 24 de outubro de 2017, enviamos *e-mail* para os 157 nomes válidos restantes, a mensagem enviada encontra-se no Apêndice “D”. Após essa ação, obtivemos mais 4 respostas, reenviamos *e-mail*, mas não obtivemos mais nenhum retorno. Essa iniciativa também surtiu pouco efeito, levantamos duas hipóteses: a primeira que esses egressos não estão habituados a utilizar o correio eletrônico ou a segunda hipótese que seus endereços eletrônicos não estão atualizados. Em virtude desse resultado insuficiente, adotamos outra alternativa.

Em 26 de outubro de 2017, enviamos a mensagem pela mídia social *Facebook* individualmente para cada um dos 160 nomes válidos com o objetivo que mesmo os que já haviam respondido pudessem encaminhar a pesquisa para algum colega não localizado. Obtivemos mais 6 respostas. Essa ferramenta também demonstrou não ser a mais usual para os egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC, assim, realizamos nova tentativa.

Em 29 de outubro de 2017, criamos um grupo na rede social *Whatsapp* denominado PRONATEC SENAI Mauá com todos os 160 nomes válidos com o mesmo objetivo utilizado na abordagem pelo *Facebook*, ampliando a busca por colegas não localizados. Através dessa ação, obtivemos o melhor retorno, mesmo considerando que grande parte dos egressos tenham saído do grupo logo após o envio da mensagem da pesquisa, assim mesmo, foi o canal de comunicação que obtivemos o melhor resultado com 25 respostas. Observamos que as tecnologias de comunicação e informação vão se alternando ao longo do tempo e no contexto atual esse canal de comunicação foi o mais efetivo, surtindo o melhor resultado na obtenção de maior participação.

De forma geral, a pesquisa ficou disponível para resposta no período de 19 de outubro a 28 de novembro de 2017, seu preenchimento poderia ser realizado diretamente pelo celular, *smartphone* ou computador, oferecemos essas facilidades para preenchimento da pesquisa. A utilização de outras formas de contato contribuiu para o sucesso da pesquisa, conforme a tabela a seguir, foi possível obter 23,75% da pesquisa sobre a amostra total válida.

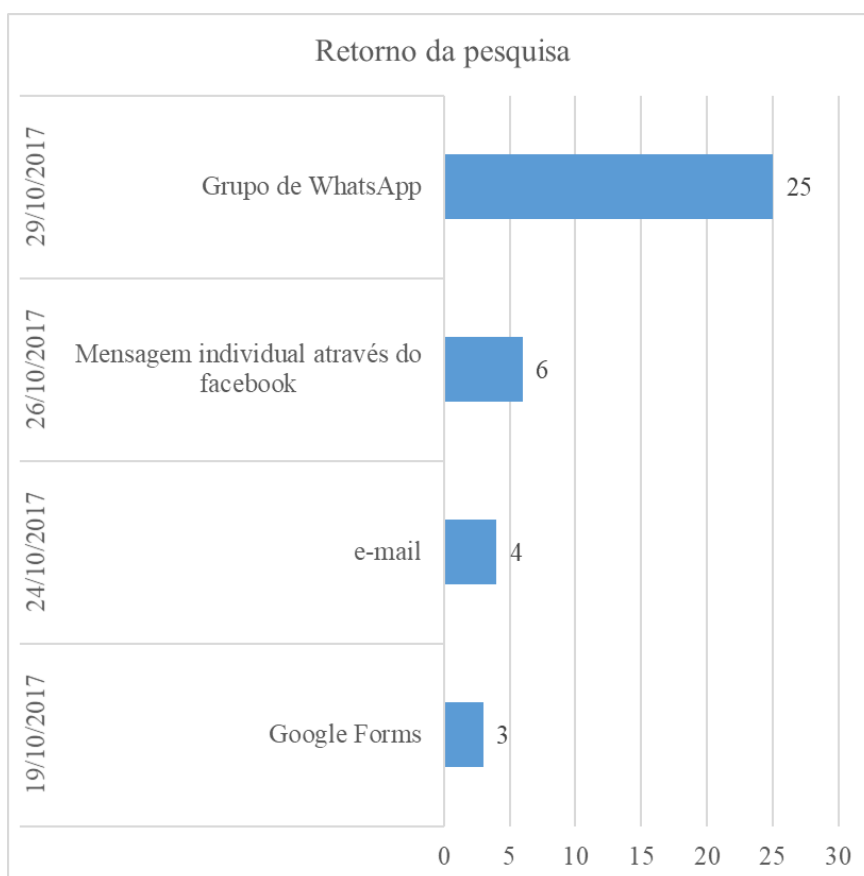
Tabela 2: Resumo geral do retorno da pesquisa com os egressos.

Número de nomes válidos		160	100%
Data	Forma de Envio	Retorno	% de retorno sobre a amostra total válida
19/10/2017	Google Forms	3	1,88%
24/10/2017	e-mail	4	2,50%
26/10/2017	Mensagem individual através do facebook	6	3,75%
29/10/2017	Grupo de WhatsApp	25	15,63%
	Total de respostas obtidas	38	23,75%

Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com a tabela apresentada, percebe-se maior eficácia na comunicação através da utilização do aplicativo para *Smartphones WhatsApp*. O gráfico a seguir representa as diferentes formas de retorno da pesquisa e obtivemos 15,63% dos contatos através do *WhatsApp*, seguido de 3,75% através do envio de mensagem individual pela rede social *Facebook*, seguido de e-mail com 2,75% e por fim o envio através do formulário *Google Forms* com 1,88%.

Gráfico 8: Retorno da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Dando sequência na investigação, com o objetivo de aprofundar a pesquisa, nos propusemos ir às casas dos egressos realizar uma entrevista. Em 06 de dezembro de 2017,

enviamos simultaneamente *e-mail* e mensagem por *WhatsApp* para todos os 160 nomes válidos convidando para participar da entrevista, a mensagem enviada encontra-se no Apêndice “F”.

Até 28 de dezembro de 2017, recebemos apenas 4 retornos, sendo o primeiro, informando que não havia interesse, o segundo, também informando que não havia interesse, manifestando que sua participação através do questionário *online* já era o suficiente, o terceiro, mostrando-se favorável em participar, porém, sugerindo uma data muito distante, o que prejudicaria o desenvolvimento do trabalho e o quarto, favorável em participar, porém, morando em outra cidade. Para ilustrar, seguem as respostas dos egressos:

- “Não tenho interesse”.
- “Já respondi a essa pesquisa <i>online</i> ”.
- “Por mim está tranquilo! Podemos marcar a partir do dia 12 de janeiro de 2018”.
- “Eu como eterno SENAI, me vejo obrigado a fazer tal contribuição, como não estou morando mais em Porto Alegre, aguardo uma data concreta do dia que vou para aí. Tens alguma data limite? Estou morando em Rio Grande pela nova empresa, cuja indicação foi feita pelo Prof. Anderson Romero”.

Diante da baixa adesão em participar da entrevista, agradecemos aos que se manifestaram e informamos que já havíamos recebido de maneira satisfatória as respostas do questionário e que não seria mais necessário a realização da entrevista.

É importante destacar neste item como foi realizada a abordagem junto aos sujeitos da pesquisa, a motivação para que respondessem o questionário foi fundamental e para isso foi necessário deixar claro os objetivos da pesquisa e a importância de sua contribuição. No início do questionário foi oferecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todos os respondentes se sentirem à vontade para expressar sua opinião. No APÊNDICE “C” encontra-se o documento completo. No próximo item apresentamos a análise da pesquisa de campo.

3 ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DE UM CURSO TÉCNICO DO PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS: BENEFÍCIOS INDIVIDUAIS X PROBLEMÁTICA SOCIAL

A lei n.12.513 criou efetivamente o Programa no dia 26 de outubro de 2011, cujo objetivo principal seria expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para toda a população brasileira. Argumenta-se que a relevância desta política pública se revela na demanda crescente pela expansão do ensino técnico e profissionalizante e pelo seu peso relativo nos processos de inovação tecnológica, aumento de produtividade e competitividade e promoção do desenvolvimento sustentável (FRIGOTTO; CIAVATTA, RAMOS, 2014, p.66).

Neste capítulo analisamos as contribuições de um Curso Técnico do PRONATEC para seus egressos através dos dados levantados na pesquisa de campo. De acordo com Minayo (2009, p.27), “o tratamento do material nos conduz a uma busca lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador”.

Cabe nesse momento destacar que a pesquisa envolveu a análise de dados quantitativos e qualitativos, para isso, retomamos o que Minayo (2009, p.22) afirma: “o conjunto de dados quantitativos-qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Para tanto, é preciso lembrar que a dialética não olha friamente para as quantidades, mas considera a qualidade dos fatos, fenômenos e processos sociais em suas complexidades e contradições, não naturalizando as situações, mas aguçando o olhar crítico sobre a realidade.

Para apresentarmos a análise dos dados da pesquisa de campo realizada com os egressos dos cursos técnicos do PRONATEC, dividimos em quatro partes; a primeira consta de questões gerais como idade, situação familiar, situação de trabalho, renda e moradia e sobre sua situação de forma geral antes de realizar o curso do PRONATEC. Nessa primeira parte, buscamos identificar quem era o público desse programa, qual sua identidade e condições de trabalho e de vida no geral. Na segunda parte analisamos a percepção dos egressos em relação ao curso do PRONATEC, identificando qual o curso que o egresso participou, os motivos da escolha pelo curso, as formas de transporte e distâncias percorridas para participar do curso, avaliação dos conteúdos, infraestrutura da escola e qualidade dos professores. Na terceira parte investigamos questões sobre a qualidade de trabalho e vida dos egressos. Na quarta parte, apresentamos as considerações dos egressos a respeito do PRONATEC.

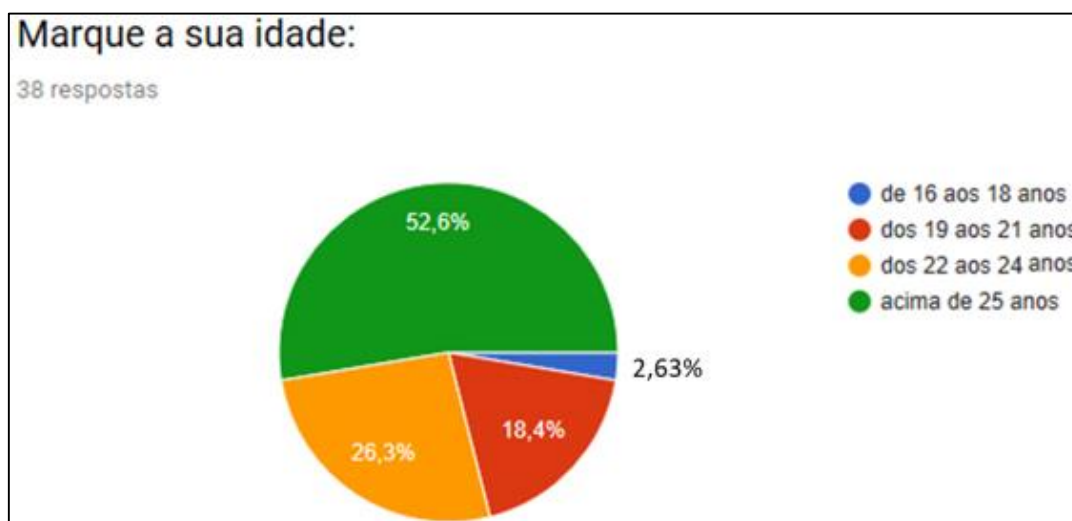
3.1 O público do PRONATEC, sua identidade e condições de estudo

Iniciamos pela parte I da pesquisa que trata de questões gerais como idade, gênero, raça, situação familiar, situação de trabalho, renda, moradia e sua situação de forma geral antes de realizar o curso do PRONATEC.

3.1.1 Os sujeitos, a diversidade e a escola: mantem-se as discriminações ao acesso

Para identificarmos os sujeitos, egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC, iniciamos a apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo. O primeiro dado buscou desvelar a faixa etária dos egressos, o gráfico a seguir apresenta a distribuição da idade:

Gráfico 9: Parte I – Questões Gerais – Idade dos egressos

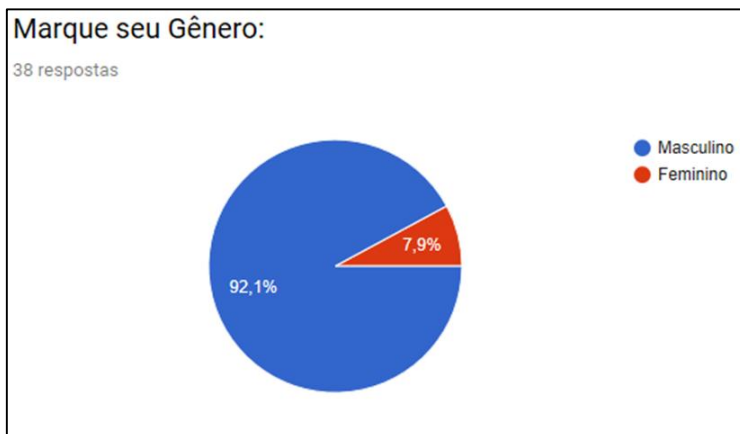


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme ilustra o gráfico, 52,6% dos egressos possuíam idade acima de 25 anos, 26,3% tinham idade dos 22 aos 24 anos, 18,4% encontravam-se com idade dos 19 aos 21 anos e 2,63% dos egressos possuíam idade dos 16 aos 18 anos. Egressos com idade acima de 18 anos representavam 97,37%.

Na sequência apresentamos a distribuição do gênero dos egressos:

Gráfico 10: Parte I – Questões Gerais – Gênero dos egressos



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com esse gráfico, 92,1% dos egressos eram do gênero masculino e 7,9% do gênero feminino. Esse índice é bastante difícil de ser explicado, uma vez que segundo o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), na população brasileira em 2015, “na análise por sexo, em 2015, observa-se que as mulheres representavam 51,5% (105,5 milhões), enquanto os homens, 48,5% (99,4 milhões)” (IBGE, 2015, p.39). As questões de gênero na história brasileira são bastante desafiadoras. Além da marca da escravidão, temos a marca da sociedade patriarcal e a visão deturpada que insiste em se manter do “sexo frágil”. Em pesquisa do IBGE de 2013, enquanto o salário nacional em média da população masculina era de R\$ 1.443,00, o salário nacional em média da população feminina era de R\$ 1.186,00. Em outras palavras, a nível nacional o gênero feminino recebia 20,8% a menos. É essencial considerar a informação de algumas pesquisas que retratam que pessoas do gênero masculino ocupando o mesmo cargo, com mesmo grau de escolaridade recebem rendimentos diferenciados e geralmente, os do público feminino são inferiores.

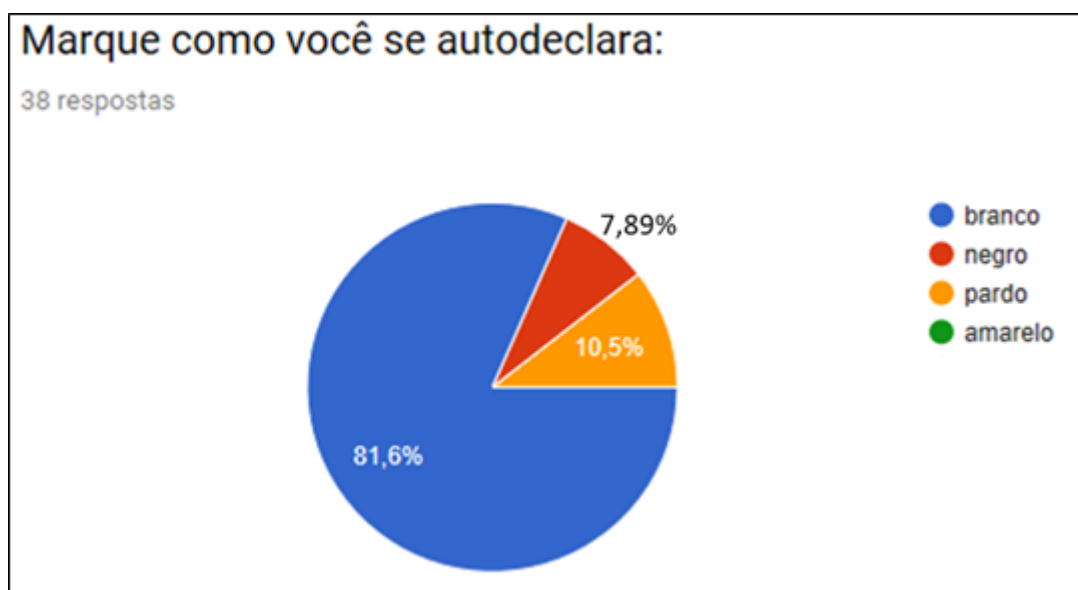
A partir disso, questiona-se: Essa predominância de egressos masculinos ocorre em função da especificidade desses cursos técnicos? Ou ainda, quais as razões da exclusão do público do gênero feminino como egressos desses cursos técnicos, sendo que o programa tem por objetivo a inserção profissional? Outra interpretação que podemos realizar é sobre as concepções tradicionais de família, da ordem do patriarcalismo e quais os entendimentos dos papéis de gênero para esse público?

Harvey, ao analisar algumas das contradições do capital, se apoia em Marx e sintetiza: “A tarefa da política ativa, ao ver de Marx, é buscar transformações das relações sociais no pleno reconhecimento de que o ponto de partida da ação política depende das

condições históricas-geográficas alcançadas” (HARVEY, 2015, p.164). De acordo com essa concepção é essencial movimentarmos-nos em busca de transformações, seja por meio de políticas públicas, seja através do debate qualificado em espaços educativos, seja defendendo em qualquer espaço social a inclusão e o fim das diversas formas de discriminação e violência.

A seguir, apresentamos como os egressos se autodeclararam em relação a sua cor:

Gráfico 11: Parte I – Questões Gerais – Autodeclaração por cor dos egressos



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Analisando o resultado através desse gráfico constatamos que 81,6% dos egressos se autodeclararam da cor branca, 10,5% se autodeclararam pardos, 7,89% se autodeclararam negros e nenhum respondente se autodeclarou amarelo. Segundo a pesquisa PNAD do IBGE (2015, p.39), “no que se refere à cor ou raça, informação declarada pelos moradores, em 2015, a população residente era composta por 45,2% de pessoas de cor branca, 45,1% de pardos e 8,9% de pretos”. Observamos que em comparação com o indicador nacional os cursos do PRONATEC ainda foram acessados por uma imensa maioria de cor branca, retratando uma inclusão deficiente aos demais cidadãos.

Ao levantarmos essa questão ficamos em dúvida na sua elaboração acerca de qual aspecto abordaríamos: raça, etnia ou cor. De acordo com investigação na área o agrupamento mais usual é a categoria cor, buscando a autodeclaração dos indivíduos, pois ao se autodeclararem podem considerar características além do fenótipo, mas incluindo também informações de sua árvore genealógica realizando a escolha mais adequada.

O direito à educação está declarado, entretanto, além de proclamar é essencial assegurar, efetivar esse direito. Tal democratização do direito à educação é imprescindível para países como o Brasil, que possui uma história cingida, marcada por seus mais de 300 anos de escravidão. (1500 – 1888)

Além dessa historicidade, mantém um problema gravíssimo, da imensa e severa desigualdade social. Com uma elite perversa, medíocre, que tradicionalmente reservou apenas para si, para as camadas privilegiadas o acesso a esse bem social, viabilizando às camadas populares, para as classes trabalhadoras, uma educação em condições precárias.

Essa pesquisa comprova que ainda a cor predominante nas instituições de Educação Profissional é a branca. Outras pesquisas como a de Ristoff (2012) declaram que a cor predominante do campus universitário é a branca, não reproduzindo o mosaico das pesquisas do IBGE em pesquisa de 2010, em que 53,3% da população brasileira é negra, parda, indígena ou amarela e 47,7% é autodeclarada branca. Para esse autor a realidade da educação brasileira em níveis diferenciados como a Educação Superior, e acrescentamos na Educação Profissional, ainda não é refratária da realidade étnica provocando o fenômeno denominado pelo autor de “espelho distorcido”.

Para finalizar essa etapa, retomamos um dos objetivos do PRONATEC, no contexto político, delimitado pela Lei Nº 12.513/2011, assim está expresso no artigo 1º que trata em parágrafo único dos objetivos desse programa:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

Diante dos dados obtidos na pesquisa de campo sobre o público do PRONATEC, sobre a identidade e as condições de trabalho podemos afirmar que o PRONATEC não atingiu o objetivo de democratização, mantendo a discriminação da oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que teve predominantemente a participação de homens da raça branca, destoando do mosaico da população brasileira identificada pelo IBGE.

Desta forma, baseamo-nos em Engels para elucidar a contradição ocorrida no objetivo da democratização da oferta do PRONATEC:

Desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros. Cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra. A prova mais eloquente a respeito

é a própria criação da máquina, cujos efeitos, hoje, são sentidos pelo mundo inteiro. Se entre os bárbaros, como vimos, é difícil estabelecer a diferença entre os direitos e os deveres, com a civilização estabelece-se entre ambos uma distinção e um contraste evidentes para o homem mais imbecil, atribuindo-se a uma classe quase todos os direitos e à outra quase todos os deveres (ENGELS, 1984, p. 200).

Diante do exposto, identificamos através dos sujeitos pesquisados que se manteve as discriminações ao acesso aos cursos do PRONATEC. Seguindo na pesquisa, no próximo item, apresentamos os sujeitos e as suas condições gerais de vida, envolvendo questões como a família, moradia e trabalho.

3.1.2 Os sujeitos e a produção da vida: condições de acesso e permanência

Iniciamos este item com a concepção de Engels sobre o parentesco e a família como produto histórico-cultural, específicos do gênero humano e, portanto, suscetíveis a transformações. Nesse sentido, Engels é enfático ao afirmar que a família é produto do sistema social.

[...]se se reconhece o fato de que a família tenha atravessado sucessivamente quatro formas e se encontra atualmente na quinta forma, coloca-se a questão de saber se esta forma pode ser duradoura no futuro. A única coisa que se pode responder é que a família deve progredir na medida em que progrida a sociedade, que deve modificar-se na medida em que a sociedade se modifique; como sucedeu até agora. A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema. Tendo a família monogâmica melhorado a partir dos começos da civilização e, de uma maneira muito notável, nos tempos modernos, é lícito pelo menos supor que seja capaz de continuar seu aperfeiçoamento até que chegue à igualdade entre os dois sexos. Se, num futuro remoto, a família monogâmica não mais atender às exigências sociais, é impossível predizer a natureza da família que a sucederá. (ENGELS, 1984, p.91).

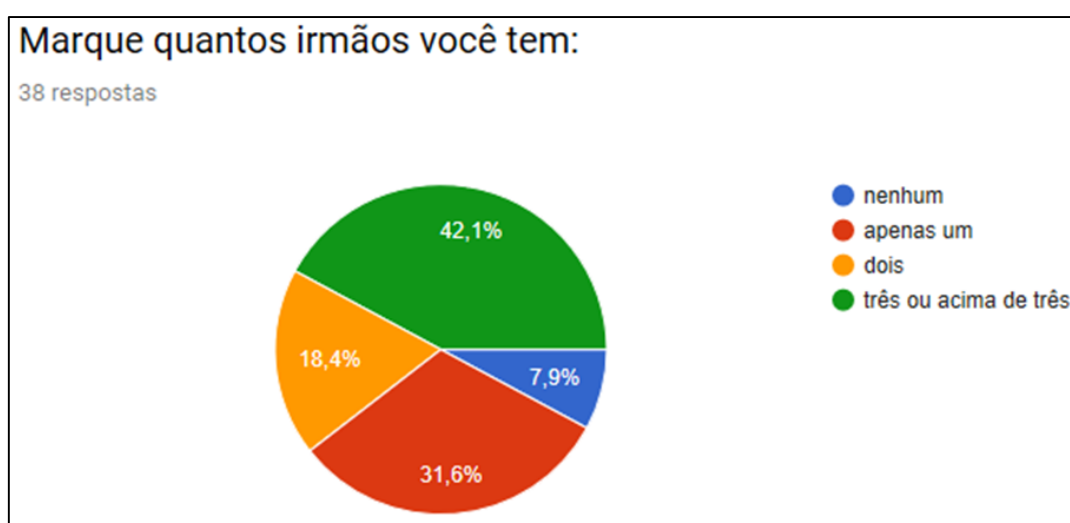
De acordo com esse excerto: a família é um reflexo da história e da cultura de cada tempo, sendo refratária de certas convenções sociais. Na história da humanidade já vivenciamos algumas mudanças ao conceito de família, marcada inicialmente pelo poder patriarcal e de organização monogâmica e heterossexual, atualmente vivemos uma diversidade de conceitos para o termo “família”.

Outro aspecto a ser considerado em relação à família diz respeito ao seu envolvimento nos processos educativos. A experiência escolar tem mostrado que a participação da família é de fundamental importância para o bom desempenho escolar e social dos educandos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º discorre:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL/MEC, 1990).

Partindo desse pressuposto, iniciamos com a apresentação da estrutura familiar visando identificar as condições em que os egressos vivem. Para identificarmos suas condições gerais de produção da vida investigamos como eram constituídas suas famílias, indagamos inicialmente sobre a quantidade de irmãos como veremos a seguir:

Gráfico 12: Parte I – Questões Gerais – Quantidade de irmãos dos egressos

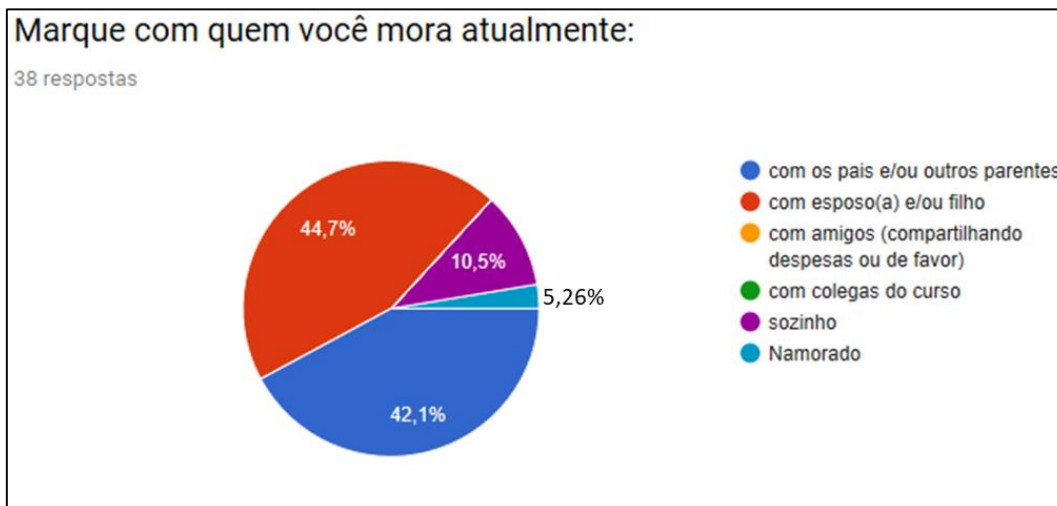


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com a resposta dos egressos, 42,1% informaram que possuíam três ou mais irmãos, 31,6% informaram que possuíam apenas um irmão, 18,4% registraram que possuíam dois irmãos e 7,9% informaram que eram filhos únicos. Por meio desse dado inferimos que quanto mais numerosas são as famílias em quantidade de filhos, proporcionalmente mais difícil fica para os pais dar oportunidades a esses a verticalização da escolaridade e o investimento na educação. Nesse caso, fica exemplificado que em famílias mais numerosas há a necessidade premente de ingressar no mundo do trabalho para buscar o próprio sustento e para esses estudantes o PRONATEC foi uma oportunidade gratuita que veio auxiliar a elevar sua condição de qualificação.

Dando continuidade, verificamos com quem moram os egressos conforme segue:

Gráfico 13: Parte I – Questões Gerais – Com quem moram os egressos

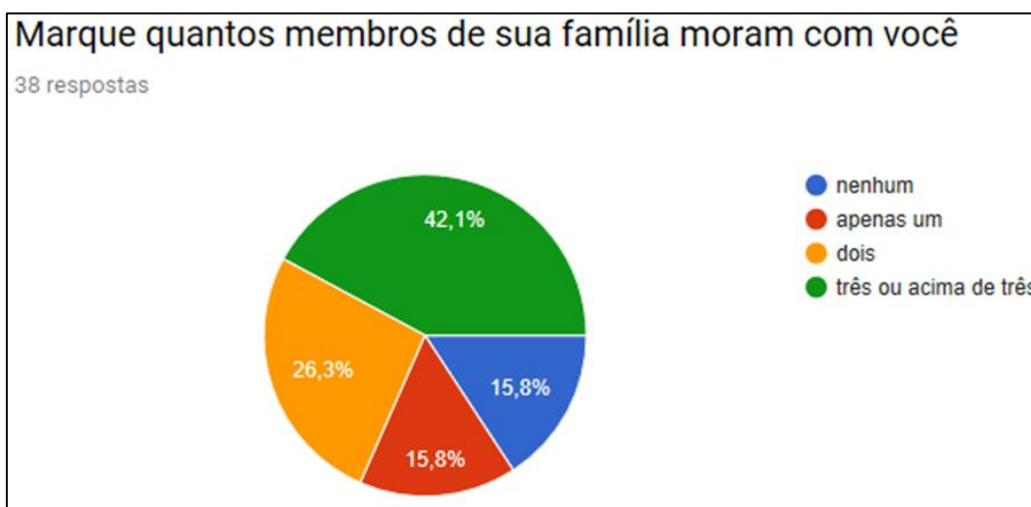


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

No momento da aplicação da pesquisa 44,7% dos egressos informaram que moravam com esposo (a) e/ou filho. Ou seja, a maior parte desse público já constituiu sua própria família e, possivelmente, possuem dependentes para prover o sustento. Outro percentual significativo foi de 42,1% dos entrevistados informarem que moravam com seus pais e/ou outros parentes, tal índice revela uma outra condição: que esses estudantes ainda não adquiriram independência e necessitam do apoio dos pais; como no quesito moradia, em que 10,5% informaram que moravam sozinhos e 5,26% informaram que moravam com namorado (a).

Na sequência, buscamos identificar a quantidade de membros da família que moram com os egressos, como veremos a seguir:

Gráfico 14: Parte I – Questões Gerais – Quantos membros da família moram com os egressos

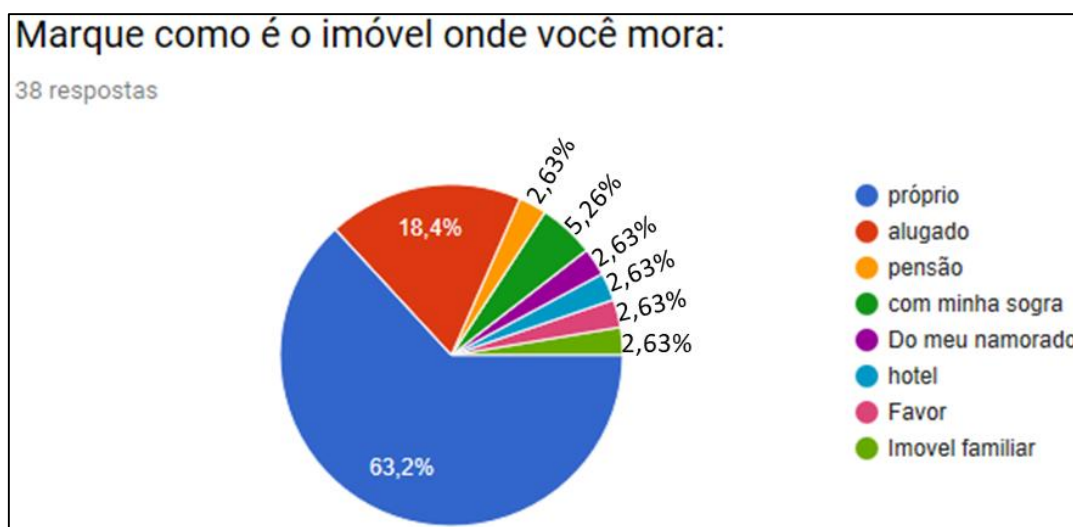


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com os dados apresentados, 42,1% dos egressos moravam com três ou mais membros da família, tal informação também revela que a composição familiar é numerosa. Outro quantitativo respondeu que 26,3% moravam com mais dois componentes, em percentual semelhante, 15,8% moravam com apenas um e também 15,8% moravam sem nenhum membro da família.

Em seguida, buscamos identificar o tipo de imóvel onde moram os egressos e obtivemos como respostas as seguintes informações:

Gráfico 15: Parte I – Questões Gerais – Tipo de imóvel onde moram os egressos



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

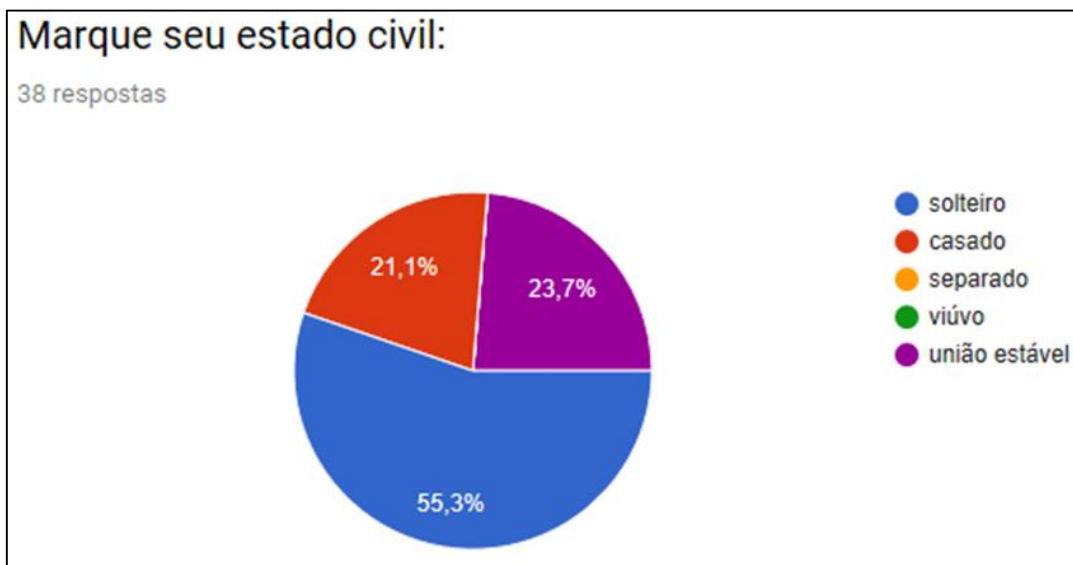
Conforme o gráfico, 63,2% dos egressos informaram que moravam em imóvel próprio, tal indicador é representativo em um público que necessita avançar em sua qualificação. Entretanto, resgatando o indicador expresso no resultado da PNAD do IBGE 2015, no Brasil, “do total de domicílios em 2015, 74,8% eram próprios” (IBGE, 2015, p. 76). Comparando ao público que frequentou o PRONATEC percebemos que no quesito moradia, domicílio próprio é uma população mais carente que o indicador nacional.

Além desse dado, 18,4% dos egressos responderam que moravam em imóveis alugados, nesse quesito a PNAD do IBGE levantou que “os domicílios alugados, por sua vez, correspondiam a 17,9% em 2015” (IBGE, 2015, p.76). Esse item também demonstra que a população que necessita de domicílio alugado que frequentou o PRONATEC é maior que o indicador nacional.

Outros resultados encontrados foram que 5,2% moravam com a sogra, 2,63% moravam em pensão, 2,63% moravam com o namorado, 2,63% moravam em hotel, 2,63% moravam de favor e 2,63% moravam em imóvel familiar.

A seguir, mostramos a distribuição do estado civil dos egressos:

Gráfico 16: Parte I – Questões Gerais – Estado Civil dos egressos

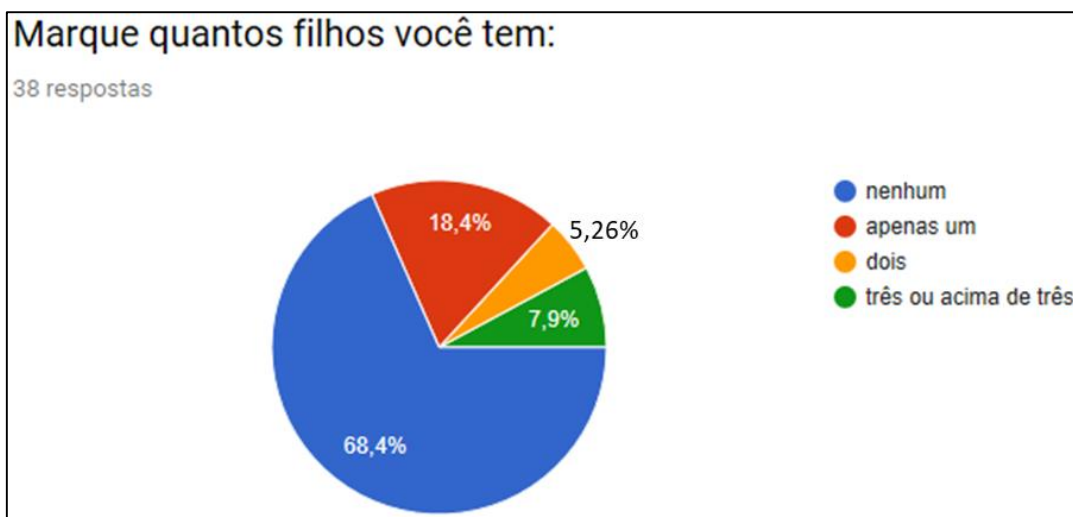


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Observando o gráfico, constatamos que 55,3% dos egressos eram solteiros (as), 23,7% informaram que encontravam-se em regime de união estável, 21,1% informaram que estavam casados e nenhum egresso declarou-se como viúvo ou separado.

Apresentamos a seguir a quantidade de filhos dos egressos:

Gráfico 17: Parte I – Questões Gerais – Filhos dos egressos



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme apresentado nesse gráfico, 68,4% dos egressos informaram que não possuíam filhos, 18,4% informaram que possuíam apenas um filho, seguido de 7,9% que

marcaram que possuíam três ou acima de três filhos e 5,26% declararam que possuíam dois filhos. De modo geral, cerca de 68% ainda não possuem descendentes e 34% já.

Na sequência exibimos a situação de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC.

Gráfico 18: Parte I – Questões Gerais – Situação de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC



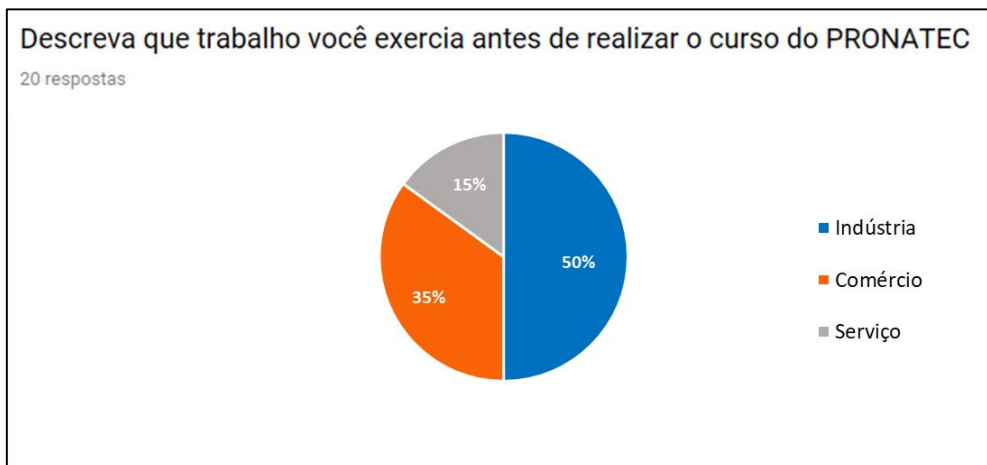
Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

A maior parte dos egressos, 52,6% informaram que trabalhavam antes de realizar o curso do PRONATEC e 47,4% informaram que não trabalhavam.

A seguir, apresentamos a descrição do trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC:

Gráfico 19: Parte I – Questões Gerais – Descrição do trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC

¹² Os egressos que responderam não nessa pergunta pularam para a parte II da pesquisa pois não haveria resposta para as questões seguintes.



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com as respostas apresentadas nesse gráfico, 50% dos egressos trabalhavam na indústria antes de realizar o curso do PRONATEC, 35% trabalhavam no comércio e 15% trabalhavam na área de serviços.

Dando continuidade, expomos a forma de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC:

Gráfico 20: Parte I – Questões Gerais – Forma de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC

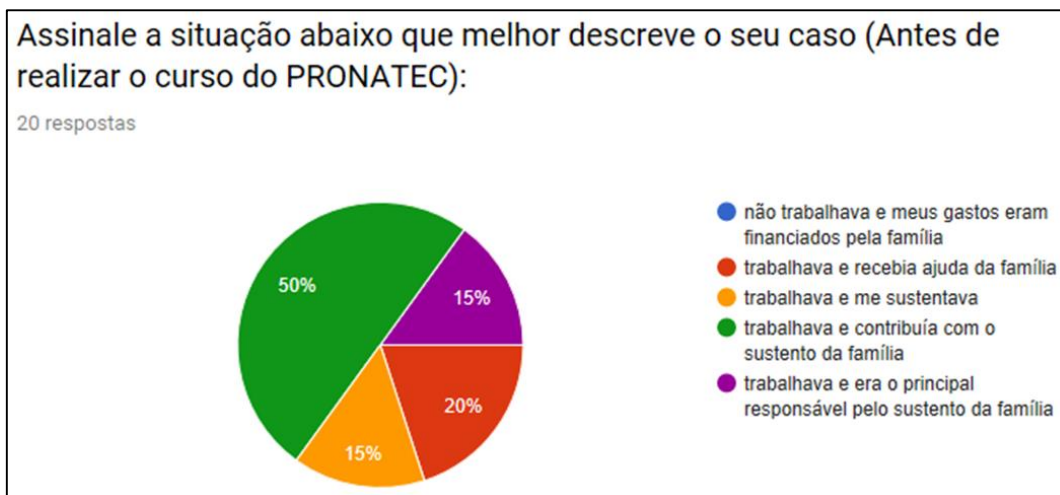


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Dos egressos que declararam que trabalhavam antes de realizar o curso do PRONATEC, 80% informaram que possuíam carteira assinada e 20% declararam que trabalhavam sem carteira assinada.

Para finalizar essa parte das condições gerais de produção da vida, em relação ao trabalho, mostramos a situação de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC:

Gráfico 21: Parte I – Questões Gerais – Situação de trabalho dos egressos antes de realizar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Em relação à situação de trabalho dos egressos, antes de realizar o curso do PRONATEC, obtivemos 20 respostas dos 38 pesquisados e desses 20, 50% informaram que trabalhavam e contribuía com o sustento da família, 20% informaram que trabalhavam e recebiam ajuda da família, 15% responderam que trabalhavam e eram o principal responsável pelo sustento da família e 15% informaram que trabalhavam e se sustentavam.

Sobre os dados apresentados a respeito dos sujeitos e às condições gerais de produção da vida envolvendo: família, moradia e trabalho, constatamos que predominantemente, 86,8% desses sujeitos, moravam com suas famílias (esposa (o) e/ou filha(o), pais e/ou parentes). Também observamos que a maior parte dos egressos morava com três ou mais membros da família em imóvel próprio ou alugado e 52,6% dos egressos trabalhavam antes de realizar o curso do PRONATEC. Diante dessas constatações, podemos considerar que esses egressos predominantemente possuíam uma estrutura familiar. Por estrutura familiar entende-se, de acordo com o IBGE (2010), ser a composição de um conjunto de indivíduos com condições e posições socialmente reconhecidas. O IBGE reconhece como família a organização de um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco que vivem numa unidade doméstica.

Em pesquisa do IBGE de 2015, foi observado a importância da estrutura familiar na educação. Nesta pesquisa, do total de entrevistados, 33,4% reproduziram as ocupações dos pais e 47,4% melhoraram as condições de trabalho em relação aos pais e 17,2% ocuparam postos com maior vulnerabilidade e menor rendimento.

Além do IBGE, as pesquisas desenvolvidas por Basso (2014) e Ramos (2014) realizadas no levantamento da questão apresentada no capítulo anterior dessa dissertação, demonstram que a não desistência, o acesso e a permanência dos estudantes têm grande relação com as suas condições de produção da vida fora da escola, isto é, tem estreita relação com as possibilidades de trabalho, de qualificação do mesmo e de a família contribuir para a continuidade dos estudos.

Nesse sentido, a produção da vida fora da escola também foi subsidiada para esses estudantes por meio do acesso ao auxílio alimentação, transporte e material escolar, outra questão que assumiu caráter relevante foi o significado das aprendizagens dentro do seu ambiente profissional para os estudantes que já estavam inseridos no mercado de trabalho.

Para Ramos (2014) existe a expressão “inclusão excludente”, uma vez que é democratizado o acesso a uma formação, mesmo que não se dê de modo integral, omnilateral, pois há poucos momentos de efetivo debate, de diálogo acerca dos processos políticos, sobre luta de classes e aspectos para a construção da criticidade, ou seja, ainda existe uma perspectiva excludente, pois os sujeitos não se dão conta de que atuam em todos os modos de produção e assim teriam direito a todos os produtos.

O objetivo deste tópico foi o de refletir sobre a identidade dos sujeitos da pesquisa, do público que realizou o PRONATEC; assim como as condições de acesso e permanência. De acordo com essa amostragem, é uma população que não possui a propriedade privada dos meios de produção, no entanto que busca qualificação para ofertar uma força de trabalho mais apropriada para inserir-se no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o PRONATEC contribuiu instrumentalizando essa população para o aprimoramento das condições da produção de sua vida, notadamente para o mercado de trabalho. Na perspectiva de Marx (2013), na distinção entre valor de uso e valor de troca, analisamos que o suporte recebido foi para melhorar o valor de troca, o que interferiu na totalidade da produção da vida dos sujeitos.

Finalizando esta primeira parte, constatamos que o PRONATEC manteve a discriminação da oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio tendo predominantemente a participação de homens autodeclarados de cor branca, destoando

do mosaico da população brasileira identificada pelo IBGE e, nesse processo, a análise realizada demonstrou que os que permaneceram no curso, não se evadindo, contaram, em alguma medida e em diferentes aspectos, com o apoio familiar.

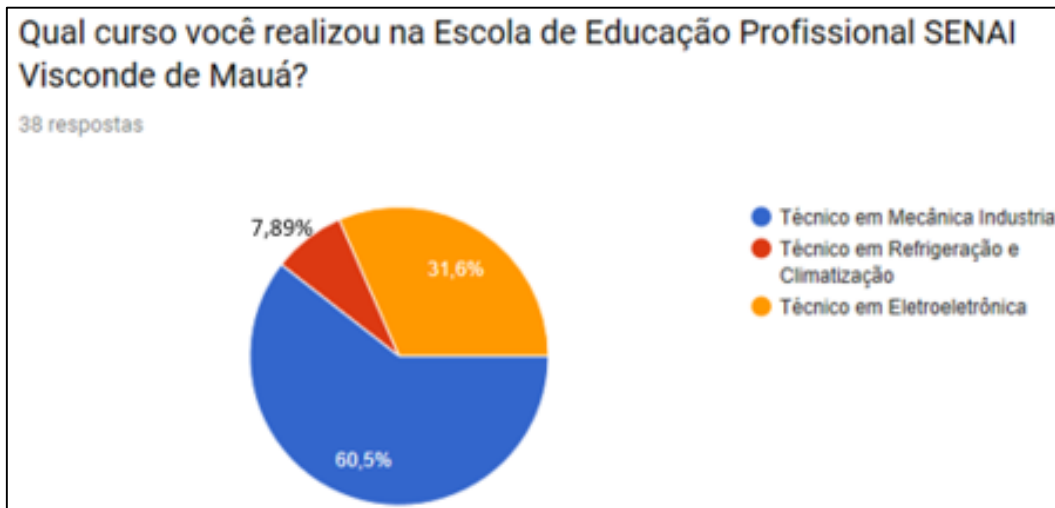
3.2 A percepção dos egressos em relação ao curso do PRONATEC

A seguir, apresentamos a parte II da pesquisa em que tratamos da percepção dos egressos sobre o curso do PRONATEC, identificando na sua participação, os motivos pela escolha, formas de transporte e distâncias percorridas, avaliação dos conteúdos, da infraestrutura da escola e dos professores.

3.2.1 Os sujeitos e o curso PRONATEC: a busca da melhoria da qualidade de vida

Iniciamos esta segunda parte apresentando a distribuição dos egressos na realização dos Cursos Técnicos em Mecânica Industrial, Refrigeração e Climatização e Eletroeletrônica. Os dados a seguir representam a proporção de egressos da pesquisa de campo, que participaram em cada um dos cursos citados:

Gráfico 22: Parte II – Sobre o curso – Cursos realizados pelos egressos

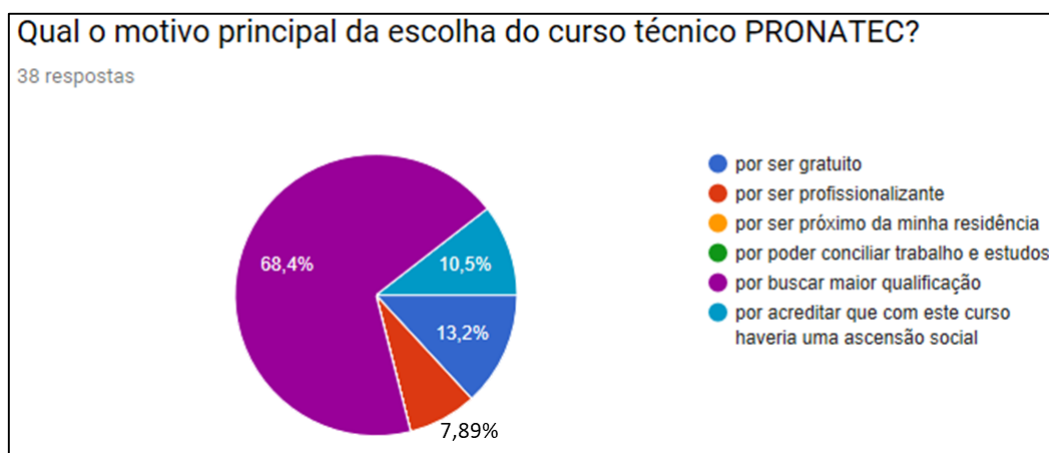


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme ilustra o gráfico, 60,5% dos egressos que responderam essa pesquisa de campo informaram que realizaram o Curso Técnico em Mecânica Industrial, 31,6% informaram que realizaram o Curso Técnico em Eletroeletrônica e 7,89% declararam que realizaram o Curso Técnico em Refrigeração e Climatização.

Dando continuidade à análise, identificamos o motivo da escolha do curso conforme segue:

Gráfico 23: Parte II – Sobre o curso – Motivo de escolha do Curso Técnico pelos egressos



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com as respostas dos egressos, 68% consideraram que o principal motivo da escolha do curso técnico do PRONATEC foi por buscar melhor qualificação, seguido de 13,2% dos egressos que atribuíram a escolha do curso por ser gratuito, 10,5% por acreditar que com o curso haveria uma ascensão social e 7,89% por ser profissionalizante. Não houve nenhuma resposta para as alternativas: por ser próximo da minha residência e por poder conciliar trabalho e estudos. Diante das respostas dos egressos, constata-se que o motivo da escolha do curso está atrelado ao objetivo de melhorar sua condição de trabalho e vida.

Nesta etapa da análise, é importante resgatar o diálogo sobre a teoria da alienação e dominação. De acordo com Gomez (2012), na sociedade capitalista os modos de produção são propriedade privada e no uso da força de trabalho há a dominação, a alienação, a exploração e a expropriação. Conforme o autor, na perspectiva de Marx, o trabalhador precisa de formação intelectual e espiritual, como também, formação técnica e científica. Para Marx (2008), o conceito de trabalho inclui uma percepção especial, diferenciada da exteriorização do ser, não sendo uma expressão qualquer da vida. Segundo esse estudioso, o trabalho materializa a essência humana, ao exteriorizar, ao objetificar (planejar e construir ferramentas) o esforço material de transformar a natureza e o mundo, satisfazendo suas necessidades. Dando sequência a essa reflexão, Marx auxilia na leitura de que a estrutura econômica é um fator social determinante, a partir dela é que os sujeitos fazem (produzem) suas vidas.

Nesse sentido, um aspecto que a economia política legou ao nascente sistema teórico de Marx – posto que a preocupação maior dos economistas políticos

era a compreensão da forma de reprodução do sistema como um todo – foi a profunda percepção do lugar do estranhamento-de-si do trabalho – uma vez que não há posição teleológica separada da consciência – sob essas relações de produção e reprodução (MARX, 2008, p.15).

Uma consequência do modo de produção capitalista é a alienação, em que a essência do trabalhador não é reconhecida, abrindo espaço para o estranhamento que pode ocorrer nos seguintes aspectos: a) no produto do trabalho objetificado; b) no próprio processo de produção; c) na compreensão da essência do indivíduo como gênero humano; e por fim d) em relação aos outros indivíduos.

Frente a esse contexto, o trabalhador tem direito à educação e não a uma simples instrução. Uma educação que potencialize a formação crítica e cidadã, capaz de dialogar e desvelar com esse modo de produção que empobrece a maioria de maneira exploratória e enriquece a minoria (donos dos modos de produção).

É importante considerar que a escola foi criada para a nobreza, elite como “lugar do ócio” para a transmissão dos saberes acumulados, no entanto, há necessidade da democratização do conhecimento, uma educação de qualidade para todas e todos, independente de classe social, localização geográfica, origem étnica, opção religiosa, entre outras características. De acordo com Saviani (2008) na obra “*Escola e Democracia*” é exposto a importância política da educação, no sentido de realizar sua função de socialização do conhecimento para todas e todos. Além dessa colocação, o livro aborda a Pedagogia Histórico-Crítica, com a finalidade de explicar o mecanismo contraditório a partir da qual funcionam a educação e a escola na sociedade capitalista, viabilizando chaves de leitura para identificar tais contradições e entender acerca da necessidade de articular a escola com os movimentos sociais concretos que buscam a transformação das condições.

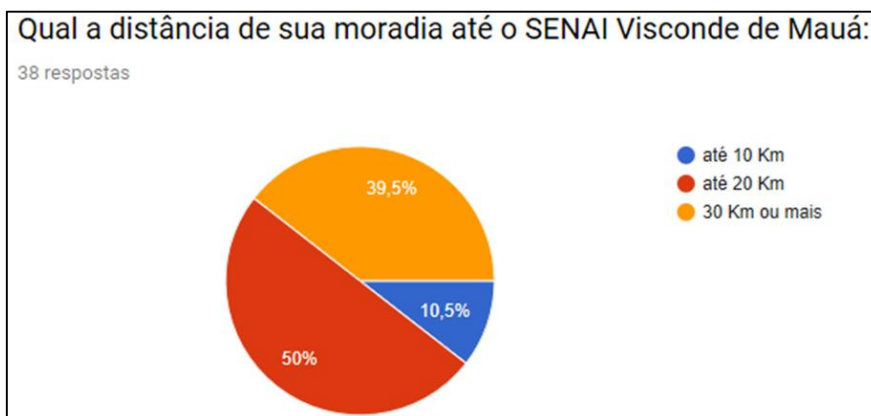
É importante repensar as relações contraditórias como peças da relação trabalho e educação. Analisar a avaliação entre conhecimento operatório, prático, científico, erudito.

Considerando o público do PRONATEC, com características semelhantes ao público da EJA, pois são jovens e adultos que deixaram de estudar a um determinado tempo e estão retomando seus estudos com o objetivo de modificar suas condições de produção e de vida, pensamos apropriadas as colocações de Freire. De acordo com a abordagem de Paulo Freire (1987), a educação de jovens e adultos precisa tratar de temas como cidadania, política, trabalho e condições de sobrevivência. Esses são referenciais da educação popular que, por meio do diálogo, tenta recuperar a humanidade, muitas

vezes roubada do trabalhador, visto como mercadoria. Desse modo, a educação precisa atuar na inclusão social dos sujeitos pelo trabalho e não favorecer a exploração e, assim, melhorar sua condição de trabalho e vida.

Em seguida, apresentamos a distância da moradia dos egressos até a escola SENAI:

Gráfico 24: Parte II – Sobre o curso – Distância da moradia do egresso até a Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá

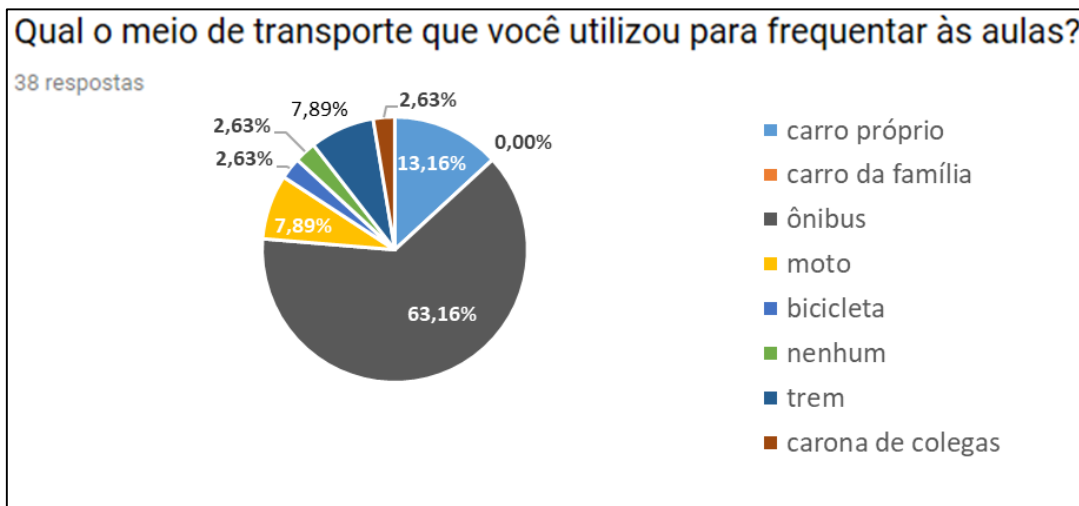


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Em relação à distância entre sua moradia e a escola, 50% dos egressos informaram que moravam até 20 Km da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, 39,5% informaram que moravam até 30Km ou mais e 10,5% informaram que moravam até 10km da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.

Dando continuidade mostramos os meios de transporte utilizados pelos egressos para frequentar as aulas do PRONATEC:

Gráfico 25: Parte II – Sobre o curso – Meio de transporte utilizado pelos egressos para frequentar as aulas do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com o gráfico, 63,16% dos egressos declararam que utilizavam ônibus como transporte para frequentar as aulas, 13,16% informaram que utilizavam carro próprio, 7,89% vinham de moto, 7,89% faziam o uso do trem, 2,63% pegavam carona de colegas, 2,63% vinham de bicicleta, 2,63% não utilizavam nenhum meio de transporte e nenhum respondente informou que utilizava carro da família. Ao inventariarmos a pesquisa PNAD (IBGE, 2015, p. 80), analisamos que em 2015, 46% dos domicílios possuíam carro e 22% dos domicílios possuíam moto. Tais dados são contrastantes ao deslocamento dos estudantes até a escola, em que a ampla maioria, cerca de 71%, utilizava transporte coletivo.

É importante observar que a localização da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá é considerada “privilegiada”, situada na Avenida Sertório, 473, no bairro Navegantes, zona norte de Porto Alegre – RS. Fica próximo à entrada da cidade e possui como municípios limítrofes: Eldorado do Sul, Guaíba, Canoas, Cachoeirinha, Alvorada e Viamão. Também possui outros municípios vizinhos da região Metropolitana: Gravataí, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Essa localização “privilegiada” facilita o acesso dos alunos através de transporte público ou particular.

Dando sequência na parte II da pesquisa, foi perguntado aos egressos o que contribuiu para a sua permanência até o final do curso. Para auxiliar na compreensão das respostas, observamos as palavras que aparecem com maior frequência, organizamos novamente uma “nuvem de palavras”.

Figura 4 – Nuvem de palavras das respostas dos egressos sobre o que contribuiu para a sua permanência até o final do curso.

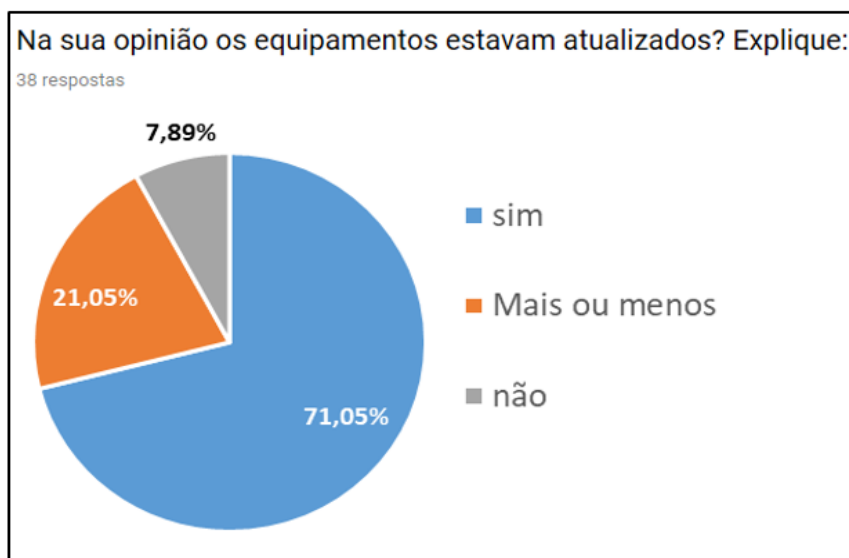


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme a figura apresentada, a busca por qualificação foi o principal motivo para sua permanência até o final do curso. Interpretando as respostas dos egressos, por trás das palavras: “qualificação profissional, vontade e responsabilidade”, transparece o objetivo de melhorar sua condição de trabalho e vida.

Na sequência, apresentamos as percepções dos egressos em relação às condições dos equipamentos utilizados no curso:

Gráfico 26: Parte II – Sobre o curso – Condições dos equipamentos utilizados no curso



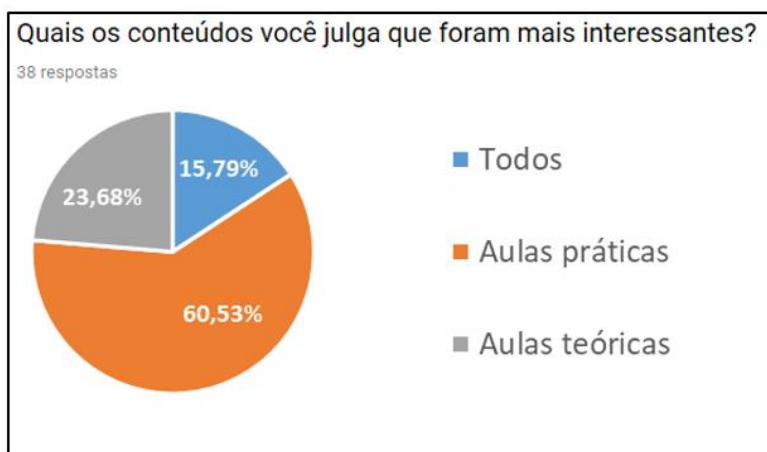
Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme respostas dos egressos explicitadas nesse gráfico, 71,05% afirmaram que os equipamentos estavam atualizados, 21,5% informaram que estavam mais ou menos e 7,89% responderam que não estavam atualizados.

Considerando as respostas obtidas em relação às condições dos equipamentos, observamos que a escola possui uma estrutura adequada, que atende aos requisitos dos cursos e possui alguns pontos a melhorar, sendo na atualização, manutenção e disponibilização de maior quantidade de equipamentos.

A seguir, apresentamos as percepções dos egressos em relação aos conteúdos que julgaram mais interessantes:

Gráfico 27: Parte II – Sobre o curso – Conteúdos que os egressos julgam mais interessantes



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme ilustra o gráfico, 60,53% dos egressos responderam que as aulas práticas foram os conteúdos mais importantes, 23,68% responderam que foram as aulas teóricas e 15,79% responderam que todos os conteúdos foram importantes. A partir dessa resposta analisamos que os estudantes dos cursos técnicos, geralmente, têm maior afinidade com aulas práticas e consideram as aulas teóricas de baixo aproveitamento na atuação profissional. Refletimos: o que está por trás dessa leitura? Qual a ideologia veicula? Será que ao realizarem apenas instruções práticas terão condições de fazer uma análise crítica de suas realidades e de questionarem e até modificarem suas situações de trabalho?

De acordo com as respostas obtidas, é importante observar que os Cursos Técnicos do SENAI possuem uma característica de “aprender na prática uma profissão”. Os planos

de cursos preveem a realização de atividades práticas e teóricas, mas não definem quanto deve ser a distribuição dessas atividades.

Observando a documentação escolar (diário de classe e documentos de planejamento da ação docente) dos cursos técnicos ofertados pelo SENAI, identificamos a proporção de 60% prática e 40% teórica na média desses cursos. Ao interpretarmos as respostas dos egressos com essa característica, “Prática” dos Cursos Técnicos do SENAI, evidencia-se a preferência dos egressos por essas atividades.

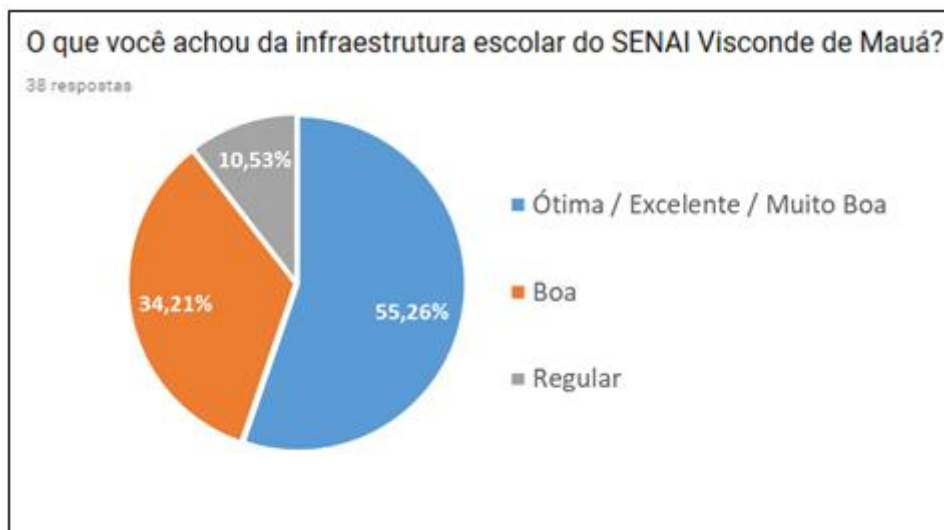
Para ilustrar essa preferência, destacamos uma das respostas dos egressos:

- “Sempre aqueles em que colocam os alunos nas atividades ‘mão na massa’, onde ali sim, se obtém relativa experiência satisfatória do que irão exercer lá na frente”.

Diante da resposta apresentada, evidencia-se a percepção dos egressos que, por meio do trabalho, “atividades práticas” ou “mão na massa”, se obtém experiência satisfatória do que irão exercer no mundo do trabalho.

Dando continuidade, apresentamos a percepção dos egressos em relação à infraestrutura escolar:

Gráfico 28: Parte II – Sobre o curso – Avaliação da infraestrutura escolar pelos egressos



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme o gráfico, 55,26% dos egressos acharam ótima, excelente ou muito boa a infraestrutura da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá. ótima, 34,21% acharam boa e 10,53% acharam regular.

Considerando as respostas dos egressos, podemos considerar que a escola possui uma infraestrutura adequada e satisfatória com algumas oportunidades de melhoria em relação à cantina, ao acervo bibliográfico e alguns espaços educacionais, como o auditório, o pátio e as áreas comuns.

A seguir, apresentamos a percepção dos egressos em relação aos professores que ministraram os cursos do PRONATEC:

Gráfico 29: Parte II – Sobre o curso – Percepção dos egressos sobre os professores que ministraram os cursos do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com as respostas, 68,42% dos egressos consideraram ótima, excelente ou muito boa a percepção sobre os (as) professores (as) que ministraram os cursos, 13,16% dos egressos consideraram bom e 18,42% consideraram regular.

Os egressos apontaram que 81,58% dos professores atendem aos requisitos dos cursos de forma satisfatória e 18,42% dos professores atendem de forma regular os requisitos dos cursos. Dessa forma, embora a qualidade percebida pelos egressos em relação aos professores seja satisfatória, a escola deve manter constantemente o seu desenvolvimento.

De forma geral, a percepção dos egressos em relação ao curso do PRONATEC foi positiva em todos os aspectos avaliados nesta pesquisa de campo. Os egressos evidenciaram como principal objetivo a busca por uma melhor qualificação,

reconheceram que a infraestrutura, as máquinas e os equipamentos, de forma geral, estavam atualizados. Apontaram que a escola possuía bons professores e que as atividades pedagógicas estavam alinhadas à realidade do mundo do trabalho.

Embora essas considerações sejam todas positivas, retomamos alguns conceitos para elucidar nossa interpretação. Amparamo-nos em Saviani (1986) para tornar claro e compreensível a centralidade do trabalho no sistema educacional:

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho. (SAVIANI, 1986, p. 14)

Saviani revela seus pressupostos marxistas na citação acima. Retomamos o conceito de Marx (2013) sobre o trabalho na sociedade capitalista, conforme já mencionado no capítulo 1. Para o autor, o trabalho nos constitui, nos humaniza. Entretanto, embora na sociedade capitalista, o trabalho necessariamente produza valor de uso, é dimensionado apenas pelos valores de troca, assim surge o conceito de emprego, no qual o empregado vende sua força de trabalho como uma mercadoria.

Frente a tais considerações, reafirmamos que a Educação Profissional deve preocupar-se com a cultura, a política, a ciência, a economia, a tecnologia e as condições de sobrevivência social para que todos usufruam dos direitos essenciais como saúde, educação, moradia, segurança, saneamento, cultura e lazer. Para isso ocorrer é necessário formar criticamente os educandos e trabalhadores para a superação dessas condições de alienação e dominação. Para Marx (2008), a sociedade capitalista demanda a formação para a politecnicidade, ou seja, há uma defesa pela educação pública, laica e unitária, que forme o ser humano de modo completo e não de forma parcial, fragmentada ou vazia. Há autores, como Saviani (2007) e Manacorda (1991), que alertam sobre a confusão entre a politecnicidade e a exigência de um trabalhador polivalente, por isso cabe ressaltar que a politecnicidade é a formação integral, omnilateral de cada cidadão.

O mundo capitalista se desenvolve a passos largos, trazendo consigo o crescimento industrial e tecnológico, mas em contrapartida intensifica o trabalho, tornando-o mais produtivo e fragmenta a atividade de cada trabalhador, de cujasua

capacidade intelectual cada vez mais se prescinde. O ser humano antes desenvolvedor da ciência e da tecnologia é substituído por sua criação “a máquina”. A força de trabalho passa a ser dominada por outros homens e seu ritmo de trabalho é conduzido pela maquinaria, “cada vitória da ciência se paga com a decadência do homem e do seu caráter” (MARX; ENGELS, 1978, p.150).

Conforme a tecnologia vai progredindo as forças materiais ganham vida e inteligência, já o ser humano cada vez torna-se mais embrutecido, restando-lhe apenas sua exploração física e atrofia intelectual.

Se antes tínhamos artesãos, cujo trabalho compreendia o domínio do todo, levando-o a um desenvolvimento intelectual com baixo desempenho produtivo, o proletariado na era industrial descobre a felicidade em ocupar apenas sua força física em atividades simplificadas, dispensando seu desenvolvimento intelectual e prevalecendo sua capacidade produtiva.

A divisão do trabalho permite explorar a força física que passa a ser conduzida pela maquinaria e o caminho natural dessa forma de produção capitalista produz na sociedade uma classe cada vez mais inculta e ao mesmo tempo mais produtiva. Mas ao avançar nesse sentido o capitalismo conduz a ciência aos interesses e às aspirações dos operários. “A nova orientação descobriu na evolução do trabalho a chave para compreender toda a história da sociedade e virou-se imediatamente de preferência para a classe dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 1978, p. 155).

Diante dos elementos identificados nesta etapa da pesquisa, percebemos avanços nas trajetórias individuais dos egressos, na medida em que se tornaram mais qualificados para assumir postos de atuação no mercado de trabalho. Entretanto, inferimos que tal programa, pautado na ideologia neoliberal, não estava substantivamente articulado com o preceito de trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, por ser uma formação técnica, desvinculada da formação geral, foi insuficiente essa articulação, possuía grandes limitações no sentido de podermos afirmar que propiciava a superação das condições de alienação e dominação, desenvolvendo também uma consciência nos estudantes, no sentido do coletivo e da necessidade de se inserirem em processos mais amplos de luta pela implementação e manutenção de direitos. Pode-se dizer que houve a preparação para o mercado de trabalho, conforme as exigências do projeto de sociedade em vigor.

Para aprofundarmos este entendimento, apresentamos no próximo item as percepções sobre a qualidade de trabalho e vida dos egressos.

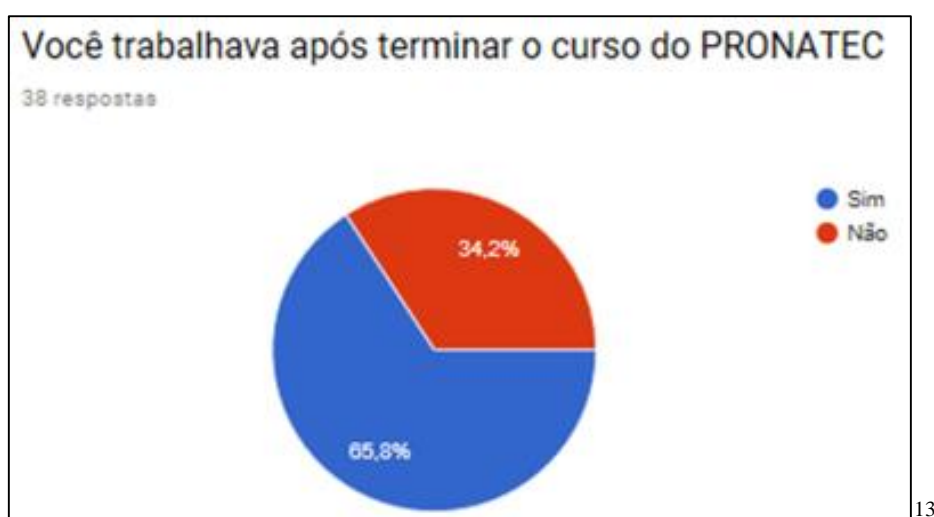
3.3 A qualidade de trabalho e vida dos egressos: após o curso

Dando sequência, apresentamos a parte III da pesquisa na qual investigamos questões sobre a qualidade de trabalho e vida dos egressos.

Para fins de entendimento, na análise do trabalho dos egressos vamos apresentar inicialmente a situação logo após terminar o curso do PRONATEC, comparando com a sua situação antes de realizar o curso do PRONATEC para verificar se houve mudança e por fim sua situação atual, em que vamos comparar como eram suas condições antes de realizar o curso, logo após concluir o curso e a sua situação atual (no momento da resposta da pesquisa).

Iniciamos pela apresentação da situação de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC:

Gráfico 30: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Situação de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

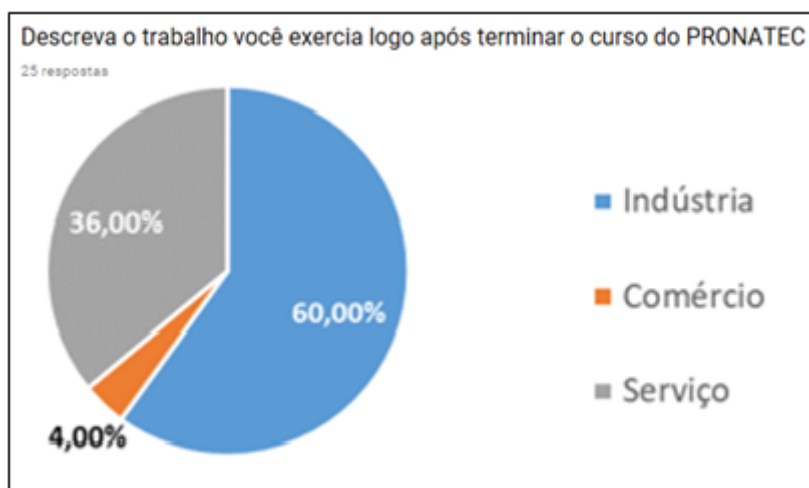
Conforme ilustra o gráfico, 65,8% dos egressos trabalhavam após terminar o curso do PRONATEC e 34,2% declararam que não trabalhavam. Comparando à resposta apresentada na parte I da pesquisa na qual “antes do curso do PRONATEC” 52,6% dos egressos afirmaram que trabalhavam, percebe-se um aumento de 13,2%. Esse indicador já revela um resultado positivo acerca da realização da qualificação é possível pontuar

¹³ Da mesma forma da questão anterior, os egressos que responderam “não” pularam para a outra sessão da pesquisa, neste caso, apresentada no gráfico de número 33.

que para o empregador ter uma formação além da básica torna-se um diferencial no momento da contratação de um profissional.

A seguir, apresentamos a descrição do trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC:

Gráfico 31: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Descrição do trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com o gráfico, 60% dos egressos afirmaram que trabalhavam na indústria logo após realizarem o curso do PRONATEC, seguido de 36% que trabalhavam na área de serviços e 4% dos egressos afirmaram que trabalhavam no Comércio.

Em comparativo com a resposta apresentada na parte I da pesquisa em que “antes do curso do PRONATEC” 50% dos egressos afirmaram que trabalhavam na indústria, 35% no comércio e 15% na área de serviços, percebe-se um aumento de 10% de trabalhadores na indústria e 21% de aumento na área de serviços, demonstrando uma migração da área do comércio para as áreas de serviço e indústria.

Cabe ressaltar nessa categoria que em 2015, a PNAD realizada pelo IBGE informou que 43% dos empregados possuíam atividades relacionadas ao setor de serviços; o comércio absorvia cerca de 18% dos empregados; 13% atuava em setores agrícolas, 11% trabalhava com a indústria e 8% no setor da construção. Essa pesquisa relacionada com os egressos do PRONATEC no campo espacial da unidade Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI) Visconde de Mauá possui maior preocupação e tradição com a qualificação para o setor da indústria, com isso o foco de

atuação acaba retroalimentando esse setor, produzindo um percentual mais significativo de trabalhadores para essa área.

Dando continuidade, exibimos a forma de trabalho dos egressos:

Gráfico 32: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Forma de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme as respostas apresentadas, 72% dos egressos afirmaram que logo após terminarem o curso trabalhavam com carteira assinada e 28% não trabalhavam com carteira assinada. Comparando com a resposta antes de realizarem o curso do PRONATEC, percebe-se uma diminuição do trabalho formal “com carteira assinada” de 80% para 72%, representando 8% de diminuição.

É importante destacar que embora tenha ocorrido uma diminuição do trabalho formal, comparando com sua situação antes de realizarem o curso do PRONATEC, houve um aumento de 13,2% de egressos que passaram a trabalhar após realizarem o curso do PRONATEC.

Nesse contexto é oportuno destacar que, de acordo com a PNAD (IBGE, 2015, p.54), 60% da população ocupada estava inserida no mercado de trabalho como empregado (57,4 milhões de pessoas). Os trabalhadores por conta própria, também conhecidos como autônomos, correspondiam a 23% (21,8 milhões de pessoas); os trabalhadores domésticos atingiam o percentual de 6% (6,3 milhões de pessoas); e os empregadores a 3% (3,6 milhões de pessoas). Portanto, frente a esse cenário os egressos da qualificação do PRONATEC possuíam um índice acima da média na categoria empregado com carteira assinada, tal indicador deve ser sinalizado, pois ao estar com

carteira assinada há uma maior garantia de direitos e uma contribuição direta à previdência social.

É válido pontuar que no momento da realização desta pesquisa a conjuntura vivida ainda não sofria consequências da reforma trabalhista aprovada em 2017.

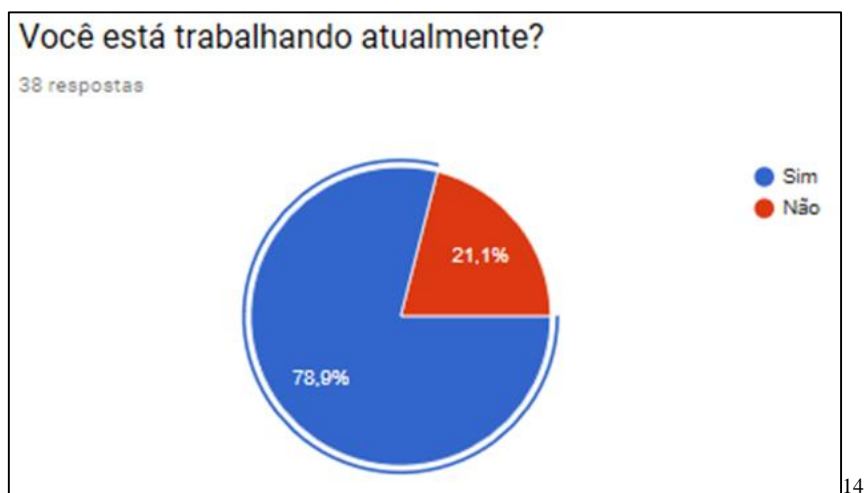
Em publicação no Jornal da Unicamp intitulada “*Reforma trabalhista representa retrocesso ao século XIX*”, com a participação da desembargadora do trabalho aposentada Magda Biavaschi, o economista José Dari Krein e o sociólogo Ricardo Antunes, o escritor Manuel Alves Filho sintetiza que a reforma trabalhista, sancionada através da Lei N° 13.467 de 13 de julho de 2017, tem por objetivo promover o desmantelamento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conquistada pelos trabalhadores depois de muita luta, após alteração em mais de cem pontos, representa retrocesso ao século XIX.

Desde 1970, nós estamos assistindo a uma contrarrevolução burguesa muito profunda. Chegamos ao período mais destrutivo da história do capitalismo, no qual a barbárie neoliberal vem promovendo o desmonte e a privatização de tudo o que for possível. (ANTUNES apud ALVES FILHO, 2017, p 01).

Do ponto de vista histórico, o entrevistado Antunes, na reportagem supracitada, afirma que “no passado, os proprietários compravam os seus trabalhadores, os escravos e hoje, alugam os trabalhadores que querem e quando querem”. O respectivo autor alerta que a reforma trabalhista deixará um legado de transformações radicais, mesmo o trabalhador qualificado, terá perspectivas dramáticas com o trabalho intermitente. Esse processo, “[...] vai nos conduzir à naturalização da miséria e os níveis de criminalidade serão mais intensos”. Dessa forma com a ampliação da precarização do trabalho, reduzem as possibilidades de compreendermos o trabalho como construção da vida.

Apresentamos a seguir, a forma atual de trabalho dos egressos:

Gráfico 33: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Forma de trabalho dos egressos atual



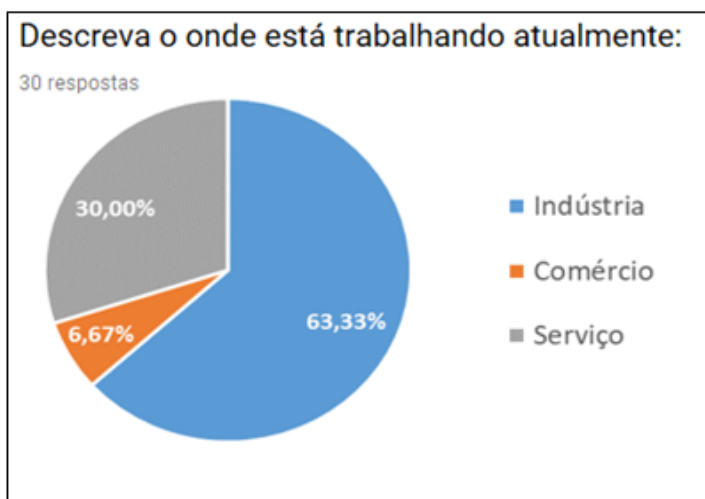
Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

No momento da aplicação da pesquisa, conforme as respostas apresentadas, 78,9% dos egressos afirmaram que estão trabalhando e 21,1% afirmaram que não estão trabalhando. Considerando a resposta apresentada na parte I da pesquisa, “Antes de realizar o curso do PRONATEC com a resposta atual” percebe-se um aumento considerável, já que antes de realizar o curso do PRONATEC, 52,6% dos egressos estavam trabalhando, logo após a realização do curso 65,8% dos egressos estavam trabalhando e atualmente (2017.2), no momento da aplicação da pesquisa, 78,9% dos egressos estavam trabalhando, o que representa um aumento de 26,3% entre a situação antes do curso comparada com a situação atual dos egressos.

Observamos a seguir a descrição do trabalho que está exercendo atualmente:

Gráfico 34: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Descrição do trabalho que está exercendo atualmente

¹⁴ Novamente, nesta questão, os egressos que responderam pela opção “não”, pularam para a próxima etapa da pesquisa, neste caso, apresentada a partir do gráfico 41.



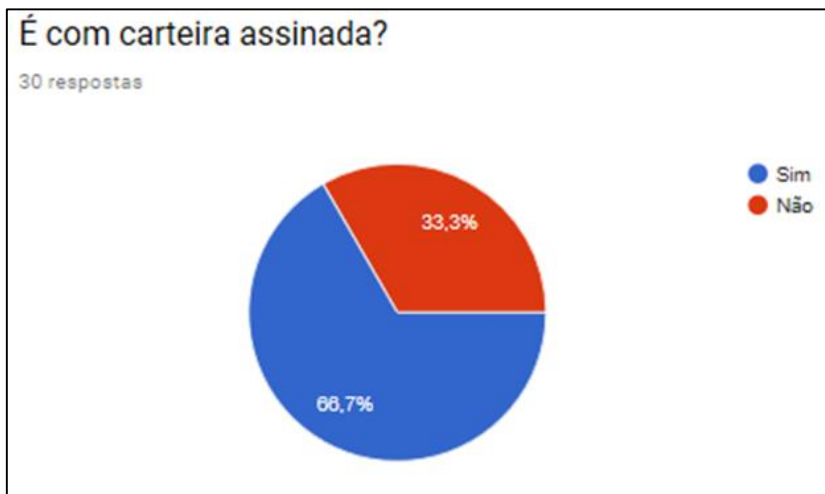
Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

No momento da aplicação da pesquisa, de acordo com as respostas apresentadas no gráfico, 63,33% dos egressos que estavam trabalhando atuavam na indústria, 30% atuavam em serviços e 6,67% atuavam no comércio. Comparando com a resposta apresentada na parte I da pesquisa, “antes do curso do PRONATEC” em que 50% dos egressos afirmaram que trabalhavam na indústria, 35% no comércio e 15% na área de serviços, percebe-se um aumento de 13,33% de trabalhadores na indústria, 15% na área de serviços e uma diminuição de 28,33% na área de comércio, demonstrando que se manteve a migração da área de comércio para serviços e indústria.

É importante destacar que os cursos oferecidos pelo SENAI são voltados para o setor industrial, tendo muita aplicabilidade também no setor de serviços e possibilidades no setor de comércio. A migração ocorrida pelos egressos pode ser considerada natural, pois os conhecimentos desenvolvidos oportunizaram a ampliação de sua capacidade profissional especificamente do setor industrial e conseqüentemente no setor de serviços. Nesse sentido, consideramos relevante a ampliação de trabalhadores com inserção profissional na indústria. Uma vez que na sociedade em geral devido à crise econômica houve uma desaceleração nesse setor, com diminuição de postos de trabalhos, demonstrando que para os trabalhadores qualificados egressos do PRONATEC houve uma maior chance de conquistar e manter um trabalho nessa área.

A seguir, apresentamos a descrição da forma de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC:

Gráfico 35: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Descrição da forma de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Analisando as respostas da pesquisa, constatamos que 66,7% dos egressos possuíam carteira assinada e 33,3% não. Considerando a situação antes do PRONATEC, constatamos que houve uma diminuição de 80% para 66,7%, ou seja, 13,30% de diminuição. É lastimável que haja uma redução dos postos de trabalho com carteira assinada, pois conforme explicitamos anteriormente, estar com carteira de trabalho assinada é uma condição inicial para que sejam garantidos outros direitos como férias e contribuição previdenciária. Frente a tais dados, é necessário esclarecer que o projeto em vigor, da reforma trabalhista e as barganhas para aprovar a reforma previdenciária configuram um cenário nebuloso para o trabalhador. O que está por trás é tornar nosso país um celeiro de mão de obra barata para que seja competitivo com os padrões de produção internacionais, tal arcabouço produzirá enormes mudanças econômicas para o Brasil, subordinando nosso processo de produção aos interesses do capital estrangeiro e lesando infinitamente o trabalhador.

Em contraposição à ideia anterior de perda de empregos com carteira de trabalho assinada, em linhas gerais, ao confrontar os dados, analisamos o crescimento de egressos que estavam trabalhando, inicialmente de 52,6% e atualmente, no momento da pesquisa, 78,9%, representando um aumento de 26,3%. Embora o trabalho com carteira assinada tenha diminuído percentualmente, considera-se crescente os números totais de trabalhadores com carteira assinada, pois, inicialmente havia 16 egressos trabalhando com carteira assinada, passando a 18 logo após o curso e chegando a 20 no momento da aplicação da pesquisa (indicador mais recente), o que representa um crescimento de 25% de trabalhadores com carteira assinada.

Para auxiliar a análise desses dados, apresentamos a tabela a seguir com o resumo da situação dos egressos, considerando sua situação antes de realizar o curso do PRONATEC, logo após o curso e atualmente (2017.2) “no momento da aplicação da pesquisa”:

Tabela 3: Comparativo da situação de trabalho Forma/Informal antes de realizar o curso do PRONATEC, logo após realizar e situação “atual” dos egressos, “no momento em que foi aplicado a pesquisa”.

Situação de Trabalho Formal/Informal				
Setor/Situação	Antes do PRONATEC	Logo após o PRONATEC	Atualmente	Diferença antes para atual
Indústria	50,00%	60,00%	63,33%	13,33%
Comércio	35,00%	4,00%	6,67%	-28,33%
Serviço	15,00%	36,00%	30,00%	15,00%
Trabalhando	52,60%	65,80%	78,90%	26,30%
Carteira Assinada	80,00%	72,00%	66,70%	-13,30%
com carteira assinada	16	18	20	25,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Analisando os dados da tabela, constatamos que houve um incremento no trabalho formal e informal de maneira crescente, visível em três períodos distintos: o primeiro, antes do egresso participar do curso; o segundo momento logo após participar do curso; no terceiro período, considerado “atual”, no momento em que foi aplicada a pesquisa. Comparando a situação, “antes de iniciar o curso” com o momento em que foi aplicada a pesquisa, observamos que houve contribuições positivas do PRONATEC em relação a sua situação de trabalho formal ou informal.

A seguir buscamos identificar se houve melhoria da situação de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC:

Gráfico 36: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Situação de trabalho dos egressos após terminar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Após realizar o curso do PRONATEC 33% dos egressos afirmaram que trabalhavam e contribuíam com o sustento da família, 30% informaram que trabalhavam e se sustentavam, 23,3% afirmaram que trabalhavam e recebiam ajuda da família e 13,3% afirmaram que trabalharam sendo o principal responsável pelo sustento da família.

Considerando que antes de realizar o curso do PRONATEC 52,60% dos egressos estavam trabalhando e no momento da aplicação da pesquisa 78,90% estavam trabalhando, representou um crescimento acentuado de 26,30%.

A tabela a seguir apresenta o resumo da situação de trabalho dos egressos, considerando antes e após realizar o curso do PRONATEC.

Tabela 4: Comparativo da situação de trabalho Forma/Informal antes de realizar o curso do PRONATEC, logo após realizar e situação atual dos egressos

Situação de Trabalho dos egressos, antes e depois do PRONATEC			
Situação	Antes do PRONATEC	Após o PRONATEC	Diferença antes para atual
Trabalho e recebo ajuda da família	20,00%	23,30%	3,30%
Trabalho e me sustento	15,00%	30,00%	15,00%
Trabalho e contribuo com o sustento da família	50,00%	33,30%	-16,70%
Trabalho e sou ou era o principal responsável pelo sustento da família	15,00%	13,30%	-1,70%
Número de egressos trabalhadores	20	30	50,00%
Egressos que não trabalhavam	18	8	-55,56%
Total de egressos da pesquisa		38	

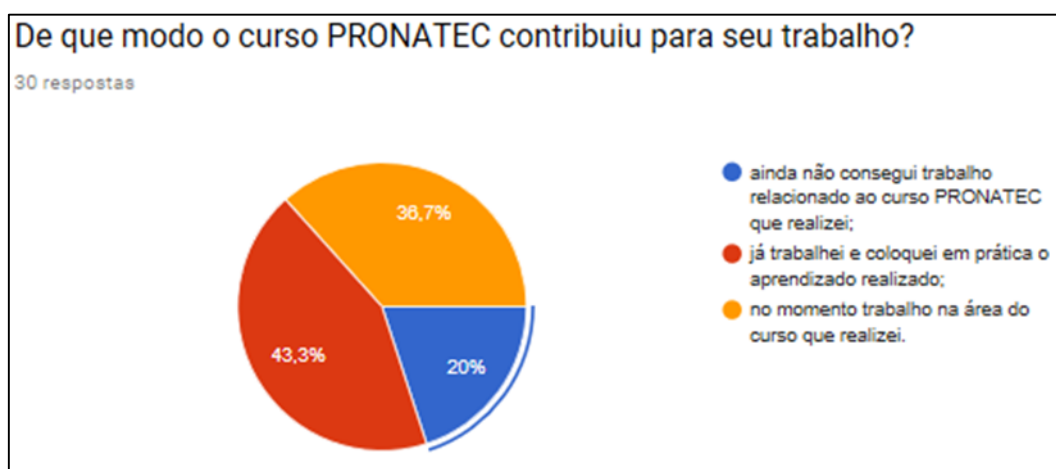
Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Através dos dados apresentados na tabela, observamos que dos 38 egressos que responderam a pesquisa, 18 deles não trabalhavam antes de realizar o curso do PRONATEC e atualmente (2017.2), no momento em que aplicamos a pesquisa, constatamos que apenas 8 ainda não estão trabalhando, o que representa uma diminuição

de 55,56% de egressos que não trabalhavam. Outro ponto a destacar foi a situação “Trabalho e me sustento”, na qual teve o maior crescimento comparado aos demais itens, partindo de 15% dos egressos antes do curso para 30% após o curso.

Para verificarmos a aderência dos cursos realizados pelo PRONATEC em relação ao mundo do trabalho, buscamos identificar quais contribuições ocorreram para os egressos conforme apresentamos a seguir:

Gráfico 37: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Contribuições do PRONATEC para o trabalho dos egressos



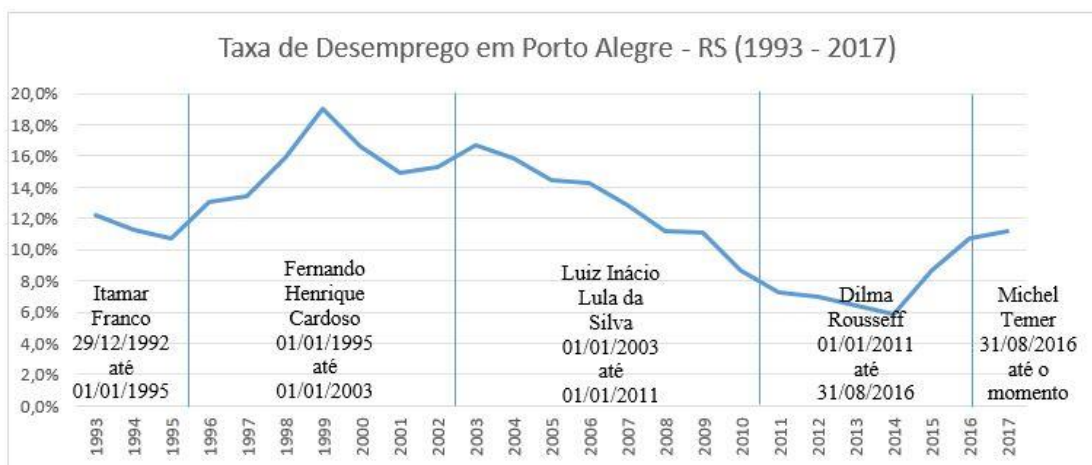
Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme ilustrado no gráfico, 43,3% dos egressos informaram que já trabalharam e puderam colocar em prática o aprendizado realizado, 36,7% dos egressos informaram que estão trabalhando na área do curso e 20% informaram que ainda não conseguiram trabalho relacionado ao curso do PRONATEC, ou seja, 80% dos egressos já atuam ou atuaram na área do curso que realizaram. Esse indicativo é relevante para enfatizar que a escolha desses cursos técnicos realizados pelo PRONATEC propiciou uma adequada inserção na área, atendendo a uma demanda por esses profissionais.

É importante destacar que no período analisado (2012 a 2016), o mercado de trabalho estava bastante aquecido, em circunstâncias de “pleno emprego”, para evidenciar tal momento exemplificamos com a taxa de desemprego em Porto Alegre –RS era umas das menores, chegando a 5,9% em 2014.

Para ilustrar, apresentamos a taxa de desemprego em Porto Alegre – RS no período de 1993 a 2017:

Gráfico 38: Taxa de Desemprego em Porto Alegre de 1993 a 2017



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).
Elaborado pelo autor, 2018.

Conforme ilustra o gráfico com indicadores da capital gaúcha, observamos que no início do período apresentado, no governo de Itamar Franco, a menor taxa de desemprego foi de 11,3%, e a maior de 12,2%, no governo de Fernando Henrique Cardoso a menor taxa de desemprego foi de 10,7% e a maior deste período histórico, chegando a 19% no ano de 1999. A partir do governo Lula inicia-se um longo período de diminuição dos índices de desemprego, partindo de 16,7% em 2003 chegando a 8,7% em 2010. No governo Dilma, mantém-se a queda do desemprego, atingindo o menor valor histórico deste período, com 5,9% em 2014. A partir de 2014 ainda no governo Dilma a taxa de desemprego volta a subir, atingindo 8,7% em 2015, 10,7% em 2016 e 11,2% em 2017, já no governo de Temer.

De acordo com os dados do DIEESE (2018) sobre a pesquisa de emprego e desemprego na região Metropolitana de Porto Alegre, a partir de 2014 o mercado de trabalho regional apresentou comportamento adverso, seguindo esse comportamento em 2015, 2016 e 2017. Desde meados de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recuou. O país empobreceu 7,0% e o salário mínimo, já em janeiro de 2017, não obteve ganho real ou mesmo teve o poder de compra recomposto. A consequência imediata é a quebra de um ciclo virtuoso da economia e a interrupção do processo de desconcentração da renda no país.

É oportuno destacar que o valor atual do salário mínimo é de R\$ 954,00, ajustado em janeiro de 2018, o qual representa perda acumulada de 0,34% nos últimos dois anos, o que o faz retornar praticamente ao mesmo valor real de janeiro de 2015. Para demonstrar os reajustes do salário mínimo de 2003 a 2018 apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 5: Reajuste do Salário Mínimo 2003-2018

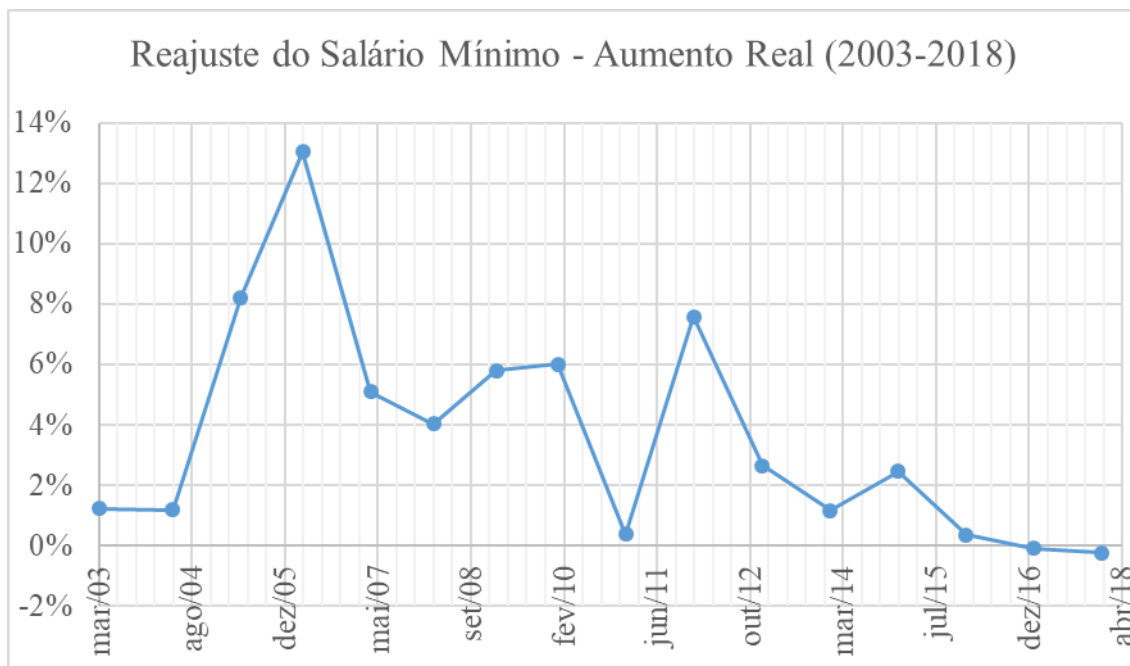
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2018				
Período	Salário Mínimo	Reajuste Nominal	INPC	Aumento Real
abr/02	R\$ 200,00			
abr/03	R\$ 240,00	20,00%	18,54%	1,23%
mai/04	R\$ 260,00	8,33%	7,06%	1,19%
mai/05	R\$ 300,00	15,38%	6,61%	8,23%
abr/06	R\$ 350,00	16,67%	3,21%	13,04%
abr/07	R\$ 380,00	8,57%	3,30%	5,10%
mar/08	R\$ 415,00	9,21%	4,98%	4,03%
fev/09	R\$ 465,00	12,05%	5,92%	5,79%
jan/10	R\$ 510,00	9,68%	3,45%	6,02%
jan/11	R\$ 545,00	6,86%	6,47%	0,37%
jan/12	R\$ 622,00	14,13%	6,08%	7,59%
jan/13	R\$ 678,00	9,00%	6,20%	2,64%
jan/14	R\$ 724,00	6,78%	5,56%	1,16%
jan/15	R\$ 788,00	8,84%	6,23%	2,46%
jan/16	R\$ 880,00	11,68%	11,28%	0,36%
jan/17	R\$ 937,00	6,48%	6,58%	-0,10%
jan/18	R\$ 954,00	1,81%	2,07%	-0,25%

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Elaborado pelo autor, 2018.

É importante destacar que o reajuste do salário mínimo em 2018 de 1,81% sobre os R\$ 937,00 é inferior à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, em 2017, foi de 2,07%. É necessária, portanto, a revisão do reajuste anunciado, de modo a devolver ao salário mínimo o poder de compra do início do ano passado, o que pressupõe o repasse integral do INPC-IBGE, além da incorporação da perda de 0,10% que lhe foi imposta em janeiro de 2017.

Para ilustrar o comportamento do aumento real do salário mínimo, apresentamos o gráfico a seguir:

Gráfico 39: Reajuste do Salário Mínimo – Aumento Real (2003 – 2018)



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Elaborado pelo autor, 2018.

Cabe destacar, conforme dados do DIEESE (2018), em 2004, as Centrais Sindicais, lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo, com o objetivo de pressionar e, ao mesmo tempo, fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo sobre a importância social e econômica dessa proposta. Como resultado, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00, equivalendo a um reajuste real de 8,23%. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, garantindo a elevação real de 13,4%; e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00, culminando num reajuste de 5,10%. Em março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00, ou seja, acréscimo real de 4,03%; e, em fevereiro de 2009, fixado em R\$ 465,00, ofertando o reajuste real de 5,79%. Em janeiro de 2010, o piso salarial do país passou a R\$ 510,00, o que lhe conferiu aumento real de 6,02%.

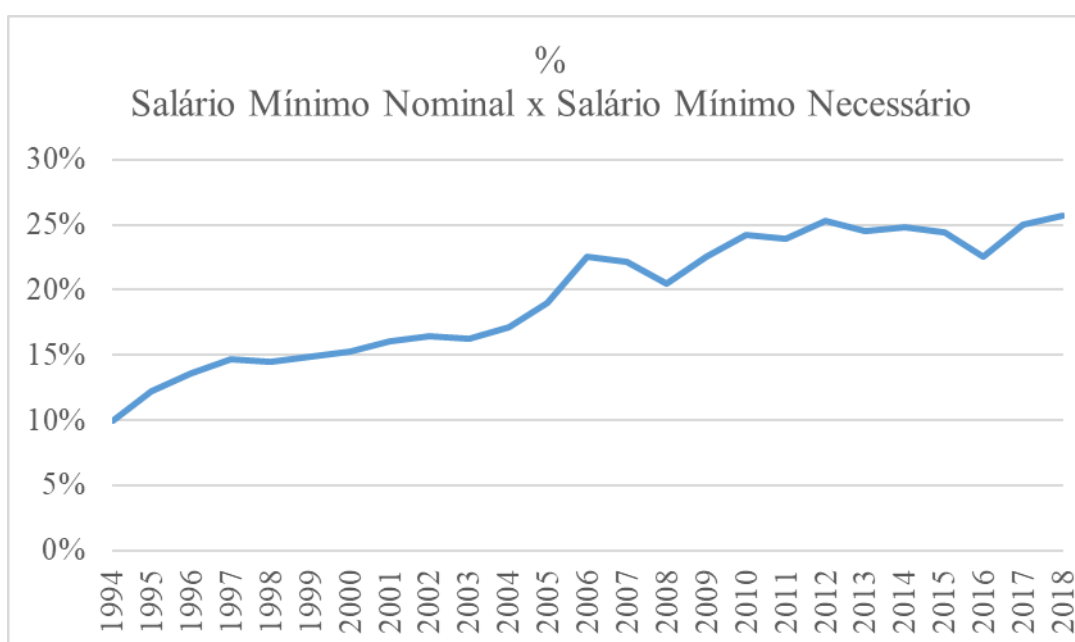
Também como resultado dessas negociações, acordou-se, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo, a ser aplicada até 2023. Essa política adotou como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até que fosse fixada em janeiro, o que ocorreu em 2010.

Analisando o período histórico (1994 – 2018) percebe-se um crescimento constante da valorização do salário mínimo necessário, ainda assim considera-se insuficiente para a manutenção da renda do trabalhador que, em 1994, representava em

torno de 10% do necessário e atualmente está em torno de 25%, faltando ainda 75% para que seja considerado 100% necessário. Cabe salientar que a partir do Governo Michel Temer a política de permanente valorização do salário mínimo vem sendo desrespeitada, pois como vimos no gráfico anterior, desde 2003 o aumento real do salário mínimo vinha sendo praticado e em 2017 houve reajuste negativo -0,1% e -0,25% em 2018, representando perda real da valorização do salário mínimo.

O gráfico a seguir representa crescimento do salário mínimo nominal em relação ao salário mínimo necessário:

Gráfico 40: % de Salário Mínimo Nominal x Salário Mínimo Necessário (1994 – 2018)



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Elaborado pelo autor, 2018.

Através da política permanente de valorização do salário mínimo, além de se mostrar eficiente na recuperação do valor do salário mínimo e ser reconhecida como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre, marcou o sucesso de uma luta que promoveu o grande acordo salarial da história do país. A valorização do Salário Mínimo induz a ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira.

A valorização dessa remuneração deve continuar, sobretudo porque o país segue profunda e resistentemente desigual. A desigualdade de renda se manifesta de modo

explícito, tanto na comparação entre indivíduos e famílias, quanto entre o trabalho e o capital.

Ademais, a economia brasileira ainda é refém da armadilha de uma estrutura produtiva de baixos salários. Do ponto de vista do sistema produtivo, o desafio é reduzir a desigualdade na distribuição funcional da renda e na distribuição salarial, promovendo a transição para uma estrutura mais igualitária. O processo de elevação contínua e acelerada do Salário Mínimo transforma-o em instrumento fundamental na busca de um patamar civilizatório superior para o Brasil, que atenda aos anseios da maioria dos brasileiros.

A valorização do salário mínimo conquistada até aqui trouxe resultados muito positivos para a sociedade brasileira. A elevação real do poder aquisitivo de um contingente muito expressivo de brasileiros ampliou o mercado consumidor e viabilizou melhorias nas condições de vida de suas famílias, como a possibilidade de prolongar a formação educacional dos jovens. Além disso, o aumento do mínimo contribuiu significativamente para reduzir a desigualdade de renda no país. Mesmo assim, as desigualdades sociais continuam extremas e ainda resta muito a conquistar. Portanto, o processo de valorização do salário mínimo deve continuar para que o país se torne mais justo e o trabalho tenha remuneração digna, para que o texto da Constituição ganhe vida.

A política de valorização do salário mínimo está intimamente ligada à dinâmica econômica, já que o mecanismo de valorização vincula o crescimento do PIB (de dois anos antes) ao aumento real do salário mínimo, ou seja, condiciona sua valorização à “produtividade social”.

Dessa forma, ao analisarmos esse contexto histórico da valorização do salário mínimo em conjunto com a análise dos egressos do PRONATEC, constatamos que houve uma melhora significativa do valor do salário mínimo necessário no período analisado (2012 a 2016) e que, por meio do PRONATEC, foi possível ampliar o acesso ao trabalho e ao emprego dos egressos, conforme já apresentado na tabela 4, na qual se apresentava o seguinte cenário: antes do PRONATEC tínhamos 20 egressos trabalhando e após o curso esse número era de 30, representando um crescimento de 50%, além disso, antes do curso do PRONATEC apenas 15% dos egressos se sustentavam sem ajuda da família e após o curso elevou-se para 30%.

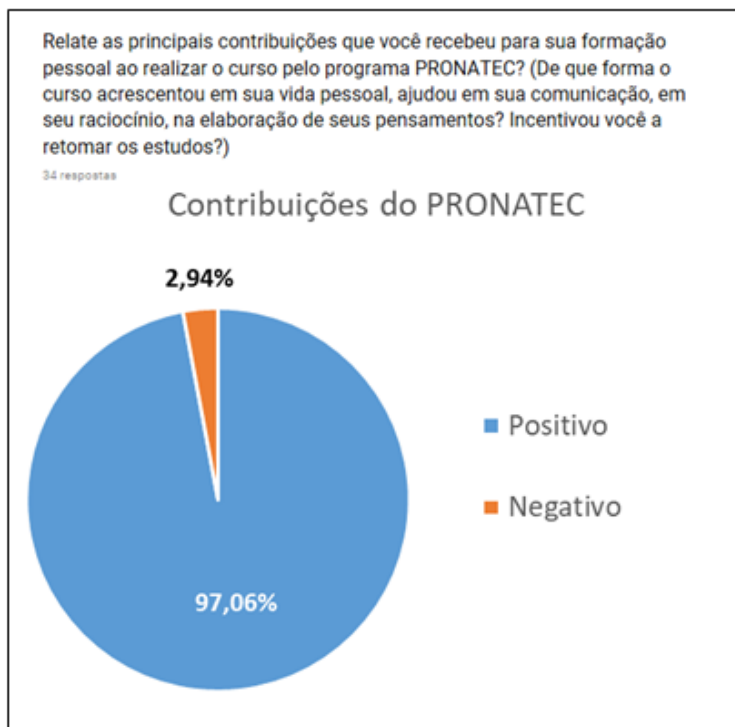
Por fim, consideramos que houve uma contribuição do PRONATEC em relação ao ingresso no mercado de trabalho proporcionando uma melhoria da renda e

reconhecemos que, ainda assim, mantém-se o achatamento de salários e no momento atual, retrocesso e desvalorização em relação às conquistas anteriores no que se refere ao salário mínimo necessário. Como ponto positivo destacamos que o PRONATEC promoveu em seus egressos maiores chances de conquistar um trabalho remunerado, seja ele formal ou informal, assim mesmo salientamos como ponto negativo que essa conquista não emancipa esse trabalhador, no máximo possibilita sua inserção no mercado de trabalho, à disposição do capital.

De acordo com Motta e Frigotto (2017, p.359), no Brasil é recorrente a tese de que para alcançar o pleno desenvolvimento existe a carência de maior capacidade tecnológica e formação da força de trabalho com maior qualificação. Essa tese é a base de uma contradição pelo baixo investimento na educação brasileira historicamente e ainda a predominância de políticas econômicas que reforçam o desenvolvimento dependente e subordinado aos mercados internacionais. Para exemplificar, exportamos metais como matéria prima num custo baixo e importamos produtos industrializados com elevado valor agregado. Para esses autores a saída para o entrave é alterar a posição subordinada e dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho, uma das características que constitui o capitalismo.

A seguir, apresentamos os relatos dos egressos sobre as contribuições pessoais promovidas pelo PRONATEC. Para auxiliar na interpretação, baseando-se nas respostas, separamos os relatos em dois grupos, sendo um de relatos positivos e outro de relatos negativos e formamos um gráfico conforme segue:

Gráfico 41: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Relatos dos egressos sobre as contribuições pessoais promovidas pelo PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Analisando as respostas, constatamos que 97,06% dos egressos relataram que foram positivas as contribuições que receberam ao realizar o curso pelo PRONATEC.

As respostas foram bastante diversificadas e para auxiliar na compreensão novamente recorreremos as palavras que emergiram com maior frequência. Para atender a essa ilustração organizamos uma “nuvem de palavras”.

Figura 5 – Nuvem de palavras dos relatos dos egressos sobre as contribuições pessoais promovidas pelo PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Analisando a imagem percebe-se que a palavra “ajudou” aparece com mais ênfase e seu sentido tem relação com a abertura de oportunidades no mundo do trabalho. Também destacam-se termos como “graduação, profissional, trabalho, conhecimento, entre outros”. Para ilustrar o sentido da palavra “ajudou”, destacamos algumas das respostas dos egressos:

- “Sempre tive grande interesse na área de materiais. O curso me abriu as portas para começar a trabalhar em laboratório. Comecei trabalhando como bolsista técnico na oficina mecânica do laboratório de implantação iônica”.

- “O curso me direcionou para uma profissão, onde todos os dias tenho oportunidade de aprendizados diferentes, podendo me comunicar com diversas pessoas”.

- “Ajudou muito, abriu um leque de possibilidades”.

- “Me incentivou muito, absorvi muito conhecimento que vem contribuindo para meu desenvolvimento profissional”.

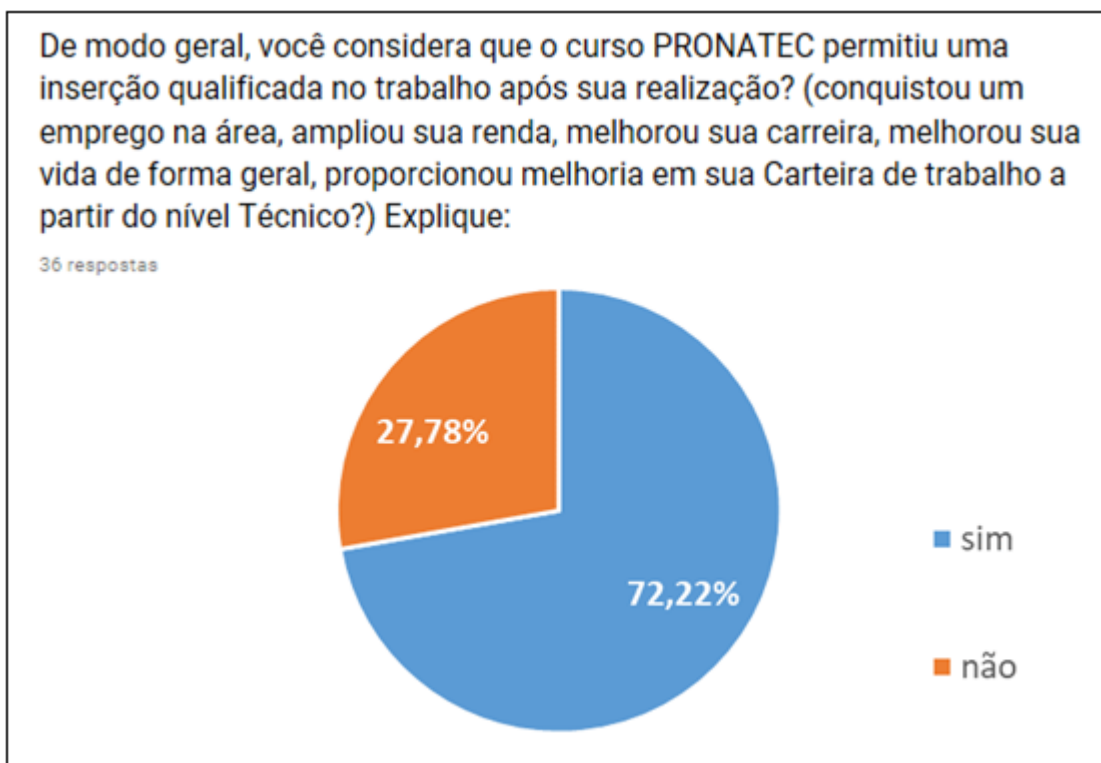
- “Sim, pois estava parado sem estudar e essa oportunidade mudou minha vida. Obrigado”.

- “Me tornei adulto, pensando no mercado de trabalho e me qualificando para ele”.

De acordo com os relatos dos egressos, constatamos que houve contribuições positivas do PRONATEC em relação aos aspectos pessoais para 97,06% dos egressos.

Na sequência, apresentamos as percepções dos egressos sobre sua inserção qualificada no mundo do trabalho após o término do curso do PRONATEC:

Gráfico 42: Parte III – Qualidade de trabalho e vida – Inserção Qualificada dos egressos após terminar o curso do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com o gráfico, 72,22% dos egressos consideram que o curso do PRONATEC permitiu uma inserção qualificada no trabalho após sua realização, 27,78% consideram que não.

A seguir apresentamos alguns relatos positivos dos egressos sobre a inserção qualificada no trabalho:

- “O curso me proporcionou uma profissão, com uma renda diferenciada, melhorando a qualidade de vida, e podendo continuar investindo nos estudos”.

- “Sem dúvida. Por mais que o profissional diga que saiba realizar o serviço, é muito difícil alguma empresa contratar sem técnico. O técnico, hoje, abre mais portas que uma engenharia, devido a carência de mão de obra qualificada”.

- “Melhorei minha renda. Pois através do curso fui promovido e posso fazer alguns trabalhos por fora para conseguir uma renda extra”.

- “Arrumei um emprego muito melhor que o que tinha antes do curso, ampliei minha renda, melhorou meu currículo devido a ter conseguido estar trabalhando em uma empresa de comunicação nacional e o melhor do meu serviço é que não tem nenhum esforço físico”.

- “Sim, pois foram exatamente três meses desempregado após o curso e depois da inserção no primeiro trabalho não estive mais desempregado até o presente momento”.

- “Sim, melhorei em tudo, sai de uma condição assalariado e hoje ganho 5 vezes mais”.

De acordo com os depoimentos dos egressos, evidencia-se o que já foi apresentado na questão anterior, já que além da valorização do salário mínimo necessário o PRONATEC promoveu um crescimento de trabalho e renda de seus egressos, embora reconheçamos que ainda assim, não é suficientemente adequado à suas necessidades. Destacamos também que, de acordo com os relatos dos egressos, evidenciamos que o PRONATEC atingiu seu objetivo em estimular a articulação entre a política de Educação Profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, conforme consta na Lei do PRONATEC, N° 12.513/2011, em seu artigo 1º, artigo VI.

Dando continuidade à análise, apresentamos dois relatos negativos dos egressos em relação às principais contribuições para uma inserção qualificada no trabalho após realizar o curso do PRONATEC:

- “É até poderia ter melhorado, mas não consegui o estágio ainda”.

- “Ainda não colhi frutos satisfatórios após ter realizado o curso, mercado de trabalho é fechado para inexperientes dessa área ainda mais com baixa idade”.

Conforme esses relatos, embora tenhamos evidenciado melhoria no trabalho e renda da maioria dos egressos, constata-se que a falta de experiência dificulta o ingresso no mercado de trabalho. Cabe salientar que nos Cursos Técnicos realizados por esses egressos, estão previstas 400 horas de estágio, podendo ser realizado de forma concomitante ao último módulo do curso ou após o curso. E é através desse estágio que se oportuniza a realização das atividades pertinentes aos cursos realizados, fazendo com que o educando adquira experiência profissional.

A seguir apresentamos as principais contribuições percebidas pelos egressos em relação a sua formação social ao realizar o curso pelo PRONATEC:

Descreva as principais contribuições que você recebeu para sua formação social ao realizar o curso pelo programa PRONATEC? (O curso oportunizou uma convivência sadia? Quais relações você conseguiu estabelecer ao longo do curso – amizade, coleguismo, contatos de trabalho? O curso auxiliou você com aulas sobre ética e cidadania?) Explique:

34 respostas

Das 34 respostas consideramos que todas (100%) foram positivas, o que demonstra que o curso oportunizou uma convivência sadia de amizade, coleguismo e contatos de trabalho.

Para auxiliar na compreensão das respostas, recorreremos mais uma vez à “nuvem de palavras”.

Figura 6 – Nuvem de palavras dos relatos dos egressos sobre as contribuições sociais promovidas pelo PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Identificamos que as palavras em destaque foram a “amizade, conhecimento, trabalho, experiências, aprendizagem e coleguismo”, representando as principais características sobre as contribuições sociais percebidas pelos egressos durante a sua formação.

Para sintetizar as palavras destacadas, separamos três descrições dos egressos conforme segue:

- “O curso em si foi maravilhoso! Cumpriu seu papel nos quesitos de troca de experiências, aprendizagem interdisciplinar, trabalho em equipe, vivências do dia-a-dia, etc.”.

- “Acredito que a amizade adquirida foi o item mais importante. Trocamos ideia com os professores e entre colegas quando alguma dúvida aparece”.

- “Ser respeitado e ter dignidade”.

Após esses relatos, constatamos que o curso oportunizou uma convivência sadia, estabeleceu e manteve as relações de amizade e coleguismos mesmo após o curso.

Finalizando essa etapa, retomamos mais um dos objetivos do PRONATEC, no contexto político, delimitado pela Lei N° 12.513/2011, assim está expresso no artigo 1° que trata em parágrafo único dos objetivos desse programa:

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; (BRASIL, 2011).

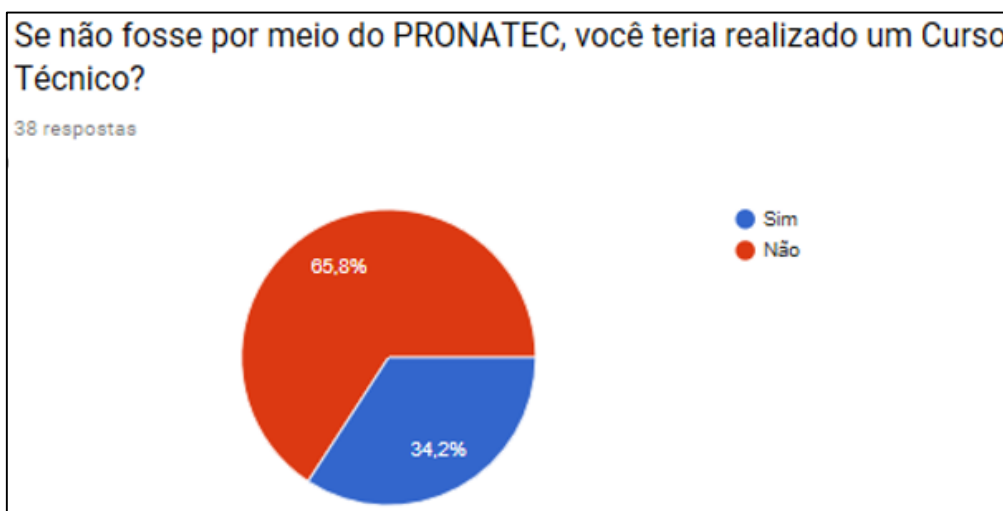
Diante do exposto podemos concluir, através dos relatos dos egressos, que o PRONATEC ampliou suas oportunidades educacionais e contribuiu para a inserção qualificada no mundo do trabalho, cumprindo satisfatoriamente com os objetivos do PRONATEC e do SENAI.

No próximo item vamos abordar as considerações dos egressos a respeito do PRONATEC.

3.4 Contribuições dos egressos a respeito do PRONATEC

Finalizando a pesquisa, apresentamos a parte IV que trata das contribuições manifestadas pelos egressos. Inicialmente, buscamos identificar a opinião dos egressos sobre a realização de curso técnico através do PRONATEC ou de outra forma, não vinculada à formatação desse programa. A seguir apresentamos o gráfico que representa as respostas:

Gráfico 43: Parte IV – Suas contribuições– Opinião dos egressos se realizaria curso técnico se não fosse por meio do PRONATEC.

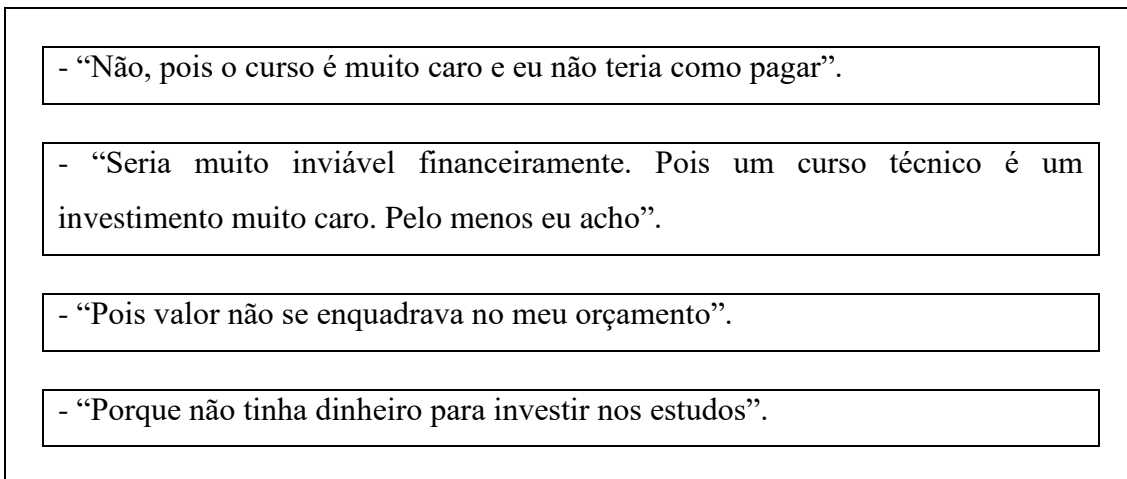


Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

De acordo com o gráfico, 65,8% dos egressos afirmam que sem o PRONATEC não teriam realizado um Curso Técnico e 34,2% afirmam que sim, mesmo sem o PRONATEC, teriam realizado. Evidenciamos que, majoritariamente, o público contemplado pelo programa na unidade institucional investigada permitiu a democratização da Educação Profissional a uma população mais empobrecida que afirma

sem o PRONATEC não ter condições financeiras de ter realizado essa qualificação, pois acreditam que o investimento é muito oneroso para seu orçamento.

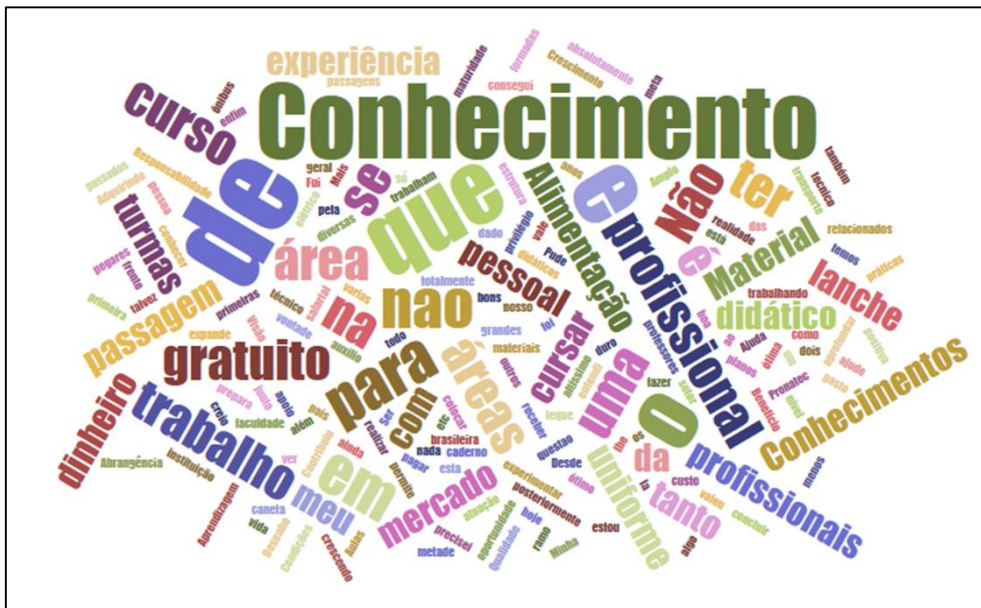
Destacamos algumas opiniões dos egressos que se manifestaram afirmando não terem condições de realizarem o curso se não fosse por meio do PRONATEC:

- 
- “Não, pois o curso é muito caro e eu não teria como pagar”.
 - “Seria muito inviável financeiramente. Pois um curso técnico é um investimento muito caro. Pelo menos eu acho”.
 - “Pois valor não se enquadrava no meu orçamento”.
 - “Porque não tinha dinheiro para investir nos estudos”.

De acordo com as declarações dos egressos, o PRONATEC oportunizou acesso a pelo menos 65,8% de pessoas que não teriam condições de realizar um curso técnico por conta própria sem esse formato assistencial.

Na sequência, todos os egressos que participaram da pesquisa descreveram as principais contribuições que receberam para sua formação profissional. Para auxiliar na compreensão das respostas, repetimos a estratégia de observarmos as palavras que aparecem com maior frequência, organizamos uma “nuvem de palavras”.

Figura 07 – Nuvem de palavras dos relatos dos egressos sobre as principais contribuições promovidas pelo PRONATEC



Fonte: Pesquisa de Campo, ANDREOLLA, 2017

Conforme ilustrado na figura, a contribuição que mais se destacou foi o “conhecimento”, sendo a principal contribuição do PRONATEC apresentada nessa questão. Outras palavras que emergiram são: “profissional, trabalho, gratuito, curso, experiência, alimentação, dinheiro, entre outras”.

Dando continuidade à pesquisa, foi perguntado aos egressos a sua opinião sobre quais os aspectos do PRONATEC poderiam ser melhorados. De todas as respostas, nenhuma tratou da descontinuidade do PRONATEC, pelo contrário, o público beneficiado pelo programa teceu muitos elogios, demonstrando satisfação e diversas sugestões para sua continuidade com melhorias.

Na sequência foi perguntado aos egressos, sua opinião sobre os aspectos do PRONATEC que deveriam ser mantidos, todos os participantes manifestaram-se a favor da continuidade do programa, mantendo os auxílios e condições oferecidas no PRONATEC. Do ponto de vista dos egressos beneficiados pelo programa, observamos que eles são favoráveis à continuidade, preservando o suporte de auxílios para o transporte, a alimentação e o subsídio para o material escolar, enfatizando ainda que deve ser mantida a qualidade de ensino.

Também perguntamos aos egressos se na hipotética possibilidade de assumirem a presidência da república eles incentivariam a permanência do PRONATEC ou o extinguiriam. Como resposta, 37 egressos manifestaram-se a favor da continuidade do PRONATEC e apenas 1 manifestou-se favorável à sua extinção.

Segue a manifestação do egresso com seu posicionamento favorável à extinção do PRONATEC:

- “Eu extinguiria, pois, esse dinheiro caberia melhor na Educação Fundamental e Média”.

Seguem algumas manifestações favoráveis à continuidade do PRONATEC:

- “Não somente incentivaria o PRONATEC como aos demais meios de ingresso as universidades. Um país só é forte quando sua gente é qualificada e preparada para crescer e beneficiar seu povo”.

- “Incentivaria, pois a educação é de extrema importância”.

- “Permanência, pois o PRONATEC transforma sempre os menos favorecidos e pais de família pela conquista de um sonho para dar uma vida melhor a sua família. O conhecimento ninguém tira”.

- “Sim pois possibilita o acesso a um ensino de qualidade”.

- “Permanência, só assim as pessoas de baixa renda teriam acesso ao curso técnico”.

- “Com certeza que sim. Tirou muita gente da escuridão e da pobreza”.

Ao final da pesquisa, foi dada a opção para os egressos deixarem alguma outra informação, obtivemos quinze manifestações, onze de agradecimento pela oportunidade em participar do programa e quatro sugerindo melhorias. Destacamos uma manifestação que sintetiza a plenitude do programa, não se trata de um caso isolado e sim de um reconhecimento do que representa o programa:

- “Boa tarde, fui aluno pela instituição SENAI Visconde de Mauá a 2 anos atrás, enfim, me desculpa a demora quanto a pesquisa que você determinou. Hoje, com

muito esforço e graças ao curso, sou Técnico Mecânico de campo da empresa de propulsores navais Azimutais Schottel (líder mundial neste seguimento). Viajo por todo o Brasil, América Latina e Central. Na entrevista, foi me perguntado na época "Porque escolheu esta instituição de ensino", a resposta de minha parte foi " Esta é a instituição de ensino referência no RS"! Agradeço o SENAI Mauá por isso, tanto é que neste exato momento, lhe escrevo do Estaleiro Wilson Sons II, situado no Guarujá SP. Quando quiserem, e eu estiver disponível, posso ir até o SENAI e dividir um pouco do que aprendi, e incentivar os novos alunos a terem sucesso em sua vida!

Atenciosamente; Pablo Duarte da Silva, Turma de formandos-Julho de 2015”.

Diante de todas as respostas e manifestações obtidas nessa pesquisa de campo, buscamos identificar como tema central a seguinte questão: Em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá no período entre 2012 e 2016, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho?

Para responder essa questão, sintetizamos nossas constatações da pesquisa de campo:

Na primeira parte constatamos que o PRONATEC não atingiu totalmente o objetivo de democratização, apenas parcialmente, visto que manteve a discriminação da oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que teve predominantemente a participação de homens autodeclarados de cor branca, destoando do mosaico da população brasileira identificada pelo IBGE. Identificamos também nessa etapa que os egressos possuíam uma estrutura familiar que contribuía para suas condições gerais de produção da vida.

Na segunda parte, ao analisarmos a percepção dos egressos em relação ao curso do PRONATEC, constatamos que a Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá ofereceu aos seus estudantes cursos voltados para o setor industrial, utilizando uma infraestrutura adequada, atendendo aos requisitos dos cursos e destacando-se pelo ensino de qualidade. Considerando a trajetória de expertise da escola,

com mais de 70 anos, constatamos a necessidade de algumas melhorias em seus equipamentos e infraestrutura. Identificamos que os professores atenderam satisfatoriamente aos requisitos dos cursos, percebemos a satisfação dos egressos com a qualificação da educação, alinhada à realidade do mundo do trabalho. Constatamos avanços nas trajetórias individuais dos egressos, o PRONATEC seguiu a cartilha da ideologia neoliberal, atendendo aos preceitos do mercado de trabalho, não estando substantivamente articulado com o preceito de trabalho como princípio educativo e por ser uma formação técnica, desvinculada da formação geral, foi insuficiente, possuía grandes limitações no sentido de podermos afirmar que o programa propiciou a superação das condições de alienação e dominação.

Na terceira parte constatamos que, através da participação no PRONATEC, houve um incremento no trabalho formal e informal dos egressos, iniciando com 52,6% que trabalhavam antes de realizar o curso do PRONATEC passando a 78,9% que estavam trabalhando no momento da resposta da pesquisa.. Identificamos que as condições de trabalho dos egressos ampliaram sua capacidade profissional, especificamente no setor industrial e de serviços em função dos conhecimentos adquiridos durante o curso. Embora tenha ocorrido uma diminuição do trabalho formal, houve um aumento de 13,2% de egressos que passaram a trabalhar e se sustentar após realizarem o curso do PRONATEC. Antes do curso do PRONATEC, 15% dos egressos trabalhavam e se sustentavam, após o curso 30% dos egressos trabalhavam e se sustentavam.

Outra constatação que essa pesquisa possibilitou foi a ampliação da renda. Percebemos um crescimento constante da valorização do salário mínimo necessário, atípico na história nacional, mas apesar desse esforço consideramos insuficiente para a manutenção da renda do trabalhador, portanto, advogamos pela continuidade do projeto. Dessa forma, constatamos que o PRONATEC atingiu um de seus objetivos, de ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional.

Na quarta parte, ao apresentarmos as considerações dos egressos a respeito do PRONATEC, constatamos que houve contribuições positivas do PRONATEC em relação aos aspectos pessoais para 97,06% dos egressos.

De acordo com os resultados da pesquisa de campo, evidenciamos que o PRONATEC contribuiu para a inserção qualificada no mundo do trabalho para 72,22% dos egressos, propiciando uma convivência sadia, estabelecendo e mantendo relações de amizade e coleguismo mesmo após o curso e oportunizando acesso a pelo menos 65,8% de pessoas que não teriam condições de realizar um curso técnico por conta própria pelas dificuldades financeiras apresentadas, cumprindo plenamente com os objetivos do PRONATEC e do SENAI.

3.5 Inferências a partir do estabelecimento das relações entre a empiria e atualidade brasileira:

A Educação Profissional e Tecnológica que defendemos deve ser comprometida com a formação dos sujeitos para a construção da autonomia intelectual, ética, política e humana. Acreditamos que deve ainda promover a consciência de classe e dar condições para a emancipação. No tocante à Educação Profissional, pensamos que pode se tornar um diferencial nessa sociedade desigual, uma vez que auxilia no empoderamento do cidadão ao construir um corpo de conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos. Essa modalidade de educação oferta, ademais, instrumentos que facilitam o trabalhador a incluir-se socialmente e por meio da conquista de um emprego ou trabalho propicia condições para contribuir com o desenvolvimento do país.

O investimento nessa área educacional é estratégico ao protagonizar o projeto de qualificação para o trabalho, produção de pesquisas aplicadas, incentivo à inovação possibilitando maior produtividade e competitividade no mercado internacional, buscando redefinir a posição científica e tecnológica do Brasil no cenário mundial como país com economia emergente.

Por meio das diversas leituras realizadas para a produção dessa pesquisa, diversas foram as reflexões suscitadas e uma das interpretações a que chegamos é de que a educação do povo deve preparar as pessoas para a luta, desvendando as condições desiguais, despertando a consciência das situações injustas e de exploração. Nesse sentido, deve emancipar, diferente de adaptar as pessoas para a sociedade posta que aí está. A sociedade capitalista constantemente vive projetos em disputa: tomando partido para o conservadorismo ou para a transformação, conservar, manter as situações vigentes significa aceitar essa realidade cruel em que a maioria da população tem seus direitos

fundamentais negados, enquanto educar para a transformação é debater e desvendar a visão dos estudantes para possibilidades de maior justiça social.

Resgatamos o que já fora apontado neste trabalho, em que Ramos (2015) salienta que o PRONATEC proporcionou algumas conquistas, como a democratização e o acesso ao conhecimento para uma população cujo direito era negado, reconhece que por mais que a formação propiciasse a inserção em empregos precários, por outro lado permitia que uma parcela da população conquistasse um espaço que garantisse renda fugindo do desemprego. Ramos sinaliza que o PRONATEC estava longe do “ideal”, proporcionando qualificação profissional e inserção crítica e política para seus estudantes. Porém, esse programa propiciou avanços ao oportunizar acesso a uma formação, por mais elementar que seja, para um público que era excluído até mesmo dessa qualificação inicial. Acreditamos que o PRONATEC tem muitos aspectos para aprimorar, entretanto, o rumo que nossos governantes tomaram foi do seu silenciamento, findando oportunidades, negando para essa população que está à margem da sociedade até mesmo essa formação que em muitos aspectos deixava a desejar.

Recentemente o Brasil vivenciou um período de muitas conquistas (2003 – 2016) no cenário nacional, com forte crescimento econômico e pleno emprego, realização de grandes obras de infraestrutura apoiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criação de diversos programas, além do PRONATEC, diversas políticas sociais e assistenciais como PROUNI¹⁵, REUNI¹⁶, PROEJA¹⁷, PNAES¹⁸, Política de cotas, oportunizando maior democratização ao acesso à educação e assegurando direitos que deveriam estar garantidos e, no entanto, eram “esquecidos”.

¹⁵ PROUNI – Instituído pela Lei nº 11.096/2005, prevê o repasse de recursos públicos para instituições de educação superior privadas para garantir o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior, por meio de concessões de bolsas de estudos integrais ou parciais.

¹⁶ REUNI – Instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, oferta condições para que as Universidades Federais ampliem o acesso e a permanência na educação superior, promovendo expansão física, acadêmica e pedagógica, aumentando o número de vagas e ampliação da oferta de cursos noturnos, como propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

¹⁷ PROEJA – Originário do Decreto nº 5.478/2005, denominado de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, possui como objetivo, ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica articulada com a elevação da escolaridade da Educação Básica

¹⁸ PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado por meio do Decreto nº 7.234/2010, auxilia os estudantes da rede federal a terem permanência e êxito em seus estudos, realizando estudo socioeconômico e ofertando auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio alimentação para dedicar-se aos estudos.

Destacamos também programas setoriais que vão além do âmbito da educação e que possibilitaram a retirada do Brasil do mapa da fome e da miséria, como o *Bolsa Família*¹⁹ e a criação de programas de habitação como o *Minha Casa e Minha Vida*, que financiavam moradias para pessoas que não conseguiam ter seu próprio imóvel, o *Luz para Todos* criado em 2003, universalizando acesso à energia elétrica a todas as pessoas e a criação das *Farmácias Populares* um programa que permitia o credenciamento das farmácias ofertando para a população medicamentos essenciais. Pontuamos também a elaboração do Estatuto da Igualdade Racial e do Estatuto do Idoso, trazendo maior dignidade a essas pessoas.

Conforme os dados do Banco Mundial e do FMI, o Brasil em 2002 ocupou a 13ª posição no ranking global de economias, medido pelo PIB em dólares e no ano de 2011 alcançou a 6ª colocação, ultrapassando Grã-Bretanha e França. Ou seja, além da conquista de direitos sociais, da emergência de iniciativas pontuais por meio de programas na área da educação, nosso país também galgava uma condição econômica fortalecida, com reconhecimento internacional.

Esses programas assistenciais e sociais, atualmente, estão comprometidos pelo corte de recursos financeiros exercidos pelo governo em exercício, Michel Temer. Tais políticas estão marcadas pela descontinuidade e passam a ser classificadas como políticas de governo e não políticas de estado. O corte de recursos no governo Michel Temer compromete grande parte dos programas instituídos em governos anteriores, inviabilizando sua continuidade, por exemplo, o orçamento para as áreas da ciência e tecnologia que em 2018 é o mais baixo da última década e laboratórios não possuem recursos nem para o pagamento de energia elétrica. Questionamos, frente a essa situação caótica: o que resta para o desenvolvimento de pesquisa e inovação? Uma das medidas preocupantes adotadas por esse governo foi a publicação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 a qual institui um novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos, congelando as despesas por 20 exercícios financeiros, ou seja, 20 anos, prejudicando substancialmente melhorias na educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outras políticas setoriais.

¹⁹ Bolsa-Família – criado em 2004, prevê a transferência de renda para famílias em situação de pobreza extrema. Como contrapartida as famílias devem garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola, com frequência acima de 85% e manter a atualização em suas carteiras de vacinação.

Quando essa emenda ainda estava em forma de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), sob o número 241 de 2016, era denominada como “PEC da morte”, pois havia a consciência que com a aprovação dessa imposição de um teto nos gastos públicos, diversos direitos sociais seriam sepultados. Por mais que existissem movimentos sociais alertando sobre suas trágicas consequências ela foi imposta pelo governo em exercício. É essencial pontuar que tal Emenda Constitucional impõe a redução da atuação do Estado (cortando coeficientes principalmente da educação e da saúde), tal enfraquecimento provoca prejuízos principalmente para a população mais carente na implementação de direitos sociais, tais como crianças, mulheres, idosos, população do campo, população das periferias, entre outras minorias. Em contrapartida, também é indispensável esclarecer que quem ganha com o enfraquecimento do Estado é o mercado, pois com esse “Estado Mínimo” os direitos sociais serão sucateados, precarizados no âmbito público e provocam a ampliação dessa prestação de serviços no setor privado, sobre a lógica de um “negócio”, cuja finalidade será a obtenção de lucratividade e não a de atender com dignidade a toda a população.

Além disso, confrontamo-nos com medidas que ferem a participação democrática, promulgadas por meio de decretos, de medidas provisórias e que modificam o cenário nacional provocando retrocessos nas questões de participação social e em direitos já adquiridos. Podemos exemplificar com a Reforma do Ensino Médio (abaixo melhor esclarecida por se tratar diretamente de uma alteração na educação), Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária.

A Reforma do Ensino Médio, proposta pela Lei nº 13.415/2017, está na contramão de uma educação omnilateral, pois relaciona diversas disciplinas, separadas, cada uma criando uma epistemologia própria e categorias cada vez mais abstratas, se distanciando da realidade, da concretude da vida para poderem se justificar e ganhar espaço no currículo.

Essa reforma prevê a separação do ensino por cinco (5) áreas distintas de conhecimento, quais sejam, linguagem e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica profissional. Como consequências, o aluno escolhe seu próprio itinerário formativo numa perspectiva mercadológica, negando conhecimentos para a maioria da população, dando opção para as escolas ofertarem os cursos mais baratos que não demanda infraestruturas como laboratórios, máquinas, equipamentos e tecnologias

educacionais, limitando-se a metodologias tradicionais sem o uso de infraestruturas que necessitem de investimentos financeiros, com conhecimentos limitados, negando a ciência. As instituições privadas seguirão dedicadas para levar seus alunos à universidade, já a educação pública vai continuar formando sujeitos alienados, fragmentando ainda mais as oportunidades de tornar a educação um diferencial em suas vidas e a lógica da escola continuará sendo mercantil.

Em publicação intitulada: *“Inéditos Viáveis para os Trabalhadores Jovens e Adultos nas Políticas atuais de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil”*, a pesquisadora Santos (2017) destaca que as políticas públicas educacionais direcionadas aos trabalhadores jovens e adultos precisam ser pautadas pela inclusão:

A análise considera o contexto atual das políticas de Educação Profissional e Tecnológica para a inclusão dos trabalhadores, a efetivação do PROEJA, as iniciativas do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) recentemente instituído, as possibilidades de articulação destas políticas, os limites e as possibilidades de constituírem-se como inéditos viáveis, conforme o entendimento freireano, para inclusão de jovens e adultos trabalhadores. (SANTOS, 2017, p. 302).

Santos aponta para a necessidade da construção de “inéditos viáveis”, uma categoria freireana pouco explorada, que concebe a necessidade de luta por projetos ainda não existentes, mas que viabilizariam profundas mudanças na realidade brasileira. Nesse mesmo estudo conclui que “não foram suficientes as políticas públicas de Educação Profissional para as demandas dos trabalhadores brasileiros sem Educação Básica” (SANTOS, 2017 p. 317). Em outras palavras, a autora pontualmente indica que nada adianta a fragmentação da qualificação. Nesse sentido, torna-se urgente pensar e defender políticas públicas que articulem, integrem a formação profissional e a formação básica. Essa proposta vai ao encontro da oportunidade de formar cidadãos críticos e criativos de forma integrada, de modo omnilateral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gente vai contra a corrente. Até não poder resistir. Na volta do barco é que sente o quanto deixou de cumprir. Faz tempo que a gente cultiva a mais linda roseira que há. (Chico Buarque) OU Não há, finalmente, educação neutra, a educação implica uma opção política e demanda uma decisão também política de materializá-la (FREIRE, 2001, p. 24).

Ao encerrar este estudo, resgatamos a reflexão freireana, uma vez que nossa intenção não é esgotar o assunto, mas levantar novas chaves de leitura: leituras da palavra e leituras de mundo, com as quais possamos levantar novas indagações acerca do presente e do futuro. Assim, este projeto de pesquisa no cenário da Educação Profissional, como Freire aponta não tem neutralidade em contrapartida tem uma inclinação política e a mesma tem a opção por buscar a democratização da educação para a classe trabalhadora. Deste modo, reconhecemos que a Educação Profissional pode ser comparada a uma engrenagem com diversos fatores que a movimentam: a sociedade, a política, a economia, a cultura, a ciência, a **tecnologia**, entre outros vetores que compõem o mundo do trabalho e da cultura.

Toda política pública e toda prática educativa possuem intencionalidades, posicionamentos. Assim é imprescindível aguçar nosso senso crítico e inventariar suas potencialidades, limitações, motivações e desafios, seu caráter conservador ou libertador. Frente a isso, Freire expressa:

O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, a favor de quem, contra quem, a favor de quem, contra quem virá; sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o “inédito viável” demandando de nós a luta por ele (FREIRE, 1992, p.51).

Freire também contribui expondo que nossa Pedagogia da Esperança não é uma espera, mas uma luta, concreta, materializada, podendo ser utópica, mas que exige um movimento real para a melhoria das situações desiguais, violentas e injustas.

Freire foi um estudioso da teoria marxista, ele valorizava a concretude da vida, assim como Marx brilhantemente sentenciava: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. (MARX; ENGELS, 2007, p.94).

Expostos esses dizeres iniciais, retomamos que essa pesquisa teve por objetivos, resgatar os principais fatores históricos, educacionais, econômicos, políticos e sociais que impulsionaram a origem do PRONATEC; analisar as possibilidades e tensões que caracterizaram a execução do PRONATEC na Escola SENAI Visconde de Mauá;

identificar lacunas, contradições e possibilidades de aprofundamento acerca do PRONATEC; reconhecer os principais aspectos desafiadores e as contribuições propiciadas aos egressos dos cursos do Programa PRONATEC conforme o estudo de caso.

Destacamos alguns autores que sustentaram a pesquisa: Marx e Engels, com o entendimento do conceito de trabalho, a compreensão do sistema capitalista e a divisão do trabalho e o conceito de Educação Omnilateral; Antunes, contribuindo com o entendimento da morfologia do trabalho e sua precarização; Saviani, fundamentando que a base de toda a educação é o trabalho; Fernandes com a compreensão que o sistema capitalista une o arcaico e o moderno e se nutre pelas desigualdades; Kuenzer, destacando a contradição do conhecimento na relação entre educação e trabalho, onde temos uma exclusão includente e inclusão excludente; Frigoto, contribuindo para o entendimento das práticas educacionais mercantis; Ramos, reconhecendo que através do PRONATEC, mesmo com o oferecimento de uma formação aligeirada, para atendimento as necessidades do mercado, como no caso dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), foi uma forma de oportunizar acesso à educação para uma parcela da população que jamais havia acessado essa modalidade de educação e por fim, Freire, no sentido da esperança, na busca da razão de ser das coisas, buscando o “inédito viável” como foi o PRONATEC.

Nesse sentido, reafirmamos que o PRONATEC constituiu-se em uma política pública para instrumentalizar os cidadãos para o acesso à Educação Profissional e ao emprego. Conforme esmiuçado na pesquisa tal política priorizou a formação FIC, com cargas horárias entre 160 e 400 horas, esse também foi o eixo do maior número de pesquisas nesta área, sendo assim, essa pesquisa ao considerar os Cursos Técnicos do PRONATEC, com cargas horárias entre 800 e 1200 horas, já estabelece um diferencial. Sobre essa constatação de priorizar cursos FIC, os pesquisadores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014, p.67), criticam tal política pois oferta a formação dos trabalhadores para o trabalho simples e barato de modo aligeirado e fragmentado.

O entendimento que possuímos é o da educação como direito subjetivo, em face disso deveria ser acessível a qualquer cidadão, em todos os níveis de escolaridade e com os mesmos critérios de qualidade, porém, evidenciamos entraves oriundos da falta de justiça social, principalmente para a classe trabalhadora e as camadas mais empobrecidas da sociedade. Acerca deste quadro, conforme ilustrou essa pesquisa vinculada a um

estudo de caso, o programa PRONATEC possibilitou o acesso a formação para um público majoritariamente em maior situação de vulnerabilidade social. A pesquisa constatou que 63% dos sujeitos participantes residem em imóvel próprio, ou seja, um substrato inferior a média nacional apontada pelo IBGE de que 74,8% da população tem acesso a imóvel próprio, permitindo afirmar que os egressos deste estudo de caso, possuem condições econômicas mais limitadas.

Ao fazermos a reconstituição histórica da Educação Profissional no Brasil, apuramos sua origem nos tempos da colonização e o público a quem era destinada essa formação vivia em condições de exploração.

Vimos que nesse período, transcorreram pequenos avanços de industrialização em vários ramos de atividades, mas manteve-se a manutenção do modelo econômico extrativista e a escassez de mão de obra desenvolveu a aprendizagem compulsória de ofícios utilizando-se as crianças e os jovens excluídos socialmente.

Com a promulgação da Constituição da República de 1891, instituiu-se o sistema federativo de governo que consagrou a descentralização do ensino e a dualidade de sistemas, confirmando que a União ficaria responsável pela criação e pelo controle do ensino superior e do ensino secundário, já para os estados foi atribuída a competência de criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional.

O objetivo da Educação Profissional Federal Brasileira, constituída pelo Presidente Nilo Peçanha em 1909, segundo Kunze (2009), era ocupar a população de miseráveis, prostitutas e desocupados que ficavam à margem da sociedade. Sua função era instruir para a realização de ofícios um grupo da população brasileira de modo assistencialista.

Nesse período histórico era preciso educar, atender e profissionalizar os escravos, mendigos, loucos, prostitutas, rebeldes, viciados, órfãos para que se transformassem em obreiros úteis ao invés de serem rebeldes com a Pátria. Sendo assim, o trabalho manual, braçal, deveria ser destinado aos pobres por meio da Educação Profissional, pois, na sociedade dessa época, os trabalhos manufatureiros eram ligados ao regime escravista, enquanto o trabalho intelectual deveria ser reservado aos filhos das camadas mais elevadas da pirâmide social, econômica e cultural.

Concluimos que o processo de industrialização do Brasil, atrelado ao processo de urbanização, provocou o deslocamento da população da área rural em direção à área urbana, esse êxodo rural promoveu a mudança de um modelo agroexportador para um

modelo urbano-industrial. A partir de 1970, mais da metade da população brasileira já se encontrava nas áreas urbanas originando uma série de problemas, formando os cinturões de favelas no entorno dos grandes centros urbanos, violência e poluição. Também fez surgir o trabalho informal e o desemprego, provocando a marginalização dos excluídos que habitam áreas sem infraestrutura.

Destacamos que nesse processo de industrialização do Brasil, foi criado o “Sistema S”, iniciando pelo SENAI em 1942, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional e sucessivamente foram criando novas organizações pelos setores produtivos na categoria administrativa privada (comércio, agricultura, transportes e cooperativas).

O “Sistema S” foi adaptando e aperfeiçoando seu projeto de acordo com as transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade brasileira, com a expansão da industrialização de base (1950 a 1960), com oferta de cursos de curta duração. Em 1970, ocorreram alterações às políticas educacionais, criando cursos técnicos de nível médio, voltados a especialidades específicas e a partir de 1990, em consequência da globalização econômica e transformação da legislação educacional, abriram-se as portas para a oferta de cursos de nível superior e atividades de consultoria e assessoria, ultrapassando os limites territoriais da área da educação. Consideramos que através do Sistema S, são carreados os recursos públicos para a iniciativa privada, a formação dos trabalhadores, portanto, está a serviço das necessidades do capital.

Outro ponto importante a destacar foi a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que contava com 140 campi das escolas técnicas em 2002, totalizando 644 unidades em 2016, revelando um crescimento exponencial, não só na infraestrutura física, mas no aumento de servidores e na oferta de matrículas, oportunizando a democratização para a população carente de tais iniciativas.

Os Institutos Federais possuem significativa função social, incentivados a promover o desenvolvimento econômico regional do local onde se inserem, pois têm por missão alavancar os arranjos produtivos locais e de buscar a pesquisa aplicada, ou seja, dedicar-se às soluções dos problemas que são constatados em seu entorno.

Evidenciamos nessa reconstituição histórica, momentos de fragmentação entre cultura geral e técnica e outros de integração, percebemos que a história da Educação Profissional no Brasil é marcada pela dualidade pública e privada, como também permanece o modelo dual de educação que demarca a trajetória educacional para as elites

e para os trabalhadores. Ao analisarmos a constituição do PRONATEC inventariamos que o mesmo foi sucessor de uma série de iniciativas, como: 1995 – Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR); 2003 – Plano Nacional de Qualificação (PNQ); 2004 – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); 2005 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM); 2007 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e em 2010 – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Ressaltamos que um dos resultados desta pesquisa aponta que a razão de existir da Educação Profissional é o trabalho que nos constitui e nos humaniza, entretanto, embora na sociedade capitalista o trabalho necessariamente produza valor de uso, é dimensionado apenas pelos valores de troca, assim surge o conceito de emprego, no qual o empregado vende sua força de trabalho como uma mercadoria.

Frente aos estudos realizados, pensamos que a Educação Profissional precisa formar criticamente os educandos e trabalhadores para a superação dessas condições de alienação e dominação. Nos amparamos em Grabowski e Ribeiro (2010) na esperança em como conceber a Educação Profissional como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda, dentre outras dimensões da natureza pedagógica, social e epistemológica. Para tanto, a Educação Profissional deve preocupar-se com a cultura, a política, a ciência, a economia, a tecnologia e as condições de sobrevivência social para que todos usufruam dos direitos essenciais (saúde, educação, moradia, segurança, saneamento, cultura e lazer).

Destacamos neste estudo que existe uma dificuldade acentuada em oferecer uma educação humana, solidária, omnilateral e crítica. Acompanhando o desenvolvimento do ensino profissional, no regime capitalista, percebe-se que o conhecimento de um processo produtivo foi sendo dividido e limitado a pequenas atividades de baixa complexidade, na qual em muitos casos os trabalhadores sequer necessitavam de formação.

Refletimos sobre os exemplos de hoje, nos quais a carreira na área técnica exige uma formação continuada que logo se torna obsoleta e o profissional que tenta vencer esse sistema acaba por desistir ou desconectar-se, outros tantos permanecem sendo consumidos pelo capital.

Utilizamos como método de pesquisa o Materialismo Histórico Dialético, buscando o desvelamento a realidade, indagando as situações históricas e concretas,

percorrendo as categorias da historicidade, totalidade, contradição, mediação e práxis. Observamos com este método, que o capital produz sua vida com a condição de produzir sua morte, tal contradição não se teria convertido na expressão de luta de vida e morte da humanidade não fosse a necessidade de acumulação do valor. Ou seja, da produção e reprodução do capital, por exemplo temos a descentralização produtiva através da subcontratação e terceirização da força de trabalho; fazendo com que ocorra a superexploração do trabalho de forma acentuada e crescente com foco no aumento da produtividade e se apropria da educação, da ciência e da tecnologia.

Vimos em Antunes (2005), que a classe trabalhadora vivencia uma “nova morfologia do trabalho” que pode ser observada pela redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, pelo aumento dos trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time* e informais, pelo processo de feminização do labor com níveis de remuneração em média inferiores aos dos homens, pelo aumento significativo de assalariados no “setor de serviços”, pela crescente exclusão dos jovens, pela exclusão dos sujeitos com idade próxima de 40 anos, considerados “idosos”, pela inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado, nas mais diversas atividades produtivas, pela crescente expansão de ofícios no terceiro setor com caráter assistencial, pela expansão do trabalho a domicílio através da telemática e das tecnologias da informação. Os trabalhadores desempregados e/ou sobrantes realizam trabalho informal, ‘bicos’ para sobreviver.

Frente a esse contexto uma das alternativas que foi pontuada por Marx é de que há uma importância de proporcionar a educação integral, que desenvolve todas as potencialidades. No caso socialista pode ser denominada educação *omnilateral* que consiga conciliar educação intelectual com produção material, atividades físicas e trabalho produtivo concebida como estatal, gratuita, laica, obrigatória e universal.

Constatamos que a Educação Profissional no Brasil permaneceu estagnada na sociedade brasileira por longo período. No Governo Lula, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, estimulou a criação de novos postos de trabalho e conseqüentemente a necessidade de maior formação profissional, fazendo com que surgisse a ideia da expansão da Rede Federal através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e no Governo Dilma, em 2011, foi criado o PRONATEC, como solução para atender a demanda por toda a qualificação profissional e de expansão da Rede de Institutos Federais.

Destacamos que no período da criação do PRONATEC, entre os anos de 2011 e 2014, o Brasil estava economicamente em ascensão e contava com um programa de governo que priorizava políticas sociais que incentivavam as matrículas e a formação técnica profissional, estimulando a difusão desses conhecimentos e melhor qualificação para o trabalho. O PRONATEC foi implantado no âmbito nacional e sua repercussão foi expansiva, modificando o cenário da qualificação profissional num curto espaço de tempo, envolvendo diversos eixos tecnológicos e organizando nacionalmente a formação.

Até então nosso país não havia vivenciado um programa de Educação Profissional com maior consistência e abrangência, havia apenas iniciativas locais e de menor envergadura.

A ampliação dos investimentos nesse setor estratégico torna-se evidente por meio do recorte da execução orçamentária do MEC que em 2003 era de 720,3 milhões, chegando a mais de 7 bilhões em 2012.

O PRONATEC se tornou um programa integrador de diversas iniciativas, sua criação foi pavimentada por diversos programas existentes, começando pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2003 que passou a utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar suas ações, integrando programas como Promimp, PlanteQ, PlanseQ, Projovem, Proeja e Pronera, reunindo demandas diferenciadas de Educação Profissional de diversos ministérios que antes estavam desarticuladas, padronizando a certificação através da elaboração do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) associado à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Ao realizarmos o estado da questão, através de pesquisa das publicações de teses e dissertações, artigos e outros documentos, identificamos severas críticas e elogios em relação ao PRONATEC, e que, embora polêmico, foi uma política pública brasileira para Educação Profissional da classe trabalhadora e que hoje está ameaçado de não mais existir. DeEstacamos afirmação reforça a hipótese de que não existe na sociedade capitalista possibilidade concreta de democratização do acesso ao conhecimento técnico profissional sob a perspectiva da emancipação da classe trabalhadora ????. Entretanto, programas governamentais, como o PRONATEC, constituem espaços de disputa de hegemonia importantes para a organização e luta dos trabalhadores por educação pública de qualidade, uma vez que explicitam limites e contradições da sociedade de classes.

Também identificamos diversas oportunidades de aperfeiçoamento do PRONATEC: 1) a necessidade de implantação do sistema nacional de avaliação da

Educação Profissional Técnica, na qual o SENAI é pioneiro em realizar exames de avaliação do ensino técnico no Brasil desde 2009; 2) a promoção da oferta nacional de Itinerários Formativos; 3) maior articulação entre instituições de Educação Profissional Técnica com o setor produtivo; 4) a integração com o Ensino Médio e o fortalecimento de ações de inclusão nos processos de acesso, permanência e êxito. Na ampla maioria dos trabalhos pesquisados, encontramos severas críticas sobre a formação profissional flexível, adequadas às exigências do mercado de trabalho, a aplicação de recursos públicos na Educação Profissional privada e a deficiência da formação política desses estudantes.

Ao realizarmos a pesquisa de campo com os egressos dos cursos técnicos do PRONATEC no SENAI Visconde de Mauá, possuíamos uma relação de 160 estudantes, destes 38 foram os sujeitos que participaram deste estudo de caso. Por meio da pesquisa identificamos que esse programa ampliou as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional, oportunizando acesso de pessoas que não teriam condições de realizar um curso técnico por conta própria, contribuindo para sua inserção mais qualificada no mundo do trabalho. Constatamos que 97% dos egressos que responderam a pesquisa, consideraram positivas as contribuições do curso através do PRONATEC, 72% consideraram que o curso do PRONATEC permitiu uma inserção mais qualificada no trabalho e 65% dos egressos não teriam realizado curso técnico se não fosse por meio de um programa que possibilitasse a formação gratuitamente e ofertando ainda alguns subsídios (material escolar, alimentação e transporte).

Analisando algumas características desses egressos do estudo de caso refletimos que o programa PRONATEC propiciou uma democratização desigual, uma vez que viabilizou o acesso para as camadas sociais mais empobrecidas, que não possuíam poder aquisitivo para custear tal formação, entretanto, não conseguiu alcançar justiça social ou maior equidade, pois 92 % dos sujeitos da pesquisa pertenciam ao gênero masculino, contrastando com dados do IBGE que comprovam aproximação entre os gêneros de 49% (masculino) a 51% (feminino); 81% dos sujeitos da pesquisa se autodeclararam brancos, sendo que no mosaico étnico levantado pelo IBGE essa população figura entre 45% do total.

Na pesquisa de campo, identificamos avanços nas trajetórias individuais dos egressos, na medida em que tornaram-se mais qualificados para assumir postos de atuação

no mercado de trabalho. Entretanto, inferimos que tal programa, pautado na ideologia neoliberal, não estava substantivamente articulado com o preceito de trabalho como princípio educativo, pois conforme inventariamos a maioria dos cursos ofertados em âmbito nacional foi FIC e de acordo com essa investigação a formação não estava integrada ao Ensino Médio, ou seja, fragmentada, desvinculada da formação geral.

Desenvolvendo melhor a colocação anterior reafirmamos que o PRONATEC seguiu a cartilha da ideologia neoliberal, atendendo aos preceitos do mercado de trabalho, ampliando o acesso ao ensino técnico, mantendo a formação profissional flexível, adequada às exigências dessa nova morfologia do conceito de trabalho. Nesse sentido, é oportuno destacar que não estava substantivamente articulado com o preceito de trabalho como princípio educativo e por ser uma formação técnica, desvinculada da formação geral, foi insuficiente: possuía grandes limitações no sentido de podermos afirmar que o mesmo propiciou a superação das condições de alienação e dominação.

Constata-se que há uma herança pesada a ser superada, uma dívida social de um direito (des)respeitado. É necessário mudar toda a maneira de ser do sistema capitalista pois de acordo com Marx se reunirmos todas as variedades de alienação encontraremos como ponto em comum a alienação do trabalho que de forma geral é considerado escravizante. Portanto, nosso desafio não é negar o capitalismo, mas sim ir além dele. Para ir além é necessária a organização coletiva, a defesa de interesses comuns emancipatórios e uma educação voltada para a criticidade, indagando a realidade e através do conhecimento superar esse sistema produtor de desigualdades.

Em síntese, pontuamos que a pesquisa nutriu os argumentos abaixo:

- O PRONATEC é reconhecido como um programa de governo num período de gestão que priorizava políticas sociais, incentivando a formação técnica profissional, estimulando a difusão desses conhecimentos e melhor qualificação para o trabalho. Os egressos desta pesquisa obtiveram um incremento no trabalho formal e informal de maneira crescente após a realização do programa;
- O PRONATEC foi implantado no âmbito nacional e sua repercussão foi expansiva, modificando o cenário da qualificação profissional num curto espaço de tempo e propiciando avanços nas trajetórias individuais dos egressos, conforme ilustrou esse estudo de caso;

- O PRONATEC contribuiu com a padronizando da certificação através da elaboração do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC) associado à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

O PRONATEC tornou-se um programa integrador de diversas iniciativas, reunindo demandas diferenciadas de Educação Profissional de diversos ministérios que antes estavam desarticuladas, congregando 15 Ministérios e articulando ações de 27 Secretarias Estaduais. Frente ao exposto nestas considerações conclusivas entendemos que as questões levantadas foram respondidas e os objetivos propostos para essa pesquisa também foram alcançados satisfatoriamente. Os achados da pesquisa não vieram sozinhos e isolados, novas indagações foram elaboradas e a seguir serão apresentadas, pois as mesmas poderão dar continuidade a novos estudos e a novas pesquisas:

- a) Qual o programa que virá para substituir o PRONATEC e quais as políticas se propõem a democratizar o acesso à Educação Profissional para as classes trabalhadoras?
- b) Por que no Brasil, muitas vezes, as críticas são feitas de modo destrutivo sucessivamente, ao invés de serem construtivas e propositivas?
- c) Como nossa nação poderá evoluir se com a troca de poderes há um “desgoverno”, pois o que é tido como uma causa de um Presidente, posteriormente é menosprezada pelo seu sucessor?
- d) Quais as perspectivas para a educação de nosso país com a restrição orçamentária ocorrida por meio da Emenda Constitucional N° 95/2016?
- e) Diante da atual conjuntura, será possível atingir a Meta n°11 do Plano Nacional de Educação Vigente para o período 2014 – 2024 que propõe triplicar o número de matrículas na Educação Profissional?
- f) Em nossa realidade, como educadores, de que modo podemos trabalhar para que todos tenham uma formação crítica e com consciência política?

Após a colocação destas reflexões destacamos que de acordo com Mészáros “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p.65). A hora de começar é agora, somos construtores dessa história, atuemos a favor da humanidade, frente ao projeto conservador: resistência e luta, numa perspectiva de buscar condições mais

igualitárias e inclusivas para toda a população politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____.; BRAGA, Rui; [et al.]. **Infoproletários**: degradação do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____.; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

AMPROTEC, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Brasil é o penúltimo em ranking de patentes 2012**. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/2014/04/brasil-ocupa-penultima-posicao-em-ranking-de-patentes/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

ARRUDA, Marcos. A articulação Trabalho-Educação visando uma Democracia Integral. In: GOMEZ, Carlos Minayo; [et al.]. **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (p. 61-74).

BASSO, Cláudia. **Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC**. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1482619>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre Educação e Juventude**: conversas com Riccardo Mazzeo. São Paulo: Zahar, 2013.

BOTTOMORE; Tom. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. FAT. **Plano Nacional de Qualificação (PNQ) - Resolução nº 696, de 28 de junho de 2012**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Res696.pdf>>. Acesso em 08 jan. 2018.

BRASIL. FAT. **Resoluções da Qualificação Social e Profissional**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/codefat/resolucoes-2/resolucoes-por-assunto/qualificacao-social-e-profissional/>>. Acesso em 08 jan. 2018

BRASIL. IBGE. **Séries Estatísticas Porto Alegre**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. IBGE. **Informações Estatísticas Porto Alegre**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre>>. Acesso em: 12 jan.2017.

BRASIL. IPEA. **PRONATEC**: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à Educação Profissional. CASSIOLATO, Maria Martha; GARCIA, Ronaldo Coutinho.

(Org.). 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf. Acesso em: 03 dez. 2016.

BRASIL. INPI. **Anuário Estatístico de Propriedade Intelectual 2000-2012**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/anuario-estatistico-de-propriedade-industrial-2000-2012-patente2#patente>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BRASIL. MEC. **Mapa da Educação Profissional e Tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36631-mapa-ept-cgee-pdf-1&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL. MEC. MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto. (Org.). **Cadernos de Estudos. Desenvolvimento social em debate. Inclusão produtiva urbana: O que fez o PRONATEC / bolsa formação entre 2011 e 2014?** Brasília, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22191-caderno-de-estudos-24-inclusao-produtiva-urbana-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. MEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. MEC. **Expansão da Rede Federal** 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. MEC. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: PDE/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. MEC. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. *Crêa nas capitães dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. MEC. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf. Acesso em: 07 fev. 2018.

BRASIL. MEC. **Observatório do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BRASIL. MEC. **PRONATEC**. Apresentação de Marcelo Machado Feres, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=246

[31-audiencia-publica-camara-dep-pronatec-pdf&category_slug=outubro-2015-pdf&Itemid=30192](#)>. Acesso em: 29 jan. 2017.

BRASIL. MEC. **Educação do Campo: marcos normativos**, 2012. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 18 dez. 2016.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm>. Acesso em: 04 dez. 2016.

BRASIL. Planalto. **Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946**. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.htm>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992**. Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0566.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 3.017, de 06 de abril de 1999**. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**.-Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 08 dez. 2016.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 28 jan. 2017.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Aprova as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 de jan. 2017.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos termos do Art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8315.htm>. Acesso em: 04 jan. 2017.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993.** Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte (SEST) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8706.htm>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. Planalto. **Lei nº 11.892, 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Portal Brasil. **Sistema S é forte aliado do empresário na capacitação de trabalhadores.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. SAGI. **Avaliação do PRONATEC:** aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade do programa entre 2011 e 2014. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22051-24092015-lancamento-estudos-pronatec-mds-pdf&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. SETEC. **Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.** Marcelo Machado Feres. (Org.). São Paulo, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22151-apresentacao-mec-setec-estadao-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. SETEC. **Educação Profissional e Tecnológica Políticas do Governo Brasileiro.** Renato Janine Ribeiro. (Org.). São Paulo, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22161-apresentacao-ministerio-da-educacao-worldskills-pdf&category_slug=setembro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRASIL. SISUTEC. **Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <<http://sisutec.mec.gov.br/>>. Acesso em 29 jan.2017.

BRASIL. SPE. **PRONATEC Bolsa-Formação:** uma avaliação inicial sobre reinserção no mercado de trabalho formal. Fernando de Holanda Barbosa Filho. (Org.). 2014. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22061-24092015-lancamento-estudos-pronatec-ministerio-fazenda-pdf&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da Educação Profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino integrado à Educação Profissional.** Disponível em: <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducativa/CANALI.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

CASTIONI, Remi. Planos, Projetos e Programas de Educação Profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Sociais e Humanas.** Santa Maria, v.26, n.1, jan./abr. 2013, p.25-42. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>>. Acesso em 06 ago. 2018.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **Metodologia Científica.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CNI. **Agência de Notícias.** Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/04/1,35905/brasil-ocupa-penultima-posicao-em-ranking-de-patentes-validas.html>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CNI. **Institucional/história.** Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/historia/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CONTARINE, Marina Lindaura Maranhã. **Políticas Públicas para a Educação Profissional:** um estudo em um Curso Técnico de Nível Médio, ofertado pelo PRONATEC, em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Minas Gerais: PUCMG, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1340532>. Acesso em: 05 mar. 2017.

COSTA, Fernanda Cosme da. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2383165>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.** São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Flacso, 2009.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Salário Mínimo nominal e necessário.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 01 mai. 2018.

_____. **Nota Técnica 2018 nº 188.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec188SalarioMinimo.html>>. Acesso em 01 mai. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1984.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIERGS. **Mapa do Trabalho – Demanda SENAI RS 2011/2014**. 2011. Documentos de Administração Interna.

FILHO, Manuel Alves. Reforma trabalhista representa retrocesso ao século XIX. **Jornal da Unicamp** 2017 /Atualidades. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/30/reforma-trabalhista-representa-retrocesso-ao-seculo-xix>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRANZOI, Naira Lisboa; COSTA, Rita de Cássia Dias; SILVA, Carla Balestro. PROEJA e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v.6, n.2, p.84-100, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45658/28838>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (p. 75-100).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, Jose Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (p. 61 – 74).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n.46, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>>. Acesso em 30 abr. 2017.

_____; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v.6, n.2, p.65-76, dez., 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088>>. Acesso em 06 ago. 2018.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-fio-da-historia-genese-da-formacao-profissional-no-brasil>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GOMEZ, Carlos Minayo. Processo de Trabalho e Processo de Conhecimento. In: GOMEZ, Carlos Minayo; [et al]. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (p.43-60).

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, Legislação e Financiamento da Educação Profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. (p. 271-284).

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, Trabalhadores e Questão Social na Sociabilidade Capitalista. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. Volume 17, p. 101-115, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a08v17n1.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores de 2015**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

IEL. **História do Instituto Euvaldo Lodi**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/2015/05/1,1797/o-que-e-o-iel.html>>. Acesso em: 08 set. 2016.

IFRN. Instituto Federal Rio Grande do Norte. **Moção sobre o PRONATEC: apoio à Carta de Natal 2013** (apresentada por educadores reunidos na 36ª Reunião Anual da Anped), 2013. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/mocao-de-apoio-a-carta-de-natal>>. Acesso em: 12 set. 2018.

KUNZE, Nadia Cuiabano. O Surgimento da Rede Federal de Educação nos Primórdios do Regime Republicano no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n. 2 (nov.2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009.

KUENZER, Acácia. Educação Profissional: categorias para uma nova Pedagogia do Trabalho. **Boletim Técnico do SENAC, Curitiba**, v.1, n.2, p.19-29. 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/252/boltec252b.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, Jose Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (p. 77-95).

KUENZER, Acácia. (Org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo, Cortez, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 3. reimp. São Paulo (SP): Centauro, 2011.

MANACORDA, Mário. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1991.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Crítica do Ensino Burguês. In: **Crítica da Educação e do Ensino**. Lisboa/Portugal: Moraes Editores, 1978.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Instruções aos delegados do Conselho Geral Provisório do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores**. Edições Avante. Autorizada à publicação. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

_____. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 1859. 5. ed. Lisboa: Estampa, 1973.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 2008. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosc3b3ficos.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Drias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a Urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei Nº13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200355&script=sci_abstract&tlng=pt>

OLIVEIRA, Jussara; CARNEIRO, Maria. **As Políticas Neoliberais para a Educação Profissional: analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva**. 2012. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-019.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2017.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

_____.; MACHADO, Rita de Cássia Fraga; GRITTI, Silvana Maria. Desafios para o Movimento dos Trabalhadores Desempregados na relação trabalho-educação. **Universidade e Sociedade – Revista do Andes**. n.50, 2012. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-revista-conteudo.andes?idRev=33&idArt=60>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O Materialismo-Histórico-Dialético e a Educação. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32831997000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 ago. 2018.

QUEIROZ, Mariana Ribeiro Cardoso. **A formação profissional no Brasil: análise dos discursos sobre o PRONATEC**. Dissertação de Mestrado. Viçosa: UFV, 2015. Disponível em: <<http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2017/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mariana-Queiroz-2015.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

RAMOS, Leandro da Fonseca. **O PRONATEC como Política Governamental para Educação Profissional: historicidade e contradições na construção de uma política para a Educação Profissional**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1999216>. Acesso em: 06 mar. 2017.

RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Brasil Contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: RAMOS, Moacyr Sales. **Limites e Possibilidades do PRONATEC como Ação Governamental de Ampliação do Acesso à Educação Profissional: uma análise a partir da experiência do IFRJ**. Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2014. Disponível em: <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgeduc/files/2014/08/Dissertacao_Moacyr_Final.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2017.

RISTOFF, Dilvo Ivo. O espelho distorcido. In: FLACSO – BRASIL: **Democratização da Educação Superior no Brasil: avanços e desafios**. Cadernos do GEA, 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2016.

ROCHA, Isabella Freire Ribeiro. **PRONATEC, um produto educacional a serviço do capital**. Dissertação de Mestrado. Niteroi: UFF, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3444861>. Acesso em: 05 mar. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **O Nó do Ensino de 2º Grau**. Bimestre, São Paulo: MEC/ INEP – CENAFOR, n. 1, out. 1986.

_____. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a Proclamada Política de Democratização da Educação Profissional técnica de Nível Médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFP, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3566194>. Acesso em: 05 mar. 2017.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Campinas, 2006. Disponível em: <www.geocities.ws/grupoepisteduc/arquivos/livrogamboa.doc>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SANTOS, Simone Valdete. **Inéditos viáveis para os trabalhadores jovens e adultos nas políticas atuais de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil**. In Ebook Diálogos Freireanos: A Educação e Formação de Jovens e Adultos em Portugal e no Brasil. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2017. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/41303>>. Acesso em: Acesso em: 19 fev. 2017.

SEBRAE. **Missão e História do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_estrategia>. Acesso em: 08 set. 2016.

SENAI. **Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI), PROTOCOLO nº 5525/1 – 17/11/2016 do 1º Batalhão de Bombeiro Militar - RS**. Documento de Administração Interna. Porto Alegre, 2016.

SENAI. Departamento Nacional. **Cenários prospectivos: educação básica, continuada e profissional, tecnologia e inovação e gestão de qualidade de vida (2016/2030) / Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. Brasília: SENAI, 2017

SENAI. **Sistema Integrado SENAI (SIS)**. Documento de Administração Interna. Porto Alegre, 2017.

SENAI. **Projeto Pedagógico SENAI-RS**. Documento de Administração Interna. Porto Alegre, 2013.

SENAI. **História do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/2012/03/1,1776/historia.html>> Acesso em: 09 set. 2016.

SENAI. **SENAI Visconde de Mauá**. Disponível em: < <http://www.senairs.org.br/pt-br/unidade/senai-visconde-de-maua>>. Acesso em 30 mai. 2017.

SENAI. **SENAI é o principal parceiro da indústria brasileira há 75 anos**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2017/01/senai-e-o-principal-parceiro-da-industria-brasileira-ha-75-anos/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SESI. **História do Serviço Social da Indústria**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/2012/03/1,1792/historia.html>>. Acesso em: 09 set. 2016.

SILVA, Polyanna Venturela da. **O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu participante?** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151614/001012325.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n90/a11v2690.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

UFRGS. PPGEDU. **Linha de Pesquisa – Trabalho, Movimentos Sociais e Educação**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ppgedu/linhas.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

APÊNDICE:

Apêndice A – Resoluções da Qualificação Social e Profissional do Fundo de Amparo ao Trabalhador

Resolução	O que trata:
- Resolução nº 96, de 18 de outubro de 1995	Atribui a execução, a coordenação programática e a supervisão das ações de qualificação profissional à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR);
- Resolução nº 126, de 23 de outubro de 1996	Aprova critérios para a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, com vistas à execução de ações de qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período de 1997/1999;
- Resolução nº 185, de 2 de julho de 1998	Condiciona a efetiva execução dos recursos da rubrica “Qualificação Profissional”, constantes dos aditivos de convênios assinados com os governos dos Estados de SP, RJ, PE, RO, PR e SC, à expressa aprovação pelo CODEFAT dos Planos de Trabalho vinculados aos respectivos convênios.
- Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998	Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio de Planos Estaduais de Qualificação – PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período 1999-2002. (Revogada pela Resolução nº 258/2000);
- Resolução nº 196, de 27 de outubro de 1998	Altera a Resolução Nº 194, de 23/09/1998;
- Resolução nº 200, de 4 de novembro de 1998	Dispõe sobre o pagamento da bolsa qualificação profissional. (Revogada pela Resolução nº 591/2009);
- Resolução nº 201, de 26 de novembro de 1998	Aprova modelo de formulários para concessão do benefício do Seguro-Desemprego e da Bolsa Qualificação de que trata a Medida Provisória nº 1.726, de 4 de novembro de 1998;
- Resolução nº 204, de 11 de março de 1999	Define critérios para distribuição de programas dos PEQs em 1999.

- Resolução nº 205, de 17 de março de 1999	Altera a Resolução nº 197, de 4 de novembro de 1998;
- Resolução nº 216, de 14 de setembro de 1999	Autoriza a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, para continuidade de ações de qualificação profissional, no exercício de 1999;
- Resolução nº 223, de 9 de dezembro de 1999	Altera a Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998. (Revogada pela Resolução nº 258/2000);
- Resolução nº 234, de 27 de abril de 2000	Altera a Resolução nº 194, de 23 de setembro de 1998 e a Resolução nº 223, de 9 de dezembro de 1999. (Revogada pela Resolução nº 258/2000);
- Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000	Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador -PLANFOR, implementado sob gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio de Planos Estaduais de Qualificação – PEQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, e de Parcerias Nacionais e Regionais (PARCERIAS) com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 224/1999);
- Resolução nº 285, de 23 de julho de 2002	Autoriza a transferência de recursos, à Fundação Banco do Brasil – FBB, no âmbito do Programa “Trabalho e Cidadania”.
- Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003	Institui o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao PNQ, implementado sob gestão do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – DEQ/SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio de Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho ou de Arranjos Institucionais Municipais, e de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) de caráter nacional ou regional com instituições governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 575/2008);
- Resolução nº 368, de 6 de novembro de 2003	Altera a Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003 e dá outras providências;

- Resolução nº 374, de 2 de dezembro de 2003	Prorroga, excepcionalmente, o prazo para apresentação e execução de projetos especiais de qualificação, no exercício de 2003;
- Resolução nº 404, de 29 de setembro de 2004	Prorroga, excepcionalmente, os prazos de execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, instituído pela Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003;
- Resolução nº 408, de 28 de outubro de 2004	Institui os Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs no âmbito da Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003, e dá outras providências. (Revogada pela Resolução nº 575/2008);
- Resolução nº 461, de 3 de novembro de 2005 –	Prorroga o prazo de execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, instituído pela Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003;
- Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005	Institui, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o Plano Plurianual Nacional e Estadual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e o Convênio Único, visando a integração das funções e ações do Sistema no território. (Revogada pela Resolução nº 560/2007);
- Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006	Autoriza a excepcionalidade na assinatura de convênios plurianuais únicos com estados ou municípios, visando à execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR nas unidades de atendimento anteriormente de responsabilidade das entidades representativas de trabalhadores no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, e dá outras providências;
- Resolução nº 477, de 27 de março de 2006	Aprova o anexo Termo de Referência para a avaliação da qualificação técnica de entidades executoras a serem contratadas no âmbito dos Convênios Únicos do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR, a serem celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego e os entes federativos, conforme previsto na Resolução nº 466, Resolução nº 478, de 28 de março de 2006 – Altera a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003. (Revogada pela Resolução nº 560/2007) de 21 de dezembro de 2005;
- Resolução nº 480, de 5 de abril de 2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, que alterou a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003;

- Resolução nº 481, de 19 de abril de 2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, que alterou a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003;
- Resolução nº 492, de 8 de maio de 2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, que alterou a Resolução nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e o Termo de Referência, de 13 de fevereiro de 2006, a Resolução nº 475, de 13 de fevereiro de 2006 e a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003;
- Resolução nº 495, de 13 de junho de 2006	Estabelece critérios para a transferência de recursos das ações de ‘Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra’ e ‘Habilitação ao Seguro-desemprego’ ao Estado de Santa Catarina, aos Municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e às capitais que atualmente executam isoladamente as ações da Qualificação Social e Profissional, visando à integração das funções e ações do Sistema no território, conforme estabelecido pela Resolução CODEFAT nº 466, de 21 de dezembro de 2005;
- Resolução nº 514, de 20 de novembro de 2006	Altera a Resolução nº 478, de 28 de março de 2006, alterada pela Resolução nº 492, de 8 de maio de 2006, para estabelecer novo prazo de entrega do plano de transição para que os municípios executores assumam integralmente a gestão em seus territórios de atuação;
- Resolução nº 517, de 24 de novembro de 2006	Autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a prorrogação dos Convênios firmados em 2005 com o estado de Santa Catarina e municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo no âmbito do Sistema Nacional de Emprego;
- Resolução nº 518, de 12 de dezembro de 2006	Estabelece critérios para a distribuição de recursos do aditivo aos Convênios Plurianuais Únicos nas ações orçamentárias ‘Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra’, ‘Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego’ e ‘Pesquisa sobre Emprego e Desemprego’;
- Resolução nº 520, de 14 de dezembro de 2006	Altera a Resolução nº 518, de 12 de dezembro de 2006, que estabelece critérios para a distribuição de recursos do aditivo aos Convênios Plurianuais Únicos nas ações orçamentárias ‘Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra’, ‘Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego’ e ‘Pesquisa sobre Emprego e Desemprego’;

- Resolução nº 527, de 29 de março de 2007	Autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda;
- Resolução nº 532, de 27 de abril de 2007	Autoriza a prorrogação da execução do ano de 2006 de parte dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda;
- Resolução nº 556, de 26 de setembro de 2007	Recomenda ao MTE que realize estudos visando à elaboração de Termo de Referência para subsidiar a celebração de instrumento entre o MTE e instituição especializada com o objetivo de fazer avaliação externa das ações do Programa do Seguro-Desemprego, de forma integrada;
- Resolução nº 557, de 26 de setembro de 2007	Aprova Termo de Referência de Projetos Especiais com Recursos das Ações Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra e Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego;
- Resolução nº 558, de 28 de novembro de 2007	Autoriza a prorrogação da execução do Plano de Trabalho de 2007 dos Convênios Plurianuais Únicos firmados com os órgãos estaduais e municipais que integram o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda;
- Resolução nº 560, de 28 de novembro de 2007	Estabelece regras para execução das ações integradas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- Resolução nº 570, de 16 de abril de 2008	Autoriza a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE a prorrogar a execução dos Planos de Trabalho dos Convênios Plurianuais Únicos;
- Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008	Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 679/2011);
- Resolução nº 577, de 11 de junho de 2008	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2008 e estabelece o custo aluno/hora no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ;
- Resolução nº 578, de 11 de junho de 2008	Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, para regular a execução de Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs no atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família e na

	aplicação de recursos provenientes de emendas ao Orçamento Geral da União. (Revogada pela Resolução nº 679/2011);
- Resolução nº 583, de 6 de novembro de 2008	Altera a Resolução nº 560, de 28 de novembro de 2007, que estabelece regras para execução das ações integradas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- Resolução nº 591, de 11 de fevereiro de 2009	Dispõe sobre o pagamento da bolsa de qualificação profissional instituída pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, que acresceu artigos à Lei nº 7.998, de 1990;
- Resolução nº 604, de 27 de maio de 2009	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2009 e estabelece o custo aluno/hora no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ);
- Resolução Nº 621, de 5 de novembro de 2009	Autoriza o Ministério do Trabalho e Emprego a remanejar os recursos do orçamento do FAT não transferidos aos convenientes, no exercício de 2009, para execução das ações do Sistema Público de Emprego e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, e estabelece percentual para destinação de vagas de cursos de qualificação social e profissional para portadores de deficiências;
- Resolução nº 633, de 25 de março de 2010	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2010 e estabelece o custo aluno/hora no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ;
- Resolução nº 634, de 25 de março de 2010	Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 679/2011);
- Resolução nº 638, de 12 de abril de 2010	Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 679/2011);

- Resolução nº 666, de 26 de maio de 2011	Estabelece o custo aluno/hora médio no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ;
- Resolução nº 667, de 26 de maio de 2011	Altera a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por resoluções subsequentes, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, Distrito Federal, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. (Revogada pela Resolução nº 679/2011);
- Resolução nº 670, de 28 de junho de 2011	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2011 no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, que consiste em modalidade de operacionalização do Plano Nacional de Qualificação – PNQ;
- Resolução nº 672, de 28 de julho de 2011	Modifica a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por resoluções subsequentes, e o Termo de Referência aprovado na Resolução nº 667, de 26 de maio de 2011, bem como o Anexo da Resolução nº 670, de 28 de junho de 2011, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego;
- Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011	Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego;
- Resolução nº 689, de 25 de abril de 2012	Aprova a distribuição de recursos para os Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs a serem pactuados em 2012 no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, e altera a Resolução CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011, e seu Termo de Referência;
- Resolução nº 693, de 29 de maio de 2012	Estabelece o custo aluno/hora médio no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ. (Revogada pela Resolução nº 700/2012);

- Resolução nº 696, de 28 de junho de 2012	Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.
- Resolução nº 700, de 30 de agosto de 2012	Estabelece o custo aluno hora médio no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ para 2012, e altera o Termo de Referência anexo à Resolução CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011.
- Resolução nº 706, de 13 de dezembro de 2012	Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego;
- Resolução nº 726, de 12 de fevereiro de 2014	Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego;
- Resolução nº 733, de 13 de agosto de 2014	Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego;
- Resolução n. 783, de 26 de abril de 2017	Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

- Resolução n. 791, de 28 de junho de 2017	Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2017 entre as modalidades no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL;
- Resolução n. 794, de 2 de agosto de 2017	Altera a Resolução n.º 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- Resolução n. 797, de 3 de outubro de 2017	Altera a Resolução do CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- Resolução n. 803, de 27 de dezembro de 2017	Altera a Resolução do CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Elaborado pelo autor, em 2018

Apêndice B – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu, Wanderlei Zamberlam, abaixo assinado, responsável pela Escola de Educação Profissional, SENAI Visconde de Mauá, autorizo a realização do estudo: “CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS: um estudo de caso a partir da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – RS”, através do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre a orientação da Profa. Dra. Conceição Paludo, na Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, a ser conduzido pelo pesquisador Felipe Andreolla.

Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características deste trabalho que em linhas gerais busca esclarecer em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho, cujo objetivo é compreender e analisar as possíveis contribuições dos Cursos Técnicos em Refrigeração e Climatização, Mecânica Industrial e Eletroeletrônica ofertados, através do PRONATEC, para seus egressos, a partir de um estudo de caso.

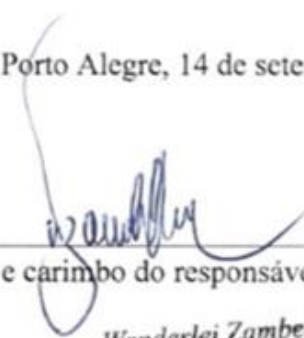
Também fui esclarecido que para dar conta deste estudo é necessário investigar como ocorreu a oferta dos Cursos Técnicos do PRONATEC na Unidade SENAI Visconde de Mauá, analisar as possibilidades e tensões que caracterizaram a execução do PRONATEC na Unidade SENAI Visconde de Mauá, identificar as razões da opção por ingressar neste Programa, reveladas pelos egressos dos Cursos Técnicos e refletir acerca do PRONATEC e as repercussões em relação à formação pessoal, profissional e social elencadas pelos egressos dos Cursos Técnicos da Unidade SENAI Visconde de Mauá.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa e das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Porto Alegre, 14 de setembro de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável institucional


Wanderlei Zamberlam
Gerente de Operações
Inst. Senai de Tec. em Alim. e Bebidas

Apêndice C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE):



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS: um estudo de caso a partir da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – **RS**

Mestrando: Felipe Andreolla **Professor Orientador:** Conceição Paludo

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), desta pesquisa que tem como finalidade investigar em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho.

Participarão desta pesquisa em torno de 250 pessoas que são egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC realizados na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.

A pesquisa será construída por você através das respostas do questionário que ocorrerá de forma livre e espontânea e abordará sua experiência em participar do Curso Técnico do PRONATEC, apresentando suas vivências antes, durante e após o curso que possibilitem identificar as contribuições para sua vida pessoal, social e profissional.

É previsto em torno de meia-hora para o preenchimento do questionário.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada um.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros participantes do PRONATEC.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como, não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo minha participação desta pesquisa.

Nome Completo (Assinatura)

Local e data:

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Apêndice D – Formulário da Pesquisa de Campo realizada com os egressos

CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS: um estudo de caso a partir da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – RS

Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DO PRONATEC PARA SEUS EGRESSOS: um estudo de caso a partir da Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá – RS
 Mestrando: Felipe Andreolla
 Professora Orientadora: Conceição Paludo

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa que tem como finalidade investigar em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho. Participarão desta pesquisa em torno de 250 pessoas que são egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC realizados na Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.

A pesquisa será construída por você através das respostas do questionário que ocorrerá de forma livre e espontânea e abordará sua experiência em participar do Curso Técnico do PRONATEC, apresentando suas vivências antes, durante e após o curso que possibilitem identificar as contribuições para sua vida pessoal, social e profissional.

É previsto em torno de meia-hora para o preenchimento do questionário. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada um.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outros participantes do PRONATEC.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como, não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha o item que se segue: **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

***Obrigatório**

1. **Endereço de e-mail ***

2. *



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Marcar apenas uma oval.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo minha participação nesta pesquisa

Parte I - Questões Gerais

3.

Marque a sua idade: *

Marcar apenas uma oval.

- de 16 aos 18 anos
 dos 19 aos 21 anos
 dos 22 aos 24 ano
 acima de 25 anos

4.

Marque seu Gênero: *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

5.

Marque como você se autodeclara: *

Marcar apenas uma oval.

- branco
 negro
 pardo
 amarelo

6.

Marque quantos irmãos você tem: **Marcar apenas uma oval.*

- nenhum
- apenas um
- dois
- três ou acima de três

7.

Marque quantos filhos você tem: **Marcar apenas uma oval.*

- nenhum
- apenas um
- dois
- três ou acima de três

8.

Marque seu estado civil: **Marcar apenas uma oval.*

- solteiro
- casado
- separado
- viúvo
- união estável

9.

Marque com quem você mora atualmente: **Marcar apenas uma oval.*

- com os pais e/ou outros parentes
- com esposo(a) e/ou filho
- com amigos (compartilhando despesas ou de favor)
- com colegas do curso
- sozinho
- Outro: _____

10.

Marque quantos membros de sua família moram com você **Marcar apenas uma oval.*

- nenhum
- apenas um
- dois
- três ou acima de três

11.

Marque como é o imóvel onde você mora: **Marcar apenas uma oval.*

- próprio
- alugado
- pensão
- Outro: _____

12.

Você trabalhava antes de realizar o curso do PRONATEC **Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Ir para a pergunta 12.*
- Não *Ir para a pergunta 18.*

13.

Descreva que trabalho você exercia antes de realizar o curso do PRONATEC *

14.

Cargo: *

15.

Função: *

16.

Onde / Local / Empresa: *

17.

Com carteira assinada: **Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

18. **Assinale a situação abaixo que melhor descreve o seu caso (Antes de realizar o curso do PRONATEC): ***

Marcar apenas uma oval.

- não trabalhava e meus gastos eram financiados pela família
- trabalhava e recebia ajuda da família
- trabalhava e me sustentava
- trabalhava e contribuía com o sustento da família
- trabalhava e era o principal responsável pelo sustento da família

Parte II - Sobre o Curso

19. **Qual curso você realizou na Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá? ***

Marcar apenas uma oval.

- Técnico em Mecânica Industrial
- Técnico em Refrigeração e Climatização
- Técnico em Eletroeletrônica

20. **Qual o motivo principal da escolha do curso técnico PRONATEC? ***

Marcar apenas uma oval.

- por ser gratuito
- por ser profissionalizante
- por ser próximo da minha residência
- por poder conciliar trabalho e estudos
- por buscar maior qualificação
- por acreditar que com este curso haveria uma ascensão social

21. **Qual a distância de sua moradia até o SENAI Visconde de Mauá: ***

Marcar apenas uma oval.

- até 10 Km
- até 20 Km
- 30 Km ou mais

22.

Qual o meio de transporte que você utilizou para frequentar às aulas? **Marcar apenas uma oval.*

- carro próprio
- carro da família
- ônibus
- moto
- bicicleta
- nenhum
- Outro: _____

23.

Descreva o que contribuiu para sua permanência até o final do curso? *

24.

Na sua opinião os equipamentos estavam atualizados? Explique: *

25.

Quais os conteúdos você julga que foram mais interessantes? *

26. O que você achou da infraestrutura escolar do SENAI Visconde de Mauá? *

27. Qual sua percepção sobre os(as) professores(as) que ministraram os cursos? *

Parte III - Qualidade de trabalho e vida

28. Você trabalhava após terminar o curso do PRONATEC? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Ir para a pergunta 33.*

29. Descreva o trabalho você exercia logo após terminar o curso do PRONATEC? *

30. Cargo: *

31.

Função: *

32.

Onde / Local e Empresa: *

33.

Com carteira assinada: **Marcar apenas uma oval.* Sim Não

34.

Você está trabalhando atualmente? **Marcar apenas uma oval.* Sim Não *Ir para a pergunta 40.*

Seção sem título

35.

Descreva o onde está trabalhando atualmente: *

36.

Descreva a função que você exerce atualmente: *

37. **Descreva Onde/Local e empresa que você trabalha atualmente**

38. **É com carteira assinada?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

39. **Assinale a situação abaixo que melhor descreve o seu caso (Após realizar o curso do PRONATEC) ***

Marcar apenas uma oval.

- não trabalho e meus gastos são financiados pela família
 trabalho e recebo ajuda da família
 trabalho e me sustento
 trabalho e contibuo com o sustento da família
 trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da famímlia

40. **De que modo o curso PRONATEC contribuiu para seu trabalho? ***

Marcar apenas uma oval.

- ainda não consegui trabalho relacionado ao curso PRONATEC que realizei;
 já trabalhei e coloquei em prática o aprendizado realizado;
 no momento trabalho na área do curso que realizei.

41. **Relate as principais contribuições que você recebeu para sua formação pessoal ao realizar o curso pelo programa PRONATEC? (De que forma o curso acrescentou em sua vida pessoal, ajudou em sua comunicação, em seu raciocínio, na elaboração de seus pensamentos? Incentivou você a retomar os estudos?)**

42. De modo geral, você considera que o curso PRONATEC permitiu uma inserção qualificada no trabalho após sua realização? (conquistou um emprego na área, ampliou sua renda, melhorou sua carreira, melhorou sua vida de forma geral, proporcionou melhoria em sua Carteira de trabalho a partir do nível Técnico?) explique:

43. Descreva as principais contribuições que você recebeu para sua formação social ao realizar o curso pelo programa PRONATEC? (O curso oportunizou uma convivência sadia? Quais relações você conseguiu estabelecer ao longo do curso – amizade, coleguismo, contatos de trabalho? O curso auxiliou você com aulas sobre ética e cidadania?) Explique:

Parte IV - Suas contribuições:

44. Se não fosse por meio do PRONATEC, você teria realizado um Curso Técnico?
*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

45. explique: *

46. **Descreva as principais contribuições que você recebeu para sua formação profissional ao realizar o curso pelo programa PRONATEC: ***

47. **Na sua opinião quais os aspectos do programa PRONATEC poderiam ser melhorados? ***

48. **Na sua opinião quais os aspectos do programa PRONATEC devem ser mantidos? ***

49. **Se você fosse Presidente deste país você incentivaria a permanência do PRONATEC ou decretava sua extinção? Por quê? ***

50.

Caso queira deixar alguma outra informação fique à vontade:

Powered by



Apêndice E – E-mail enviado aos egressos em 24 de outubro de 2017, convidando para responderem a pesquisa.

- “Bom dia,

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa que tem como finalidade investigar em que medida os Cursos Técnicos do PRONATEC, ofertados pela Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá, contribuíram para a inserção qualificada dos egressos no mundo do trabalho.

Participarão desta pesquisa em torno de 250 pessoas que são egressos dos Cursos Técnicos do PRONATEC realizados na Unidade Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá.

Para responder a pesquisa copie o link e cole no seu navegador de internet:

<https://goo.gl/forms/CVD5NMa371n6A4it1>

Se você já respondeu essa pesquisa retorne este e-mail para que eu possa retirá-lo (a) da lista.

Atenciosamente,

Felipe Andreolla

Celular: 51 99159 4633 ou 51 98462 8656

Supervisor de Educação e Tecnologia

Instituto SENAI de Tecnologia em Alimentos e Bebidas

SENAI Visconde de Mauá

Porto Alegre - RS

Fone: 51 3904 2616 Disque fácil interno 4101 8040

www.senairs.org.br”.

Apêndice F E-mail e Mensagem por WhatsApp enviado aos egressos em 06 de dezembro de 2017, convidando para participarem da entrevista

- “Boa noite,

Estamos finalizando a pesquisa sobre as contribuições dos cursos do PRONATEC para seus egressos.

Como complemento, decidimos realizar uma entrevista com você com o objetivo de aprofundar algumas questões a respeito do PRONATEC.

Estimamos que a entrevista dure no máximo 30 minutos e não precisa se preocupar que nós vamos até você.

Aguardo sua confirmação para agendarmos uma data.

Atenciosamente,

Felipe Andreolla

Celular: 51 99159 4633 ou 51 98462 8656

Supervisor de Educação e Tecnologia

Instituto SENAI de Tecnologia em Alimentos e Bebidas

SENAI Visconde de Mauá

Porto Alegre - RS

Fone: 51 3904 2616 Disque fácil interno 4101 8040

www.senairs.org.br”.